



PROCESSO: 2025/30550/008543 - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90055/2026

SUMÁRIO

1. DO OBJETO
2. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO
3. DO CREDENCIAMENTO E DA REPRESENTAÇÃO
4. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL E DOS ESCLARECIMENTOS
5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA
7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES
8. DA FASE DE JULGAMENTO
9. DA FASE DE HABILITAÇÃO
10. DOS RECURSOS
11. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO
12. DO SISTEMA DO REGISTRO DE PREÇOS
13. DA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DO PROCEDIMENTO DE CARONA
14. DA PUBLICAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
15. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA
16. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS
17. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTROS
18. DO CONTRATO E CONDIÇÕES PARA A CONTRATAÇÃO
19. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES
20. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
21. DA RESOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS E DO FORO

DAS PARTES INTEGRANTES DO EDITAL:

ANEXOS

- ANEXO I – Critério de Julgamento e Relação/Descrição dos Produtos
ANEXO II – Termo de Referência
ANEXO III – Minuta de Contrato
ANEXO IV – Minuta da Ata de Registro de Preços

MODELOS

- MODELO 1 – Proposta de Preços
MODELO 2 – Declaração Unificada
MODELO 3 – Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte

1 SES/SCL

Praça dos Girassóis, Esplanada das Secretarias, S/N Palmas – Tocantins – CEP: 77.015-007 Tel.: +55 63 3027-4300

www.to.gov.br/saude/





PROCESSO: 2025/30550/008543 - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90055/2026

PREÂMBULO	
A SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO ESTADO DO TOCANTINS, por meio da SUPERINTENDÊNCIA DA CENTRAL DE LICITAÇÃO torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação em tela na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, nos termos deste Edital e seus anexos. Este pregão será conduzido pelo(a) Pregoeiro(a) e respectiva equipe de apoio designados pela Portaria 81/2026/SES/GASEC, de 9 de fevereiro de 2026, expedida pelo Secretário de Estado da Saúde. O presente edital foi submetido a análise jurídica da Superintendência de Assuntos Jurídicos da Secretaria de Estado da Saúde e da Procuradoria Geral do Estado.	
Processo: 2025.30550.008543	Tipo de licitação: Menor Preço
Data da abertura: 08/06/2026	Hora da abertura: 08h30min (Horário de Brasília)
Pregão Eletrônico Nº: 90055/2026	
Retirada do Edital (portal/SISTEMA): www.saude.to.gov.br/ www.comprasgovernamentais.gov.br	
Local da sessão: www.comprasgovernamentais.gov.br	
Registro de Preços: (X) SIM () NÃO	
SETORES RESPONSÁVEIS PELA SOLICITAÇÃO	
Superintendência de Políticas de Atenção à Saúde – SPAS /Superintendência de Unidades Hospitalares Próprias – SUHP	
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
Ação/PPA/Orçamento: 4537 - Assistência Especializada Complementar ao SUS na Rede Privada. 4539 - Assistência Hospitalar Ambulatorial na Rede Própria. Classificação Orçamentária: 30550.10.302.1165.4537 / 30550.10.302.1165.4539 Programa PPA: 1165 – TO Cuidando da Saúde Natureza de despesa: 33 90 39 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica Fonte de Recurso: 60000002501002754 / 5001002102818888	
O preço estimado para contratação será R\$ 1.623.928,84 (Um milhão, seiscentos e vinte e três mil, novecentos e vinte e oito reais e oitenta e quatro centavos), conforme artigo 24 da Lei Federal Nº 14.133/21, consoante justificativa constante no Termo de Referência.	
SERÁ ADOTADO PARA O ENVIO DE LANCES O MODO DE DISPUTA “ABERTO”.	
LEGISLAÇÃO APLICADA	
Constituição da República Federativa do Brasil, Artigo 37: Regula a atuação da Administração Pública; Lei Federal Nº 14.133, de 01/04/2021: Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Lei Complementar Nº 123, de 14/12/2006: Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte e altera outros dispositivos legais, alterada pela Lei Complementar Nº. 147 de 07 de agosto de 2014; Decreto Estadual Nº. 6.606, de 28/03/2023: Regulamenta, no âmbito da Administração Pública Estadual, direta, autárquica e fundacional do Estado do Tocantins, a Lei Federal Nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que estabelece normas gerais de licitação e contratação, e adota outras providências; Demais legislações aplicáveis ao caso.	
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO ESTADO DO TOCANTINS	
UASG: 925958	Pregoeiro: Danilo Veloso Oliveira
Telefone: (063) 3027- 4361 /4362/4363/4364 Whatsapp: (63) 99966-1349 E - mail: cpl.saudeto@gmail.com	
Endereço: Av. NS 01, AANO, Praça dos Girassóis, s/nº, Palmas/TO, CEP: 77.015-007	
Horário de Atendimento: 08h:00min às 12h:00min – 14h:00min às 18h:00min	

2 SES/SCL

Praça dos Girassóis, Esplanada das Secretarias, S/N Palmas – Tocantins – CEP: 77.015-007 Tel.: +55 63 3027-4300

www.to.gov.br/saude/

Documento foi assinado digitalmente por JORGE MÁRIO SOARES DE SOUSA em 12/05/2026 12:39:28.

A autenticidade deste documento pode ser verificada no site <https://sgd.to.gov.br/verificador>, informando o código verificador: C78BA284025E9FFF | SGD:2026/30559/145599



PROCESSO: 2025/30550/008543 - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90055/2026

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada na realização de **exames de Cintilografia, incluindo o fornecimento das imagens e a emissão de laudos detalhados, conforme procedimentos previstos na Tabela SIGTAP vigente**. Os serviços destinam-se ao atendimento de pacientes ambulatoriais dos Municípios referenciados e das Unidades Hospitalares do Estado do Tocantins, conforme a Programação Pactuada e Integrada (PPI), mediante regulação prévia pela Central Estadual de Regulação, conforme especificações técnicas contidas no Termo de Referência, Anexo II.

1.2. **Em caso de discordância** existente entre as especificações deste objeto descritas no SISTEMA e as especificações constantes do Anexo I deste Edital, prevalecerão as últimas.

1.3. Para fins deste Edital, **produto(s)**, leia-se: **SERVIÇO**.

2. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, e perante o Sistema eletrônico provido pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SLTI, por meio do sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, onde para ter acesso ao Sistema eletrônico, os interessados em participar deste Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto à SLTI.

2.2. O uso da senha de acesso pela Licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação por ela efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do SISTEMA ou a SES/TO responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

2.3. Poderão participar deste Pregão empresas em recuperação judicial, desde que amparada em certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório.

2.4. Poderão participar deste Pregão empresas em recuperação extrajudicial, com plano de recuperação homologado judicialmente.

2.5. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

2.6. Não poderão participar deste Pregão:

2.6.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.6.2. Sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País;

2.6.3. Empresa que seu ato de constituição e as respectivas alterações (estatuto, contrato social ou outro) não incluam o objeto deste Pregão;

2.6.4. Empresa que se encontre em processo de dissolução, falência ou concordata;

2.6.5. Consórcio de empresa, qualquer que seja sua forma de constituição;

2.6.6. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.6.7. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.6.8. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.6.9. As empresas ou pessoas físicas que se encontrem impedidas de licitar e contratar com o Governo do Estado do Tocantins ou com os Poderes Legislativo e Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública, nos termos do Art. 156, III e § 4º da Lei 14.133/2021 e do Art. 320, §3º do Decreto nº 6.606/2023, durante o prazo da sanção aplicada ou até que seja promovida sua reabilitação.

3 SES/SCL

Praça dos Girassóis, Esplanada das Secretarias, S/N Palmas – Tocantins – CEP: 77.015-007 Tel.: +55 63 3027-4300

www.to.gov.br/saude/





PROCESSO: 2025/30550/008543 - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90055/2026

2.6.10. As empresas declaradas inidôneas para licitar ou contratar com toda a Administração Pública, nos termos do art. 156, IV e §5º, da Lei 14.133/2021, durante o prazo da sanção aplicada ou até que seja promovida sua reabilitação.

2.6.11. Pessoa física ou jurídica que tenha sido proibida de contratar com o Poder Público em razão de condenação por ato de improbidade administrativa, nos termos do artigo 12 da Lei Federal nº 8.429/1992.

2.6.12. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.6.13. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.6.14. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.6.15. Agente público do órgão ou entidade licitante;

2.6.16. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.6.17. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

2.6.18. O impedimento de que trata o item 2.6.8 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.6.19. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens **2.6.6** e **2.6.7** poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.6.20. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.6.21. O disposto nos itens **2.6.6** e **2.6.7** não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.6.22. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2.6.23. A vedação de que trata o item **2.6.15** estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

2.7. Os benefícios previstos para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (art. 4º da Lei 14.133/2021), não se aplicam quando o valor estimado do item for superior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais), conforme previsto no § 1º, inciso I, art. 4º da Lei 14.133/2021.

2.8. A obtenção de benefícios referentes à ME/EPP, fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

2.8.1. Nas contratações com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, será considerado o valor anual do contrato na aplicação dos limites previstos nos §§ 1º e 2º do art. 4º da Lei 14.133/2021.

4 SES/SCL

Praça dos Girassóis, Esplanada das Secretarias, S/N Palmas – Tocantins – CEP: 77.015-007 Tel.: +55 63 3027-4300

www.to.gov.br/saude/





PROCESSO: 2025/30550/008543 - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90055/2026

3. DO CREDENCIAMENTO E DA REPRESENTAÇÃO

- 3.1. As Licitantes interessadas deverão proceder ao credenciamento antes da data marcada para início da sessão pública, via internet.
- 3.2. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao SISTEMA Eletrônico, no portal eletrônico: www.comprasgovernamentais.gov.br.
- 3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.
- 3.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 3.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 3.5.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 3.6. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas ao provedor do SISTEMA para imediato bloqueio de acesso.

4. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL E DOS ESCLARECIMENTOS

4.1. Da impugnação:

- 4.1.1. Até **03 (três) dias úteis** antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá impugnar o ato convocatório deste Pregão mediante petição enviada para o e-mail: cpl.saudeto@gmail.com. A licitante deverá confirmar recebimento do e-mail através do telefone (063) 3027- 4361.
- 4.1.2. O(a) Pregoeiro(a), auxiliado pelo setor técnico competente, decidirá sobre a impugnação no prazo de **até 3 (três) dias úteis** (contados da data de recebimento da impugnação), **limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame**, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos. Caso contrário, poderá abrir ou suspender a sessão, na forma da lei, antes do julgamento do mérito, se for o caso.
- 4.1.3. Acolhida a impugnação contra este Edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.
- 4.1.4. A apresentação de impugnações ao Edital, sem a fundamentação legal e/ou técnica aplicável ao objeto questionado, de intuito protelatório, ensejará na aplicação de multa por parte da administração de 1% (um por cento) do valor total estimado para a contratação (art. 155, III, VII e XI c/c art. 156, II, todos da Lei nº 14.133/2021 e nos termos do art. 15 do CPC, o disposto no art. 80, VII, c/c art. 81 da Lei nº 13.105/2015), ainda o licitante poderá ser penalizado com fundamento no art. 5º da Lei nº 12.846/2013, culminando em ato improbo, podendo levá-lo à inidoneidade.

4.2. Do pedido de esclarecimentos:

- 4.2.1. Até **03 (três) dias úteis** antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá pedir esclarecimento quanto ao ato convocatório deste Pregão mediante petição enviada para o e-mail: cpl.saudeto@gmail.com. A licitante deverá confirmar recebimento do e-mail através do telefone (063) 3027- 4361.
- 4.2.2. O(a) Pregoeiro(a), auxiliado pelo setor técnico competente, decidirá sobre o pedido de esclarecimento no prazo de **até 3 (três) dias úteis** (contados da data de recebimento do pedido de esclarecimento), **limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame**, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.
- 4.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

5 SES/SCL

Praça dos Girassóis, Esplanada das Secretarias, S/N Palmas – Tocantins – CEP: 77.015-007 Tel.: +55 63 3027-4300

www.to.gov.br/saude/





PROCESSO: 2025/30550/008543 - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90055/2026

4.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

4.3.2. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas no e-mail indicado pela Licitante e serão disponibilizadas no portal eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br ficando acessível a todas as demais Licitantes para obtenção das informações prestadas pelo(a) Pregoeiro(a), e vincularão os participantes e a administração.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que **(caso inexistente campo próprio no sistema eletrônico, as declarações deverão ser enviadas ao pregoeiro, de acordo com os modelos 2 e 3):**

5.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.3.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.3.5. que, até a presente data, inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, bem como não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública e que está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores, na forma do § 2º do art. 32 da Lei nº 14.133/2021;

5.3.6. não existe em meu quadro de empregados, servidores públicos da contratante exercendo funções de Gerência, Administração ou Tomada de Decisão, na forma do art. 9º, § 1º, da Lei nº 14.133/2021.

5.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.5.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.5.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.3 a 5.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6 SES/SCL

Praça dos Girassóis, Esplanada das Secretarias, S/N Palmas – Tocantins – CEP: 77.015-007 Tel.: +55 63 3027-4300

www.to.gov.br/saude/





PROCESSO: 2025/30550/008543 - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90055/2026

5.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.10.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.10.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.11.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

5.11.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

5.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos **(caso inexistente campo próprio no sistema eletrônico, a proposta deverá ser enviada ao pregoeiro, de acordo com o modelo 1)**:

6.1.1. Valor total anual do lote **(observado o preço unitário de referência)**;

6.1.2. Quantidade cotada.

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.2.1. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. Na presente licitação, a Microempresa e Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

6.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios

7 SES/SCL





PROCESSO: 2025/30550/008543 - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90055/2026

necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.8.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **120 (cento e vinte)** dias, a contar da data de sua apresentação.

6.8.2. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 5.8.

6.9. Quanto à elaboração da proposta de preços, deve ser observado ainda que:

6.9.1. Solicitação de trocas de produto(s) requerido pela vencedora, somente será(ão) aceito(s) por motivo(s) devidamente justificado(s), mediante manifestação da área técnica;

6.10. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelos Órgãos de Controle e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor total anual do Lote, Ou menor valor total do lote (observado o preço unitário de referência);

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de pelo menos R\$ 0,01 (um centavo).

7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

7.10. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.10.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.10.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.10.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

7.10.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

8 SES/SCL

Praça dos Girassóis, Esplanada das Secretarias, S/N Palmas – Tocantins – CEP: 77.015-007 Tel.: +55 63 3027-4300

www.to.gov.br/saude/





PROCESSO: 2025/30550/008543 - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90055/2026

7.10.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.11. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.12. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.13. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.14. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.15. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.16. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.17. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.17.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.17.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.17.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.17.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.18. Só poderá haver **empate** entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.18.1. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate:

7.18.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.18.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atestado de cumprimento de obrigações;

7.18.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do Decreto Estadual Nº 6.606/2023;

7.18.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, de acordo com a Lei Federal nº 12.846/13, bem como as ações estabelecidas no art. 56 do Decreto Federal nº 11.129/22.

7.18.2. Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.18.2.1. empresas estabelecidas no território do Tocantins;

7.18.2.2. empresas brasileiras;

7.18.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

9 SES/SCL

Praça dos Girassóis, Esplanada das Secretarias, S/N Palmas – Tocantins – CEP: 77.015-007 Tel.: +55 63 3027-4300

www.to.gov.br/saude/





PROCESSO: 2025/30550/008543 - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90055/2026

7.18.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação de emissões de gases de efeito estufa, nos termos da Lei Federal nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.18.3. As regras no item 7.18.1 não prejudicam a aplicação do disposto no art. 44 da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

7.18.4. Empatadas as propostas iniciais e não havendo o envio de lances após o início da fase competitiva, aplicam-se os critérios de desempate de que trata o item 7.18.1.

7.18.5. Os critérios estabelecidos nos subitens 7.18.1.2, 7.18.1.3 e 7.18.1.4 do item 7.18.1 somente serão aplicadas, quando houver regulamentação estadual ou federal sobre o tema.

7.18.6. Caso a regra prevista no item 7.18.1 deste Edital não solucione o empate, a classificação se fará, por sorteio, no portal eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br.

7.18.7. O resultado do sorteio será considerado como critério definitivo para desempate entre as propostas, determinando a licitante vencedora.

7.19. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.19.1. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.

7.19.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.19.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.19.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.19.5. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.19.6. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.20. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item **2.6** do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. SICAF;

8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

8.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

8.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

8.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

8.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

8.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

10 SES/SCL

Praça dos Girassóis, Esplanada das Secretarias, S/N Palmas – Tocantins – CEP: 77.015-007 Tel.: +55 63 3027-4300

www.to.gov.br/saude/





PROCESSO: 2025/30550/008543 - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90055/2026

8.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens **2.7, 2.8, 2.8.1** e **5.5** deste edital.

8.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 98 a 136 do Decreto Estadual nº 6.606/2023.

8.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.6.1. conter vícios insanáveis;

8.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

8.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.6.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.6.6. não encaminhar a proposta readequada ao preço final, conforme o item 7.19.5 deste Edital, permanecendo inerte no decurso do prazo estipulado;

8.6.7. não atender à convocação para sanear vícios formais para adequação às exigências do edital, permanecendo inerte no decurso do prazo estipulado;

8.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.7.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

8.7.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.7.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.8. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.8.1. Caso seja verificada a possibilidade de haver preço inexequível com propostas inferiores a 50% do orçado pela SES/TO, será solicitada ao distribuidor que apresente carta de comprometimento de preço por parte da fabricante, ou declaração da fabricante declarando que o preço ofertado pelo distribuidor é factível. Podendo ainda a empresa ser diligenciada a apresentar outros documentos para comprovar a exequibilidade dos preços ofertados;

8.9. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

8.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.10.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.12. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

11 SES/SCL





PROCESSO: 2025/30550/008543 - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90055/2026

- 8.13. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
- 8.14. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
- 8.15. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.
- 8.16. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

a) HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a.1) **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional.
- a.2) **Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [<https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>].
- a.3) **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.
- a.4) **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME N.º 77, de 18 de março de 2020.
- a.5) **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.
- a.6) **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.
- a.7) **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera com ave com averbação no Registro onde tem sede a matriz.
- a.7) **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o Art. 107 da Lei Nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- a.8) Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

b) HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

- b.1) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- b.2) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados,

12 SES/SCL

Praça dos Girassóis, Esplanada das Secretarias, S/N Palmas – Tocantins – CEP: 77.015-007 Tel.: +55 63 3027-4300

www.to.gov.br/saude/





PROCESSO: 2025/30550/008543 - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90055/2026

inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta Nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

- b.3) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- b.4) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto/Lei Nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
- b.5) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- b.6) Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- b.7) Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- b.8) O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar Nº 123, de 14 de dezembro de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.
- b.9) Será exigida da CONTRATADA declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

c) QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- c.1) Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (Art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME Nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;
- c.2) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor – (Lei Nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Art. 69, caput, inciso II);
- c.3) Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores OU igual a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:
 - I – Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);
 - II – Solvência Geral (SG) = (Ativo Total) / (Passivo Circulante + Passivo não Circulante); e
 - III – Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante) / (Passivo Circulante).
- c.4) Não será habilitada a licitante que obtiver índices de liquidez corrente, liquidez e solvência geral menor que 1,00;
- c.5) A licitante que não tiver alcançado os índices exigidos no subitem anterior será habilitada desde que possua capital social equivalente a 5% (cinco por cento) do valor médio estimado de contratação;
- c.6) Balanço patrimonial registrado na forma da lei, relativa aos 2 (dois) últimos exercícios sociais, que comprove patrimônio líquido não inferior a 10% (dez por cento) do valor total estimado para o item ou grupo que estiver arrematando, conforme descrito no Art. 69 da lei Nº 14.133 de 1 de abril de 2021.
 - 1) Pessoa jurídica constituída há menos de 2 (dois) anos da data da abertura da licitação, deverá apresentar tal documento referente ao último exercício financeiro;
 - 2) Pessoa jurídica constituída a menos de 1 (um) ano da data de abertura da licitação está dispensada da apresentação do balanço patrimonial do exercício financeiro anterior, no entanto deverá apresentar seu balanço de abertura.
- c.7) O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.
- c.8) Justifica-se a exigência da qualificação econômico-financeira, visto que o artigo 69 da Lei Nº 14.133, de 1º de abril de 2021, nos traz que a habilitação econômico-financeira visa a demonstrar a aptidão econômica do

13 SES/SCL

Praça dos Girassóis, Esplanada das Secretarias, S/N Palmas – Tocantins – CEP: 77.015-007 Tel.: +55 63 3027-4300

www.to.gov.br/saude/





PROCESSO: 2025/30550/008543 - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90055/2026

licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, devendo ser comprovada de forma objetiva, por coeficientes e índices econômicos confiáveis.

c.9) Explicitamos que os documentos solicitados estão em conformidade com o estabelecido no Art. 126 do Decreto Estadual Nº 6.606, de 28 de março de 2023 e Art. 67 da Lei Nº 14.133, de 1º de abril de 2021. Explicitamos ainda, que as exigências são usuais em diversos editais em licitações da União, Estados.

d) DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DOS LICITANTES

d.1) A licitante deverá apresentar atestado de capacidade técnica que comprove 30% (trinta por cento) para o desempenho dos serviços, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, emitida em papel timbrado e contato do emitente, para os quais a empresa esteja executando ou tenha executado atividades pertinentes e compatíveis ao objeto da licitação, conforme disposto no §1º e §2º do Art. 67 da Lei nº 14133/2021 no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente da licitante (Acórdão 2939/2021 – TCU – Plenário);

d.2) Será permitido o somatório de no máximo 3 atestados para garantir a capacidade operativa e gerencial da licitante, aderente às quantidades e prazos exigidos para a sua execução, bem quanto características, quantidades e com prazos compatíveis, datas de início e término; local da prestação dos serviços; natureza da prestação dos serviços; quantidades executadas; caracterização do bom desempenho do licitante; identificação da pessoa jurídica emitente bem como o nome e o cargo do signatário;

d.3) Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da licitante, desde que ambas tenham o mesmo CNPJ raiz e os documentos comprovem a experiência em edital.

d.4) Para fins da comprovação de que trata este 8.9.3., os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

d.5) O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

d.5.1) Deverá haver a comprovação da experiência mínima de 03 (três) anos na prestação dos serviços, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de os anos serem ininterruptos (Art. 67 § 5º da Lei 14.133/2021);

d.5.2) O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da CONTRATANTE e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

d.5.3) Alvará Sanitário Atualizado, expedido pela Vigilância Sanitária Municipal ou Estadual em vigência;

d.6) Licença de Funcionamento atualizado emitido pelo órgão responsável em vigência;

d.6.1.) Caso a revalidação da Licença de Funcionamento para o presente exercício não tenha sido concedida, a proponente deverá apresentar a Licença de Funcionamento do exercício anterior acompanhada do protocolo de revalidação, sendo necessário que esta tenha sido requerida até 120 (cento e vinte) dias antes do término de sua vigência, conforme disposto no art. 22 do Decreto Nº 74.170/1974.

d.7) Comprovação de inscrição da proponente no Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde – CNES do estabelecimento;

d.8) Registro ou inscrição da licitante no Conselho Regional de Medicina do Estado do Tocantins;

d.9) Certificado de entidade filantrópica e/ou habilitada, quando for o caso;

d.10) Certificação ou licenciamento junto à Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN), conforme Resolução Nº 293, de 29 de março de 2022.

d.11) Registro do Responsável Técnico no **CRM e especialização em Medicina Nuclear**

d.12) Certidão de responsabilidade técnica emitida pelo Conselho Regional de Medicina (CRM);

d.13) Plano de Proteção Radiológica (PPR), conforme exigido pela CNEN, assegurando a proteção dos pacientes, profissionais e meio ambiente contra os riscos da radiação ionizante;

d.14) Autorização de Funcionamento da Empresa (AFE) emitida pela **ANVISA**, demonstrando que a empresa está legalmente habilitada a atuar na área de medicina nuclear;

14 SES/SCL

Praça dos Girassóis, Esplanada das Secretarias, S/N Palmas – Tocantins – CEP: 77.015-007 Tel.: +55 63 3027-4300

www.to.gov.br/saude/





PROCESSO: 2025/30550/008543 - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90055/2026

d.15) objeto deste Termo e Edital, relacionando o quantitativo de procedimentos a serem realizados por dia, para esta contratação;

d.16) Declaração de que se propõe a prestar os serviços em concordância com os valores constantes na Tabela Unificada de Procedimentos SIGTAP e tabela diferenciada aprovada através da Resolução CIB – Comissão Intergestores Bipartite Resolução CIB/TO Nº 515, de 17 de julho de 2025.

e). Documentos a Serem Apresentados na Assinatura do Contrato:

e.1) Comprovação de inscrição dos profissionais Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde – CNES ;

e.2) Relação dos profissionais (médicos, técnicos, físicos, enfermeiros) envolvidos no serviço, com comprovação de qualificação responsável (is) pelo serviço;

e.3) Comprovação de Registro ou Contrato de Trabalho do quadro de profissionais técnicos (nível superior e médio) vinculado ao estabelecimento, com a devida comprovação de regularidade junto aos órgãos de classes respectivos;

e.4) Relação detalhada e declaração formal de disponibilidade dos equipamentos que serão utilizados na realização dos exames, citando marca, ano de fabricação e características técnicas, em consonância com todas as exigências da legislação em vigor;

f) Justificativa da Habilitação Técnica

f.1) Considerando que o objeto da contratação consiste na prestação de serviços de exames de cintilografia (Medicina Nuclear), trata-se de atividade de alta complexidade tecnológica e de risco controlado, que envolve a utilização de substâncias radioativas, equipamentos específicos e profissionais altamente especializados. Por essa razão, faz-se imprescindível a exigência de documentos que comprovem a qualificação técnica da empresa contratada, nos termos do artigo 67 e seguintes da Lei Nº 14.133/2021, bem como da legislação sanitária e nuclear vigente.

f.2) A qualificação técnica é um requisito legal e essencial para garantir a segurança, a eficácia e a conformidade dos serviços prestados, evitando riscos sanitários, ambientais e humanos, especialmente em um contexto hospitalar e assistencial vinculado ao Sistema Único de Saúde (SUS).

f.3) Esses documentos não são meramente formais, mas requisitos essenciais para a verificação da capacidade técnica da empresa em executar, com segurança e qualidade, os serviços contratados, assegurando a saúde da população usuária do SUS, a conformidade com os princípios da administração pública e a mitigação de riscos à execução contratual.

f.4) A não exigência desses documentos poderia ensejar a contratação de empresa despreparada, expondo pacientes e servidores a riscos sanitários graves, além de comprometer o cumprimento do contrato e gerar prejuízos ao erário.

f.5) Dessa forma, a exigência de qualificação técnica está devidamente justificada pelo interesse público, pela natureza do objeto contratual e pela necessidade de resguardar a segurança jurídica e a eficácia da contratação, conforme o disposto na Lei Nº 14.133/2021, na legislação sanitária federal e nas normas da CNEN.

9.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

9.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia;

9.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

9.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

15 SES/SCL





PROCESSO: 2025/30550/008543 - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90055/2026

9.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.9. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

9.9.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

9.9.2 O licitante que permanecer inerte, não atendendo à convocação do Pregoeiro no prazo estabelecido, será inabilitado, sem prejuízo de aplicação das penalidades e sanções previstas neste Edital.

9.10. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, *caput*).

9.10.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

9.11. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.11.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, **no prazo de duas horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

9.12. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.12.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.13. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

9.13.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

9.13.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.13.3. a apresentação de documentos de cunho declaratório emitidos unilateralmente pelo licitante.

9.14. O pregoeiro poderá, a seu critério e devidamente fundamentado, realizar diligências destinadas à complementação de informações ou à juntada de documentação pré-existente, com o objetivo de esclarecer dúvidas ou sanar irregularidades formais que não alterem a substância da proposta ou comprometam a competitividade do certame. Essas diligências deverão ser registradas em ata e garantir a observância dos princípios da isonomia, publicidade e eficiência. É vedada a inclusão de novos documentos que modifiquem as condições inicialmente apresentadas pelo licitante.

9.15. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem **9.11.1**.

9.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

16 SES/SCL





PROCESSO: 2025/30550/008543 - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90055/2026

9.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

10. DOS RECURSOS

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

10.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

10.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

10.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.10. o licitante que manifestar intenção de recurso, e posteriormente desistir de apresentar a peça recursal, DEVERÁ DECLINAR diretamente no sistema, sob pena de ser considerado de intuito protelatório, e ensejará na aplicação de multa por parte da administração de 1% (um por cento) do valor total estimado para a contratação (art. 155, III, VII e XI c/c art. 156, II, todos da Lei nº 14.133/2021 e nos termos do art. 15 do CPC, o disposto no art. 80, VII, c/c art. 81 da Lei nº 13.105/2015), ainda o licitante poderá ser penalizado com fundamento no art. 5º da Lei nº 12.846/2013, culminando em ato improbo, podendo leva-lo à inidoneidade.

10.11. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br.

11. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

11.1. O objeto deste Pregão será adjudicado a Licitante vencedora.

11.2. Compete ao Secretário de Estado da Saúde/TO a adjudicação do objeto e homologação deste Pregão.

12. DO SISTEMA DO REGISTRO DE PREÇOS

12.1. O descrito neste item e nos itens 13 a 17, somente SE APLICA, caso conste a opção por REGISTRO DE PREÇOS no quadro de informações disposto neste edital.

12.2. O Sistema de Registro de Preços regula-se pelas normas e procedimentos previstos na Lei 14.133/2021, no Decreto nº 6.606/2023 demais normas complementares.

12.3. No âmbito do Sistema de Registro de Preços a adjudicação significa tão somente o registro dos preços ofertados.

17 SES/SCL





PROCESSO: 2025/30550/008543 - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90055/2026

12.4. Salvo previsão expressa no Termo de Referência, com devida justificativa, não poderão os licitantes apresentar preços diferentes para os objetos a serem registrados em ata.

12.5. Não poderão os licitantes fornecer propostas em quantitativos inferiores ao previsto e não haverá registro de mais de um fornecedor para o mesmo item, salvo previsão expressa no Termo de Referência, com devida justificativa.

12.6. A existência de preços registrados não obriga a Administração a efetivar as contratações que dele poderão advir, ficando-lhe facultada a adoção de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência em igualdade de condições.

12.6.1. O exercício de preferência previsto no item **12.6**, dar-se-á caso a Administração opte por realizar a aquisição através de licitação específica. Quando o preço encontrado for igual ou superior ao registrado, o detentor do registro de preços terá assegurado seu direito à contratação.

12.6.2. É vedada a aquisição por valor superior a que poderia ser obtido do detentor do registro de preços.

12.7. Uma vez registrados os preços, a Administração poderá convocar o detentor do Registro a fornecer os bens respectivos, na forma e condições fixadas no presente Edital e no Contrato.

12.8. Encerrado o processo licitatório para Registro de Preços, poderá ser firmado o CONTRATO entre a Administração e o adjudicatário, aplicando-se as disposições da Lei nº 14.133/2021 relativas aos contratos.

12.9. Durante a vigência do Registro de Preços, a Administração poderá convocar o detentor a cumprir as obrigações decorrentes da presente licitação e do Contrato.

12.9.1. Cada Nota de Empenho/Ordem de Fornecimento será considerada parte integrante do CONTRATO.

12.10. O prazo de vigência da Ata será de 1 (um) ano, contado da publicação, podendo ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme disposto no Art. 84 da Lei Federal 14.133/2021.

12.10.1. O contrato decorrente da Ata de Registro de Preços terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nela contidas e deverá ter seu extrato assinado e publicado, no prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

12.10.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela Ata de Registro de Preços, sem prejuízo da possibilidade de remanejamento entre os participantes.

12.11. É vedada a participação do órgão ou entidade em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto no edital.

13. DA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DO PROCEDIMENTO DE CARONA

13.1. Após a homologação, o licitante vencedor será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo de 3 (três) dias, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, e em outras legislações aplicáveis.

13.1.1. A ata de registro de preços será acompanhada da relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços em preços iguais aos do licitante vencedor na sequência de classificação da licitação e inclusão do licitante que mantiver sua proposta original.

13.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

13.2.1. Na hipótese de o vencedor da licitação não assinar a ata de registro de preços, não existir outro licitante poderá ser convocado, respeitada a ordem de classificação, para celebrar a ata de registro de preços nas condições propostas pelo licitante vencedor, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133, de 2021, e em outras legislações aplicáveis.

13.3. Ao assinar a Ata de Registro de Preços e o contrato a empresa adjudicatária obriga-se a executar o objeto a ela adjudicado, conforme especificações e condições contidas neste edital e seus anexos e, também, na proposta apresentada, prevalecendo, no caso de divergência, as especificações e condições do edital.

13.4. Quanto ao procedimento de carona:

13.4.1. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, pode ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem.

18 SES/SCL





PROCESSO: 2025/30550/008543 - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90055/2026

13.4.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o Órgão Gerenciador e Órgãos Participantes.

13.4.3. As aquisições ou contratações adicionais de que trata este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na Ata de Registro de Preços para o Órgão Gerenciador e para os Órgãos Participantes.

13.4.4. O total de utilização de cada item não pode exceder ao dobro do quantitativo inicialmente registrado, independentemente do número de Órgãos Não Participantes que aderirem.

13.5. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela Ata de Registro de Preços.

13.6. O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços deverá ser assinado e publicado seu extrato, no prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

14. DA PUBLICAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

14.1. Os preços classificados em primeiro lugar, por item serão registrados em ata própria e serão publicados na imprensa oficial.

14.2. Os valores constantes da Ata de Registro de Preços serão fixados em moeda corrente no país.

14.3. A Ata de Registro de Preços implicará compromisso de fornecimento, pelo licitante vencedor, nas condições estabelecidas, depois de cumpridos os requisitos de publicidade.

15. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

15.1. Após a adjudicação, as demais licitantes que concordem em reduzir seus preços ao valor da proposta da licitante vencedora poderão integrar cadastro de reserva, obedecida a ordem de classificação no certame.

15.2. O cadastro de reserva será incluído como anexo da ata e poderá ser acionado quando:

- a) Houver recusa injustificada do adjudicatário em assinar a ata;
- b) Houver o cancelamento parcial ou integral da ata.

15.3. A análise dos documentos de habilitação das licitantes que integram o cadastro de reserva será efetuada apenas na eventualidade de serem convocadas para assinatura da ata.

15.4. A aceitação de eventual convocação é facultativa e a recusa em assinar a ata não gera para os integrantes do cadastro de reserva a aplicação de qualquer sanção administrativa.

15.5. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

- a) Convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
- b) Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

15.6. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato decorrente da ata de registro de preço, no prazo estabelecido pela Administração, o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta.

16. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

16.1. A empresa registrada terá o seu registro cancelado quando:

- a) descumprir as condições da ata de registro de preços;
- b) não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração Pública, sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) for declarada inidônea ou impedida do direito de contratar e licitar com a Administração Pública.

16.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos a, b e d do caput deste artigo será formalizado por decisão do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

19 SES/SCL





PROCESSO: 2025/30550/008543 - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90055/2026

16.3. O direito ao contraditório e ampla defesa antes do cancelamento do registro não impede a suspensão do registro até a decisão da autoridade competente.

16.4. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou de força maior, que prejudique ou impeça o cumprimento da ata, devidamente comprovado e justificado, por razão de interesse público ou a pedido do fornecedor.

16.5. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço ou domicílio da Contratada, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Estado, considerando-se cancelado o registro na data da publicação na imprensa oficial.

16.6. A solicitação da Contratada para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, assegurada defesa prévia do fornecedor, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

17. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

17.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

17.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

17.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

17.1.3. Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

17.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

17.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

18. DO CONTRATO E CONDIÇÕES PARA A CONTRATAÇÃO

18.1. A vigência contratual será de acordo com o constante no Termo de Referência.

18.2. O órgão contratante, no momento da contratação e a cada exercício financeiro, deve observar a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

18.3. Homologado o Pregão, a Licitante será convocada de acordo com a necessidade da Administração para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, retirar a(s) Nota(s) de Empenho(s) ou assinar o contrato, podendo este prazo ser prorrogado, a critério da Administração, por igual período e por uma vez, desde que ocorra motivo justificado.

18.4. Quando a empresa adjudicatária, após convocada, recusar-se a retirar a “Nota de Empenho”, não apresentar situação fiscal regular, não assinar o contrato, negar ou retardar a entrega do(s) produto(s) objeto deste Pregão, a SES/TO convocará formalmente as Licitantes remanescentes na ordem de classificação do certame para contratar com a Administração.

18.5. Cometendo a adjudicatária uma das situações previstas acima, sem motivo justo e não acatado pela SES/TO, ficará caracterizado descumprimento total da obrigação assumida, estando à empresa sujeita às penalidades previstas em Lei.

18.6. A sujeição à penalidade prevista no subitem anterior não se aplica às Licitantes remanescentes que se negarem a aceitar a contratação nos mesmos termos propostos a primeira adjudicatária.

19. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

19.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

20 SES/SCL

Praça dos Girassóis, Esplanada das Secretarias, S/N Palmas – Tocantins – CEP: 77.015-007 Tel.: +55 63 3027-4300

www.to.gov.br/saude/





PROCESSO: 2025/30550/008543 - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90055/2026

- 19.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
- 19.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
- 19.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- 19.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 19.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- 19.1.2.4. deixar de apresentar amostra;
- 19.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 19.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 19.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 19.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
- 19.1.5. fraudar a licitação
- 19.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- 19.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- 19.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 19.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 19.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 19.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 19.2.** Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 19.2.1. advertência;
- 19.2.2. multa;
- 19.2.3. impedimento de licitar e contratar e
- 19.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 19.3.** Na aplicação das sanções serão considerados:
- 19.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
- 19.3.2. as peculiaridades do caso concreto
- 19.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
- 19.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
- 19.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 19.4.** A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **30 (trinta) dias úteis**, a contar da comunicação oficial.
- 19.4.1. Para as infrações previstas nos itens **19.1.1, 19.1.2 e 19.1.3**, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
- 19.4.2.** Para as infrações previstas nos itens **19.1.4, 19.1.5, 19.1.7 e 19.1.8**, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 19.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 19.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 19.7.** A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens **19.1.1, 19.1.2 e 19.1.3**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

21 SES/SCL

Praça dos Girassóis, Esplanada das Secretarias, S/N Palmas – Tocantins – CEP: 77.015-007 Tel.: +55 63 3027-4300

www.to.gov.br/saude/



Documento foi assinado digitalmente por JORGE MÁRIO SOARES DE SOUSA em 12/05/2026 12:39:28.

A autenticidade deste documento pode ser verificada no site <https://sgd.to.gov.br/verificador>, informando o código verificador: C78BA284025E9FFF | SGD:2026/30559/145599



PROCESSO: 2025/30550/008543 - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90055/2026

19.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens **19.1.4, 19.1.5, 19.1.6, 19.1.7 e 19.1.8**, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens **19.1.1, 19.1.2 e 19.1.3** que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

19.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item **19.1.3**, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do § 4º do art. 134 do Decreto Estadual nº 6.606/23.

19.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

19.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

19.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

19.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

19.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

19.15. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

20. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1. Ao Secretário da Saúde compete anular este Pregão de ofício, por ilegalidade, ou por provocação de qualquer pessoa, e cancelá-lo ou revogá-lo todo ou em parte, por considerá-lo inoportuno, inconsistente ou inconveniente diante de fato superveniente, mediante ato escrito e fundamentado.

20.2. As Licitantes não terão direito à indenização em decorrência de revogação ou anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito a ampla defesa e o contraditório.

20.3. É facultado ao(a) Pregoeiro(a) ou à autoridade superior, em qualquer fase deste Pregão, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.

20.4. No julgamento das propostas e na fase de habilitação, o(a) Pregoeiro(a) poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos e a sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.

20.5. Caso os prazos definidos neste Edital não estejam expressamente indicados na proposta, eles serão considerados como aceitos para efeito de julgamento deste Pregão.

20.6. Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel.

20.7. Aplicam-se às cooperativas enquadradas na situação do art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, todas as disposições relativas às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.

22 SES/SCL

Praça dos Girassóis, Esplanada das Secretarias, S/N Palmas – Tocantins – CEP: 77.015-007 Tel.: +55 63 3027-4300

www.to.gov.br/saude/





PROCESSO: 2025/30550/008543 - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90055/2026

- 20.8. Em caso de divergência entre normas infralegais e as contidas neste Edital, prevalecerão as últimas, exceto em caso de normas editadas pelo Governo do Estado e Federal.
- 20.9. Não serão aceitos documentos com a vigência vencida, exceto se, e nos casos que o Edital permitir;
- 20.10. A participação neste Pregão implica, automaticamente, na aceitação integral dos termos deste Edital, seus Anexos, leis e normas aplicáveis;
- 20.11. Este Pregão poderá ter a data de abertura da sessão pública transferida por conveniência da SES/TO, sem prejuízo do disposto no artigo 55 da Lei n.º 14.133/2021.
- 20.12. Este Edital é instrumento de adesão, donde todos que participem estão automaticamente de acordo com suas condições.
- 20.13. Não serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitação de documentos” em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos, salvo nos casos expressamente permitidos.
- 20.14. Na contagem dos prazos, exclui-se o dia de início inclui-se o último.
- 20.15. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.saude.to.gov.br.

21. DA RESOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS E DO FORO

21.1. Enquadram-se como meios alternativos de prevenção e resolução de controvérsias, entre outros aptos à consensualidade, negociação direta, a mediação, a conciliação, o dispute board e a arbitragem, incumbindo à Procuradoria-Geral do Estado o necessário assessoramento jurídico para viabilização e implementação de técnicas de resolução administrativa de controvérsias, evitando a judicialização com base em avaliação do risco jurídico imposto ao Estado em cada caso concreto.

21.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Palmas - TO para dirimir os litígios decorrentes deste **CONTRATO** que não puderem ser compostos pela conciliação, obedecidos os termos do art. 92, §1º, da Lei 14.133, de 2021.

Palmas, capital do estado, aos 12 (doze) dias do mês de maio do ano de 2026.

Assinatura digital
JORGE MÁRIO SOARES DE SOUSA
Superintendente da Central de Licitação

23 SES/SCL

Praça dos Girassóis, Esplanada das Secretarias, S/N Palmas – Tocantins – CEP: 77.015-007 Tel.: +55 63 3027-4300

www.to.gov.br/saude/





PROCESSO: 2025/30550/008543 - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90055/2026

ANEXO I

Critério de Julgamento e Relação/Descrição dos Produtos

01. Do critério de julgamento:

- a) Será vencedora a Licitante que atender as exigências do Edital e apresentar o **menor valor total do Lote**;
- b) A proposta deverá conter apenas duas casas decimais após a vírgula;
- c) O preço estimado para contratação será de **R\$ 1.623.928,84, (Um milhão, seiscentos e vinte e três mil, novecentos e vinte e oito reais e oitenta e quatro centavos).**

02. Da Relação/Descrição dos produtos:

LOTE - 1 REGIÃO DE SAÚDE MACRO SUL				
UNIDADE HOSPITALAR	TETO FÍSICO		TETO FINANCEIRO	
	MENSAL	ANUAL	MENSAL	ANUAL
Hospital Geral de Palmas, além de outras unidades hospitalares da Macrorregião Centro-Sul que necessitam dos serviços de Medicina Nuclear in vivo – Cintilografia.	92	1.109	R\$ 70.405,96	R\$ 848.697,97
TOTAL	92	1.109	R\$ 70.405,96	R\$ 848.697,97
MUNICÍPIOS		TETO FÍSICO - PPI	TETO FINANCEIRO	
		ANUAL	ANUAL	
ABREULÂNDIA		1	R\$ 318.357,40	
ALIANCA DO TOCANTINS		3		
ALMAS		4		
ALVORADA		4		
APARECIDA DO RIO NEGRO		2		
ARAGUACEMA		3		
ARAGUACU		5		
ARRAIAS		6		
AURORA DO TOCANTINS		2		
BARROLÂNDIA		3		
BREJINHO DE NAZARE		3		
CARIRI DO TOCANTINS		2		
CASEARA		2		
CHAPADA DA NATIVIDADE		2		
COMBINADO		3		
CONCEICAO DO TOCANTINS		2		
CRISTALÂNDIA		4		
CRIIXAS DO TOCANTINS		1		

24 SES/SCL

Praça dos Girassóis, Esplanada das Secretarias, S/N Palmas – Tocantins – CEP: 77.015-007 Tel.: +55 63 3027-4300

www.to.gov.br/saude/



PROCESSO: 2025/30550/008543 - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90055/2026

DIANOPOLIS	10	
DIVINOPOLIS DO TOCANTINS	3	
DOIS IRMAOS DO TOCANTINS	4	
DUERE	2	
FATIMA	2	
FIGUEIROPOLIS	3	
FORMOSO DO ARAGUAIA	10	
GURUPI	41	
IPUEIRAS	1	
JAU DO TOCANTINS	2	
LAGOA DA CONFUSAO	5	
LAGOA DO TOCANTINS	2	
LAJEADO	1	
LAVANDEIRA	1	
LIZARDA	2	
MARIANOPOLIS DO TOCANTINS	2	
MATEIROS	1	
MIRACEMA DO TOCANTINS	11	
MIRANORTE	7	
MONTE DO CARMO	4	
MONTE SANTO DO TOCANTINS	1	
NATIVIDADE	5	
NOVA ROSALANDIA	2	
NOVO ACORDO	2	
NOVO ALEGRE	1	
NOVO JARDIM	1	
OLIVEIRA DE FATIMA	1	
PALMAS	122	
PALMEIROPOLIS	4	
PARAISO DO TOCANTINS	24	
PARANA	6	
PEIXE	6	
PINDORAMA DO TOCANTINS	2	
PIUM	4	
PONTE ALTA DO BOM JESUS	2	
PONTE ALTA DO TOCANTINS	4	
PORTO ALEGRE DO TOCANTINS	2	

25 SES/SCL

Praça dos Girassóis, Esplanada das Secretarias, S/N Palmas – Tocantins – CEP: 77.015-007 Tel.: +55 63 3027-4300

www.to.gov.br/saude/

Documento foi assinado digitalmente por JORGE MÁRIO SOARES DE SOUSA em 12/05/2026 12:39:28.

A autenticidade deste documento pode ser verificada no site <https://sgd.to.gov.br/verificador>, informando o código verificador: C78BA284025E9FFF | SGD:2026/30559/145599



PROCESSO: 2025/30550/008543 - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90055/2026

PORTO NACIONAL	26	
PUGMIL	1	
RIO DA CONCEICAO	1	
RIO DOS BOIS	1	
RIO SONO	3	
SANDOLANDIA	2	
SANTA RITA DO TOCANTINS	1	
SANTA ROSA DO TOCANTINS	2	
SANTA TEREZA DO TOCANTINS	1	
SAO FELIX DO TOCANTINS	1	
SAO SALVADOR DO TOCANTINS	2	
SAO VALERIO DA NATIVIDADE	2	
SILVANOPOLIS	3	
SUCUPIRA	1	
TAGUATINGA	8	
TAIPAS DO TOCANTINS	1	
TALISMA	1	
TOCANTINIA	4	
TOTAL	416	R\$ 318.357,40
VALOR TOTAL ANO - LOTE 1		R\$ 1.167.055,36

LOTE - 2 REGIÃO DE SAÚDE MACRO NORTE				
UNIDADE HOSPITALAR	TETO FÍSICO		TETO FINANCEIRO	
	MENSAL	ANUAL	MENSAL	ANUAL
Hospital Regional de Araguaína, além de outras unidades hospitalares da Macrorregião Norte que necessitam dos serviços de Medicina Nuclear in vivo – Cintilografia.	23	276	R\$ 17.601,49	R\$ 211.217,89
TOTAL	23	276	R\$ 17.601,49	R\$ 211.217,89
MUNICÍPIOS		TETO FÍSICO	TETO FINANCEIRO	
		ANUAL	ANUAL	
ABREULÂNDIA		1		
ANANAS		5		
ANGICO		2		
ARAGOMINAS		3		
ARAGUAINA		81		
ARAGUANA		3		
ARAGUATINS		17		
ARAPOEMA		4		

26 SES/SCL

Praça dos Girassóis, Esplanada das Secretarias, S/N Palmas – Tocantins – CEP: 77.015-007 Tel.: +55 63 3027-4300

www.to.gov.br/saude/



PROCESSO: 2025/30550/008543 - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90055/2026

AUGUSTINOPOLIS	9	R\$ 245.655,59
AXIXA DO TOCANTINS	5	
BABACULANDIA	6	
BANDEIRANTES DO TOCANTINS	2	
BARRA DO OURO	2	
BERNARDO SAYAO	2	
BOM JESUS DO TOCANTINS	2	
BRASILANDIA DO TOCANTINS	1	
BURITI DO TOCANTINS	5	
CACHOEIRINHA	1	
CAMPOS LINDOS	4	
CARMOLANDIA	1	
CARRASCO BONITO	2	
CENTENARIO	1	
COLINAS DO TOCANTINS	17	
COLMEIA	5	
COUTO DE MAGALHAES	3	
DARCINOPOLIS	3	
ESPERANTINA	5	
FILADELFIA	5	
GOIANORTE	3	
GOIATINS	6	
GUARAI	12	
ITACAJA	4	
ITAGUATINS	3	
ITAPIRATINS	2	
ITAPORA DO TOCANTINS	1	
JUARINA	1	
LUZINOPOLIS	1	
MAURILANDIA DO TOCANTINS	2	
MURICILANDIA	2	
NAZARE	2	
NOVA OLINDA	6	
PALMEIRANTE	3	
PALMEIRAS DO TOCANTINS	3	
PAU DARCO	2	
PEDRO AFONSO	6	
PEQUIZEIRO	3	
PIRAQUE	2	
PRAIA NORTE	4	
PRESIDENTE KENNEDY	2	
RECURSOLANDIA	2	
RIACHINHO	2	
SAMPAIO	2	
SANTA FE DO ARAGUAIA	4	

27 SES/SCL

Praça dos Girassóis, Esplanada das Secretarias, S/N Palmas – Tocantins – CEP: 77.015-007 Tel.: +55 63 3027-4300

www.to.gov.br/saude/



PROCESSO: 2025/30550/008543 - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90055/2026

SANTA MARIA DO TOCANTINS	2	
SANTA TEREZINHA DO TOCANTINS	1	
SAO BENTO DO TOCANTINS	2	
SAO MIGUEL DO TOCANTINS	6	
SAO SEBASTIAO DO TOCANTINS	2	
SITIO NOVO DO TOCANTINS	5	
TOCANTINOPOLIS	12	
TUPIRAMA	1	
TUPIRATINS	1	
WANDERLANDIA	6	
XAMBIOA	6	
TOTAL	321	R\$ 245.655,59
VALOR TOTAL ANO - LOTE 2		R\$ 456.873,48

DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
VALOR TOTAL ANUAL -LOTE 1	1.167.055,36
VALOR TOTAL ANUAL -LOTE 2	456.873,48
SOMATÓRIO TOTAL	1.623.928,84

28 SES/SCL

Praça dos Girassóis, Esplanada das Secretarias, S/N Palmas – Tocantins – CEP: 77.015-007 Tel.: +55 63 3027-4300

www.to.gov.br/saude/

Documento foi assinado digitalmente por JORGE MÁRIO SOARES DE SOUSA em 12/05/2026 12:39:28.

A autenticidade deste documento pode ser verificada no site <https://sgd.to.gov.br/verificador>, informando o código verificador: C78BA284025E9FFF | SGD:2026/30559/145599



PROCESSO: 2025/30550/008543 - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90055/2026

ANEXO II
TERMO DE REFERÊNCIA 2/2026/SES/SUHP

SOLICITANTE(S)	
Superintendência de Políticas de Atenção à Saúde – SPAS /Superintendência de Unidades Hospitalares Próprias – SUHP	Ramal: (63) 3027-4543, 3027-4344
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
Ação/PPA/Orçamento: 4537 - Assistência Especializada Complementar ao SUS na Rede Privada. 4539 - Assistência Hospitalar Ambulatorial na Rede Própria. Classificação Orçamentária: 30550.10.302.1165.4537 / 30550.10.302.1165.4539 Programa PPA: 1165 – TO Cuidando da Saúde Natureza de despesa: 33 90 39 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica Fonte de Recurso: 60000002501002754 / 5001002102818888	
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:	(x) SIM () NÃO

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 Contratação de empresa especializada na realização de exames de Cintilografia, incluindo o fornecimento das imagens e a emissão de laudos detalhados, conforme procedimentos previstos na Tabela SIGTAP vigente. Os serviços destinam-se ao atendimento de pacientes ambulatoriais dos Municípios referenciados e das Unidades Hospitalares do Estado do Tocantins, conforme a Programação Pactuada e Integrada (PPI), mediante regulação prévia pela Central Estadual de Regulação, de acordo com as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

1.2. Especificação de Objeto : (conforme anexo I do Edital)

- 1.2.1. A faixa etária para a realização dos procedimentos, objeto deste termo, compreende pacientes de 0 a 130 anos.
- 1.2.2. O serviço de exames contratado deverá estar de acordo com as legislações vigentes específicas de cada área.
- 1.2.3. O serviço/procedimento/exame deverá ser realizado de acordo com os critérios estabelecidos de cada Sociedade Brasileira correspondente.
- 1.2.4. Todos os procedimentos necessários à realização de quaisquer itens do objeto desta contratação deverão ser prontamente atendidos pelo(s) contratado.
- 1.2.5. Somente o profissional habilitado deverá requisitar os serviços/procedimentos especializados objeto desta contratação.
- 1.2.6. Os laudos emitidos deverão ser elaborados por profissional médico habilitado com a respectiva especialidade/RQE, devidamente registrado pelo Conselho Regional de Medicina – CRM/TO, ou por outro profissional, conforme definido no Código Brasileiro de Ocupação, devidamente registrado no conselho de fiscalização profissional competente.
- 1.2.7. A Equipe Básica para a execução dos exames deve ser composta por profissionais habilitados.
- 1.2.8. A Instituição CONTRATADA deve contar com toda estrutura de apoio necessária para a realização dos procedimentos.
- 1.2.9. A Instituição CONTRATADA deve dispor obrigatoriamente de todos os materiais, insumos e equipamentos necessários para a execução dos serviços.
- 1.2.10. Os tipos de exames previstos neste Termo são aqueles descritos nas normativas do Ministério da Saúde.
- 1.2.11. Com fulcro nos incisos I e IV do Art. 252 do Decreto Estadual Nº 6.606/2023, o qual tem como o Sistema de Registro de Preços uma alternativa de aquisição/contratação eficaz, pois auxilia no planejamento nos casos em que não é possível definir o quantitativo exato da demanda, possibilitando assim a estruturação da contratação de forma a atender as demandas atualizadas, bem como garantir as necessidades das futuras e eventuais, necessidades que possam surgir durante todo período de vigência da referida Ata.
- 1.2.12. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum, conforme estabelecido inciso XIII do Art. 6º da Lei 29 SES/SCL

Praça dos Girassóis, Esplanada das Secretarias, S/N Palmas – Tocantins – CEP: 77.015-007 Tel.: +55 63 3027-4300

www.to.gov.br/saude/

Documento foi assinado digitalmente por JORGE MÁRIO SOARES DE SOUSA em 12/05/2026 12:39:28.

A autenticidade deste documento pode ser verificada no site <https://sgd.to.gov.br/verificador>, informando o código verificador: C78BA284025E9FFF | SGD:2026/30559/145599



PROCESSO: 2025/30550/008543 - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90055/2026

Nº 14.133, de 1º de abril de 2021, tendo em vista os padrões de desempenho, qualidade e objetivos, adotando-se especificações usuais de mercado, sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser adquirido mediante processo licitatório, pelo menor preço.

1.2.13. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista a necessidade permanente da Pasta, em conformidade com o estabelecido no inciso XV do Art. 6º da Lei 14.133/2021.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. O Sistema Único de Saúde - SUS, criado pela Constituição Federal de 1988 e regulamentado pela Lei Nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 e Lei Nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, constituiu-se no modelo oficial público de atenção à saúde no Brasil. A política de saúde definida constitucionalmente foi orientada pelos princípios da universalidade e da igualdade no acesso a ações e serviços, os quais deveriam integrar uma rede regionalizada e hierarquizada, constituindo um sistema único (BRASIL, 1988), a partir da formação de redes assistenciais (SILVA, 2011).

2.2. A regionalização é a diretriz do SUS que orienta a descentralização das ações e serviços de saúde, bem como os processos de negociação e pactuação entre os gestores (BRASIL, 2006a). A articulação entre os gestores municipais para pactuação das referências intermunicipais dar-se-á por meio da Programação Pactuada e Integrada - PPI, (BRASIL, 2011b).

2.3. A PPI é o instrumento que, em consonância com o processo de planejamento, visa definir e quantificar as ações de saúde para a população residente em cada território, além de nortear a alocação dos recursos financeiros a partir de critérios e parâmetros pactuados entre os gestores. Deve, ainda, explicitar os pactos de referência entre municípios e definir a parcela de recursos destinados à assistência da própria população e da população referenciada por outros municípios (BRASIL, 2006b).

2.4. A contratação em comento compreende os serviços de assistência à saúde em Medicina Nuclear, com capacidade de atendimento adequado, equipamentos específicos, profissionais, estrutura física e material adequados para atender à demanda dos municípios que estão sob gestão estadual, demandas eletivas e urgência da Secretaria de Saúde do estado do Tocantins;

2.5. A Constituição Federal de 1988 afirma que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem tanto à redução do risco de doença e de outros agravos, quanto ao acesso universal e igualitário às ações e serviços de saúde para sua promoção, proteção e recuperação. As ações e serviços obedecem aos princípios de: (I) universalidade de acesso aos serviços de saúde em todos os níveis de assistência; (II) integralidade de assistência em todos os níveis de complexidade do sistema e (III) igualdade da assistência à saúde, através da conjugação dos recursos financeiros, tecnológicos, materiais e humanos do Estado e dos Municípios na prestação de serviços de assistência à saúde à população. Cabe à direção municipal do Sistema Único de Saúde (SUS) prestar apoio técnico e financeiro ao município e executar supletivamente ações e serviços de saúde.

2.6. A SES/TO, além da responsabilidade pela gestão, mediante atuação do exercício do controle, avaliação, auditoria e regulação do SUS, funções importantes relacionadas à gestão das políticas de saúde no Estado, é responsável também pelo provimento de ações e serviços de saúde diretamente à população, assumindo a gestão dos serviços de assistência de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar.

2.7. No Tocantins, ainda é baixo o índice de descentralização das ações e serviços de saúde de média complexidade (atenção especializada) para as secretarias municipais de saúde, por isso, a SES/TO possui um papel preponderante neste nível de atenção sendo a maior responsável por sua oferta.

2.8. Através dos exames de Medicina Nuclear a análise para diagnóstico ou evolução de tratamento de pacientes com doenças crônicas, além de possibilitar a avaliação do seu quadro de saúde, também serve para avaliar a necessidade de cirurgias e/ou tratamento.

2.9. Os prejuízos decorrentes da falta de acesso aos exames de Medicina Nuclear para o diagnóstico ou rastreio de doenças abrangem todos os segmentos sociais e financeiros, acarretando ônus considerável ao paciente, bem como à família deste, e ao Estado.

30 SES/SCL

Praça dos Girassóis, Esplanada das Secretarias, S/N Palmas – Tocantins – CEP: 77.015-007 Tel.: +55 63 3027-4300

www.to.gov.br/saude/





PROCESSO: 2025/30550/008543 - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90055/2026

2.10. A contratação de serviços de Medicina Nuclear no Estado do Tocantins, por meio do Sistema de Registro de Preços (SRP), se justifica pela relevância assistencial, pela demanda crescente e pela necessidade de assegurar o acesso igualitário aos procedimentos diagnósticos e terapêuticos de alta complexidade nas Regiões de Saúde Macro Norte e Macro Sul.

2.11. A Medicina Nuclear é uma especialidade estratégica, essencial para o diagnóstico precoce e monitoramento de doenças crônicas graves, especialmente câncer, doenças cardiovasculares, distúrbios endócrinos, neurológicos e nefrológicos. Exames como cintilografia miocárdica, óssea, renal e tireoidiana são fundamentais para a definição terapêutica e o prognóstico dos pacientes. Contudo, a oferta desses serviços é limitada no Tocantins e compromete a integralidade e continuidade do cuidado.

2.12. A população usuária do Sistema Único de Saúde (SUS) no Tocantins apresenta alta prevalência de doenças crônicas que demandam diagnóstico por imagem nuclear especializado, sobretudo nas áreas cardiovascular, oncológica, renal e osteoarticular. As doenças cardiovasculares seguem como a principal causa de morte no país. Estimativas apontam que o tabagismo, presente em cerca de 24% da população adulta, é responsável por 45% das mortes por infarto e 25% dos óbitos por AVC no âmbito do SUS.

2.13. A oferta regular e oportuna de exames de cintilografia está diretamente alinhada aos preceitos legais estabelecidos pelas Leis Nº 12.732/2012 e Nº 13.896/2019. A primeira dispõe sobre o início do tratamento de pacientes com neoplasia maligna no SUS, que deve ocorrer em até 60 dias após o diagnóstico. A segunda garante a realização de exames diagnósticos para pacientes com suspeita de câncer no prazo máximo de 30 dias, mediante indicação médica. Ambas reforçam a necessidade de fluxos diagnósticos ágeis e integrados, nos quais a cintilografia desempenha papel essencial.

2.14. De acordo com o Instituto Nacional de Câncer (INCA), estima-se a ocorrência de aproximadamente 704 mil novos casos de câncer por ano, entre 2023 e 2025. Cânceres de mama, próstata, cólon e reto são os mais prevalentes e geram alta demanda por exames de estadiamento e acompanhamento terapêutico. A cintilografia também se mostra indispensável no monitoramento de doenças renais, frequentemente associadas à hipertensão e ao diabetes, bem como em patologias ósseas comuns em idosos e pacientes com mobilidade reduzida.

2.15. Dentre os exames mais relevantes, destaca-se a cintilografia do miocárdio, um método funcional que avalia a perfusão sanguínea do coração utilizando pequenas doses de radiação. Esse exame é capaz de identificar isquemias causadas por obstruções nas artérias coronárias antes da ocorrência de eventos graves, como o infarto agudo do miocárdio. Por fornecer dados precisos sobre o funcionamento cardíaco em repouso e esforço, trata-se de ferramenta essencial para guiar condutas clínicas mais eficazes. É especialmente indicada para pacientes com histórico familiar de doenças cardíacas, hipertensão arterial, diabetes, dislipidemia, sobrepeso ou obesidade.

2.16. Na Região de Saúde Macro Norte, onde se destacam municípios como Araguaína, Tocantinópolis, Guaraí e Colinas do Tocantins, observa-se um número crescente de pacientes oncológicos e cardiopatas. A ausência de centros de Medicina Nuclear sob gestão Estadual, obriga os usuários a percorrer grandes distâncias, com impacto negativo no tratamento. A Região Macro Sul, cujo principal polo é Palmas, embora disponha de maior infraestrutura, apresenta serviços sobrecarregados e cobertura insuficiente para toda a população da macrorregião, que inclui cidades como Gurupi, Porto Nacional e Dianópolis.

2.17. A utilização do Sistema de Registro de Preços, previsto nos artigos 82 a 86 da Lei Nº 14.133/2021, configura-se como mecanismo eficiente e vantajoso para a administração pública, permitindo contratações conforme a necessidade e disponibilidade orçamentária, sem comprometer a continuidade do serviço. O SRP garante economicidade, planejamento e flexibilidade na contratação, permitindo o atendimento da demanda crescente e flutuante, observando os princípios da eficiência, da economicidade e da vantajosidade do processo.

2.18. Ademais, o art. 11, inciso I da Lei Nº 8.080/1990 (Lei Orgânica da Saúde), assegura a organização dos serviços públicos de saúde de forma regionalizada e hierarquizada, conforme o perfil epidemiológico. Portanto, a contratação regionalizada por SRP contribui para a organização da Rede de Atenção à Saúde (RAS), respeitando o planejamento regional integrado e garantindo acesso equânime aos serviços especializados.

2.19. Diante disso, a contratação de serviços de Medicina Nuclear via SRP possibilita que o Estado do Tocantins amplie a capacidade de atendimento especializado nas Regiões Macro Norte e Sul, de forma planejada, transparente e legal, promovendo maior resolutividade local, reduzindo deslocamentos e assegurando acesso mais

31 SES/SCL





PROCESSO: 2025/30550/008543 - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90055/2026

rápido e eficaz aos usuários do SUS. Trata-se de medida alinhada à Política Nacional para a Prevenção e Controle do Câncer e à diretriz da regionalização dos serviços, com forte amparo legal e justificativa técnico-assistencial consistente.

2.20. Demonstração da Previsão da Contratação no Plano de Contratações Anual.

2.20.1. A contratação em tela tem adequação orçamentária e compatibilidade com o Plano Plurianual (PPA 2024-2027), com a Lei Orçamentária Anual (LOA- 2026), bem como com a Programação Anual de Saúde (PAS) – 2026, Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), Decreto Orçamentário Nº 7.089 de 30 de janeiro de DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL.

2.20.2. A contratação em tela tem adequação orçamentária e compatibilidade com o Plano Plurianual (PPA 2024-2027), com a Lei Orçamentária Anual (LOA- 2026), bem como com a Programação Anual de Saúde (PAS) – 2026, Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), Decreto Orçamentário Nº 7.089 de 30 de janeiro de 2026.

2.20.3. De modo específico a contratação enquadra-se ao descritivo do Programa e Ações e objetivo no PPA conforme citado abaixo:

PROGRAMA	AÇÃO	OBJETIVO
1165 – TO Cuidando da Saúde	30550.10.302.1165.4537	Ofertar Assistência Ambulatorial e Hospitalar Integrada e Regionalizada à População no SUS.
	30550.10.302.1165.4539	

1.1.1. A demanda está prevista no Plano de Contratações Anual (PCA– 2026), conforme protocolo de publicação no Portal Nacional de Compras Públicas - PNCP: 25053117000164-0-000001/2026.

1.1.2. Segue link: [<https://pncp.gov.br/app/pca/25053117000164/2026>].

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. A presente solução visa à estruturação regionalizada e efetiva da oferta de exames de cintilografia no Estado do Tocantins, com abrangência nas Regiões de Saúde Macro Norte e Macro Sul, a fim de garantir o acesso equânime, oportuno e resolutivo aos usuários do SUS que necessitam de procedimentos diagnósticos em Medicina Nuclear.

3.2. A cintilografia é um exame essencial na linha de cuidado de pacientes com doenças cardiovasculares, oncológicas, renais, ósseas, tireoidianas e neurológicas. O Estado do Tocantins, atualmente, não dispõe de cobertura suficiente para atender de forma plena a demanda, o que acarreta a necessidade de deslocamentos intermunicipais, elevação dos custos com Tratamento Fora de Domicílio (TFD), agravamento de condições clínicas e atraso nos diagnósticos.

3.3. Componentes da Solução:

a) **Contratação via Sistema de Registro de Preços (SRP):** Será realizada licitação para registro de preços de exames de cintilografia, conforme os Arts. 82 a 86 da Lei Nº 14.133/2021, o que permite ao Estado contratar os serviços de forma escalonada, conforme a demanda, respeitando os limites orçamentários e promovendo economicidade e planejamento logístico eficiente.

b) **Abrangência Geográfica Regionalizada:**

- **Macro Norte:** Atenderá municípios como Araguaína, Tocantinópolis, Colinas, Guaraí, dentre outros, com população estimada em mais de 500 mil habitantes. A instalação ou habilitação de unidades prestadoras permitirá o atendimento local ou regionalizado, reduzindo deslocamentos e otimizando recursos.

- **Macro Sul:** Com sede em Palmas e abrangência em municípios como Gurupi, Porto Nacional, Paraíso e Dianópolis, contempla uma população semelhante e já dispõe de estrutura parcial, que poderá ser ampliada ou complementada por meio do contrato.

c) **Rede de Prestadores Habilitados:**

32 SES/SCL

Praça dos Girassóis, Esplanada das Secretarias, S/N Palmas – Tocantins – CEP: 77.015-007 Tel.: +55 63 3027-4300

www.to.gov.br/saude/





PROCESSO: 2025/30550/008543 - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90055/2026

A solução prevê a contratação de clínicas e/ou hospitais com infraestrutura habilitada pela Vigilância Sanitária, com equipamentos próprios de Medicina Nuclear, laboratório de radiofármacos, equipe multiprofissional especializada e sistemas de laudo integrados com a regulação estadual.

d) Regulação, Acesso e Equidade:

A regulação do acesso aos exames será realizada via sistema estadual, com base em protocolos clínicos e prioridade de risco. A oferta será distribuída conforme critérios populacionais, epidemiológicos e logísticos, respeitando os princípios do SUS (universalidade, integralidade e equidade).

e) Resultados Esperados:

- Atendimento do paciente mais próximo de sua residência, ou região de saúde.
- Redução do tempo de espera para diagnóstico e início de tratamento.
- Descentralização e interiorização da oferta de exames de alta complexidade.
- Fortalecimento da Rede de Atenção à Saúde, com foco na regionalização.
- Otimização de recursos públicos com ganhos em eficiência e qualidade assistencial.

3.4. Essa solução proporciona, de forma estruturada, ampliação da oferta de exames de cintilografia, com distribuição estratégica nas duas principais macrorregiões de saúde do Tocantins, respeitando o planejamento regional e os princípios legais da administração pública e da política nacional de saúde.

3.5. Os Principais Tipos de Cintilografias São:

I. Cintilografia do Miocárdio

A cintilografia do miocárdio é ideal para avaliar a isquemia miocárdica, bem como prevenir o infarto e outras doenças relacionadas ao coração. O exame possui como objetivo inferir o fluxo sanguíneo através das artérias que nutrem o músculo cardíaco. Assim, é possível identificar determinadas falhas na irrigação de algumas regiões do coração, que podem causar um infarto do miocárdio.

II. Cintilografia Pulmonar

A cintilografia pulmonar é feita em duas etapas conhecidas como: inalação/ventilação e a perfusão. O exame é o responsável por detectar a presença de alterações ou anomalias na passagem do ar e na circulação de sangue nos pulmões. Ou seja, é ideal para analisar e controlar doenças pulmonares, como tromboembolismo pulmonar e, menos comumente, malformações pulmonares, vasculares ou cardíacas.

III. Cintilografia Óssea

A cintilografia óssea é recomendada para identificar alterações no metabolismo dos ossos, que podem inferir doenças como infecção, fratura, osteoartrite ou câncer.

IV. Cintilografia Cerebral

A cintilografia cerebral serve para estudar as doenças que afetam o cérebro, dentre elas demências como o Alzheimer e a Demência por corpúsculos de Lewy, tumores cerebrais e AVCs.

V. Cintilografia Renal

A cintilografia renal é recomendada para estudar as funções dos rins e diagnosticar infecção, malformação, obstrução e outros problemas como estenose da artéria renal.

VI. Cintilografia de Tireoide

A cintilografia da tireoide é muito utilizada para analisar o funcionamento da tireoide ou para analisar se há células tumorais quando ocorre a retirada da tireoide. Além disso, o exame pode identificar doenças e outros problemas, como por exemplo:

- Tireoide ectópica, que ocorre quando a glândula encontra-se fora do seu local de origem;
- Tireoide mergulhante, quando a glândula está maior e pode acabar chegando ao tórax;
- Nódulos e câncer da tireoide;
- Hipertireoidismo, que ocorre quando as glândulas estão produzindo mais hormônios do que o de costume;
- Hipotireoidismo, diferentemente da hipertireoidismo, ocorre quando as glândulas produzem menos hormônios que o normal;
- Tireoidite, uma inflamação da tireoide.

3.6. Por todo o exposto, resta comprovada a necessidade da efetiva contratação dos serviços, objeto deste Termo de Referência, com vistas a uma oferta adequada de serviços para complementar à oferta atual na rede

33 SES/SCL





PROCESSO: 2025/30550/008543 - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90055/2026

pública e filantrópica, possibilitando maior agilidade ao atendimento das demandas cadastradas no sistema de regulação, assim como estabelecimento de prazos para atendimento da fila de espera, de acordo com a classificação de risco.

3.7. Do Parcelamento do Objeto

3.7.1. No intuito de facilitar a operacionalização dos serviços, além de aperfeiçoar a fiscalização da execução e o gerenciamento dos contratos, observando o Princípio da Economicidade, as características e as proximidades geográficas dos municípios, conforme cada região de saúde.

3.7.2. Cada grupo/lote contém os itens necessários para exames de Medicina Nuclear, que será bem minuciosa, sendo aplicada em todas as áreas citadas no período mensal.

3.7.3. Nos lotes, contém ainda os itens necessários relação dos municípios que serão contemplados com a prestação dos serviços de Medicina Nuclear no ANEXO I deste termo está descrito a relação dos exames a serem realizados com código de Tabela SIGTAP.

3.7.4. A divisão por lote justifica-se em virtude de aperfeiçoar o gerenciamento, os procedimentos, fiscalização e economia diante dos municípios mais próximos conforme sua região de saúde, sendo o objeto de o certame consistir em lotes com itens com características semelhantes e comuns ao mercado, permitindo que fornecedores especializados em uma linha de produtos possam oferecer maiores descontos na composição do preço.

3.7.5. Lotes formulados de forma correta e eficiente favorecem o sucesso da licitação, diminuindo o tempo da fase de lances, aumentando a flexibilidade da formação de preços e reduzindo o fracasso de itens.

3.7.6. A recomendação do Tribunal de Contas da União é a realização da licitação por itens, de forma fracionada, sempre que econômica e tecnicamente viável, em consonância com os preceitos inseridos na Súmula 247 da referida Corte.

3.7.7. A despeito da sobredita orientação, ou seja, a divisão por itens, tantos quanto possíveis, a formação de grupos pode e deve ser utilizada quando a natureza do objeto da licitação condiciona tecnicamente a contratação de forma conjunta ou que possibilite maiores vantagens econômicas em função da escala.

3.7.8. Ademais, haveria significativa dificuldade para a garantia dos serviços executados, uma vez que cada contratado pode tentar se eximir de suas responsabilidades, argumentando que sua execução foi prejudicada/comprometida pela interferência dos serviços prestados por outra CONTRATADA.

4.1. As licitantes deverão atender aos requisitos exigidos do Instrumento Convocatório e do Termo de referência nos itens que lhe compete, tendo como obrigações principais, que o serviço ofertado atenda todas as exigências de especificação, critérios de sustentabilidade, atendendo as normativas, que couber.

4.2. Para prestação de serviços solicitados, a interessada deverá ser comprovadamente pessoa jurídica atuante no ramo das atividades que sejam objeto desta licitação, bem como apresentação dos documentos previstos no Art. 62, da Lei Nº 14.133/2021.

4.3. Os serviços deverão ser realizados na sede da contratada especializada no ramo, devidamente regulamentada e autorizada pelos órgãos competentes, observando orçamento quanto a possibilidade de aquisição de quantitativos durante o período de vigência do contrato e a disponibilidade orçamentária.

4.5. As licitantes deverão assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica sobre a qualidade e especificação dos serviços que serão entregues.

4.6. As licitantes deverão fornecer diretamente o objeto, não podendo transferir a responsabilidade pelo objeto demandado para nenhuma outra empresa ou instituição de qualquer natureza.

4.7. As licitantes deverão repetir procedimentos às suas próprias custas para correção de falhas verificadas, principalmente na hipótese de aquisição do objeto em desacordo com as condições pactuadas.

4.8. A CONTRATADA deve estar certificada e CONTRATADA pelos órgãos reguladores competentes, em conformidade com as normas e regulamentos do SUS.

4.9. A CONTRATADA deve demonstrar capacidade para atender tanto casos de urgência e emergência e pacientes ambulatoriais;

4.10. A CONTRATADA deverá possuir equipe com profissionais com qualificação conforme objeto da contratação.

34 SES/SCL

Praça dos Girassóis, Esplanada das Secretarias, S/N Palmas – Tocantins – CEP: 77.015-007 Tel.: +55 63 3027-4300

www.to.gov.br/saude/





PROCESSO: 2025/30550/008543 - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90055/2026

4.11. Apresentar comprovação por meio da emissão de pessoa jurídica de direito público ou privado de Atestado de Capacidade Técnica do objeto devidamente executado, que demonstre a aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação, que comprove 40% (quarenta por cento) do termo de referência.

4.12. A CONTRATADA deverá apresentar Licença da CNEN (Comissão Nacional de Energia Nuclear) para operação com materiais radioativos.

4.13. A CONTRATADA deverá utilizar a Autorização de funcionamento da ANVISA, conforme RDC Nº 330/2019.

4.14. A CONTRATADA deverá Cumprir da RDC Nº 38/2008 para serviços de medicina nuclear.

4.15. Dos Critérios da Sustentabilidade

4.15.1. Sustentabilidade Social

4.15.1.1. Não há impactos ambientais resultantes da contratação, no entanto, a CONTRATADA deverá observar:

4.15.1.2. Proteção à segurança e à saúde dos trabalhadores dos serviços de saúde e daqueles que exercem atividades de promoção e assistência à saúde em geral, consubstanciada na Norma Regulamentadora NR 32/ABNT.

4.15.1.3. Boas práticas para o processamento de produtos de saúde (Resolução da Diretoria Colegiada RDC 15/2012 – ANVISA).

4.16. Sustentabilidade Econômica

4.16.1. A contratação dos serviços de cintilografia, por meio do Sistema de Registro de Preços (SRP), está fundamentada nos princípios da economicidade, eficiência e racionalização dos recursos públicos, assegurando sustentabilidade econômica à administração pública estadual. O modelo proposto permite a adesão conforme a efetiva necessidade de utilização dos serviços, evitando o comprometimento de recursos com contratações desproporcionais à demanda real, além de proporcionar maior flexibilidade na gestão orçamentária.

4.16.2. A utilização do SRP possibilita que as unidades hospitalares sob gestão da Secretaria de Estado da Saúde do Tocantins solicitem os serviços conforme a demanda local e regional, promovendo maior controle de custos, previsibilidade de despesas e melhor alocação dos recursos financeiros. Essa estratégia contribui diretamente para a sustentabilidade da política pública de diagnóstico e tratamento de doenças de alta complexidade, ao mesmo tempo em que minimiza desperdícios, retrabalho e deslocamentos desnecessários de pacientes.

4.16.3. Ademais, a ampliação do acesso a exames de cintilografia possibilita diagnósticos mais precisos e precoces, reduzindo a incidência de complicações clínicas, internações prolongadas e procedimentos de maior custo no futuro. Essa abordagem preventiva e resolutiva está alinhada à diretriz de cuidado integral e contínuo no Sistema Único de Saúde (SUS), promovendo impactos positivos sobre a sustentabilidade do sistema de saúde como um todo.

4.16.4. Portanto, a contratação representa uma medida técnica e economicamente sustentável, garantindo o equilíbrio entre qualidade assistencial, racionalidade na aplicação dos recursos públicos e eficiência na gestão da rede de saúde estadual.

4.17. Sustentabilidade Ambiental

4.17.1. A CONTRATADA deverá observar no que couber às práticas sustentáveis, para o fornecimento do produto, no que concerne a:

4.17.2. Os critérios de sustentabilidade dos materiais a serem utilizados para execução dos serviços pela CONTRATADA deverão estar em conformidade com os preceitos regulamentares dos órgãos oficiais nacionais, além de observar os critérios

de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens pela Administração Pública Federal, previstos na Instrução Normativa Nº 1, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (atual Ministério da Economia) e no Guia Nacional de Licitações Sustentáveis da Advocacia Geral da União, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências.

4.17.3. Nesse sentido, como forma de comprar produtos e usá-los com menor impacto negativo, minimizando a poluição ou agressão ao meio ambiente. Ainda com o foco na sustentabilidade, visando diminuir a poluição ou

35 SES/SCL

Praça dos Girassóis, Esplanada das Secretarias, S/N Palmas – Tocantins – CEP: 77.015-007 Tel.: +55 63 3027-4300

www.to.gov.br/saude/





PROCESSO: 2025/30550/008543 - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90055/2026

agressão ao meio ambiente, a CONTRATADA deverá atender os requisitos previstos na Lei Nº 12.305, de 02 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos e legislação vigente.

4.17.4. A CONTRATADA deverá atender ao artigo 5º da Instrução Normativa Nº 01, de 19 de janeiro de 2010, serão observados, na medida do possível, os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental:

4.17.5. Requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares.

4.17.6. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.17.7. A CONTRATADA se responsabilizará pela adequada destinação das embalagens que envolvem os materiais, equipamentos e demais instrumentos acessórios essenciais à prestação dos serviços e adotará critérios compatíveis com padrões de consumo sustentáveis, minimização da geração de resíduos e destinação final ambientalmente adequada dos que forem gerados.

4.17.8. Optar, sempre que possível, pela remessa eletrônica de documentos, com a finalidade de evitar desperdício de papel.

4.17.9. Adotar, na execução dos serviços, boas práticas de sustentabilidade ambiental, de otimização de recursos, de redução de desperdícios e de redução da poluição.

4.18. Obrigações Pertinentes à LGPD

4.18.1. As partes deverão cumprir a Lei Nº 13.709, de 14 de agosto de 2017 – Lei Geral da Proteção de Dados, quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

4.18.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do Art. 6º da LGPD.

4.18.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de sub operação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

4.18.4. Terminado o tratamento dos dados nos termos do Art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do Art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

4.18.5. É dever do contratado, orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

4.18.6. O Contratado deverá exigir de sub-operadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

4.18.7. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

4.18.8. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

4.18.9. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, Art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

4.18.10. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato Interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

4.18.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

36 SES/SCL

Praça dos Girassóis, Esplanada das Secretarias, S/N Palmas – Tocantins – CEP: 77.015-007 Tel.: +55 63 3027-4300

www.to.gov.br/saude/



Documento foi assinado digitalmente por JORGE MÁRIO SOARES DE SOUSA em 12/05/2026 12:39:28.

A autenticidade deste documento pode ser verificada no site <https://sgd.to.gov.br/verificador>, informando o código verificador: C78BA284025E9FFF | SGD:2026/30559/145599



PROCESSO: 2025/30550/008543 - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90055/2026

4.18.12. Os contratos e convênios de que trata o §1º do Art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

4.19. Medidas Mitigatórias para Serviços de Cintilografia

4.19.1. Segurança Radiológica e Controle Operacional

- Cumprimento rigoroso das normas da CNEN (especialmente NN 3.05 e NN 3.01).
- Manutenção preventiva e calibração periódica dos equipamentos emissores de radiação.
- Monitoramento individual dos profissionais expostos, com dosímetros pessoais e relatórios mensais.

- Controle e registro de entrada, uso e descarte de radionuclídeos.

4.19.2. Qualidade das Imagens e Laudos

- Protocolos padronizados de aquisição e processamento de imagens.
- Revisão periódica dos laudos por médico nuclear com título reconhecido.
- Auditorias internas de qualidade para garantir nitidez, contraste e adequação técnica das imagens.
- Duplicidade de leitura em casos suspeitos ou inconclusivos (segunda opinião).

4.19.3. Atendimento ao Paciente

- Orientação prévia clara sobre preparo, contraindicações e cuidados pós-exame.
- Avaliação prévia de alergias, comorbidades e uso de medicamentos incompatíveis.
- Monitoramento pós-administração do radiofármaco para detecção precoce de reações adversas.
- Protocolos diferenciados para gestantes e pacientes pediátricos.

4.19.4. Controle de Infecção

- Higienização padronizada das salas, equipamentos, cadeiras e superfícies entre pacientes.
- Uso de EPIs adequados por toda a equipe (luvas, avental, máscara).
- Adoção de fluxos de entrada e saída para evitar cruzamento de pacientes.

4.19.5. Gestão de Resíduos Radioativos

- Armazenamento temporário adequado, com blindagem e sinalização.
- Registro de lote, atividade e tempo de decaimento.
- Descarte exclusivamente após atingir nível de radiação permitido por norma.
- Transporte realizado por empresa licenciada quando aplicável.

4.19.6. Continuidade do Serviço e Mitigação de Riscos Operacionais

- Disponibilidade de equipamentos reserva ou plano de contingência em caso de falha técnica.
- Estoque mínimo de radiofármacos para evitar interrupção de exames.
- Equipe habilitada para atuar em plantões e em caso de imprevistos clínicos.

4.19.7. Conformidade Contratual e Regulatória

- Relatórios mensais de produção com identificação dos pacientes (sigilo garantido).
- Rastreamento de todos os procedimentos conforme Tabela SIGTAP.
- Notificação imediata à contratante em caso de intercorrência, falha técnica ou desabastecimento.

4.19.8. Proteção Ambiental e de Terceiros

- Sinalização adequada das áreas com risco radiológico.
- Controle de acesso às salas de exame e armazenamento.
- Treinamento periódico da equipe em emergências radiológicas

4.20. Da ATA de Registro de Preços

4.20.1. A solicitação de ARP nesta contratação se justifica com fulcro nos incisos I e IV do Art. 252 do Decreto Estadual Nº 6.606/2023, pois o Sistema de Registro de Preços é uma alternativa de aquisição/contratação eficaz, pois auxilia no planejamento nos casos em que não é possível definir o quantitativo exato da demanda, possibilitando assim a estruturação da contratação de forma a atender as demandas atualizadas, bem como garantir as necessidades das futuras e eventuais, contratações. Neste sentido, considerando que não é possível prever o quantitativo específico para a remoção de pacientes graves, necessita que os serviços sejam na modalidade de Sistema de Registro de Preços.

37 SES/SCL

Praça dos Girassóis, Esplanada das Secretarias, S/N Palmas – Tocantins – CEP: 77.015-007 Tel.: +55 63 3027-4300

www.to.gov.br/saude/





PROCESSO: 2025/30550/008543 - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90055/2026

4.20.2. Portanto, conforme disposto no item acima, explicitamos que as aquisições futuras necessárias, serão realizadas de forma gradativa, por meio de baixa em ata, de acordo com as necessidades da Secretaria Estadual da Saúde do Tocantins durante o período de vigência da Ata de Registro de Preços.

4.20.3. O edital de licitação para registro de preços observará as regras gerais da Lei Federal Nº 14.133/2021 e o disposto no seu Art. 82, bem como o regramento disposto no Decreto Estadual Nº 6.606/2023.

4.20.4. Quanto à aquisição pelo Sistema de Registro de Preços, temos conforme o Decreto Nº 6.606, de 28 de março de 2023, no Art. 252, as hipóteses para aplicação do SRP:

Art. 252. O sistema de registro de preços pode ser adotado quando:

I - Pelas características da obra, bem ou serviço, houver necessidade permanente ou frequente de contratações;

(...)

IV - Pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pelos órgãos da Administração Pública.

4.20.5. Portanto, fica demonstrado que a escolha do SRP para a contratação em comento é a mais conveniente e oportuna para aquisição da despesa, aplicando os incisos I e IV do Art. 252 do Decreto Estadual Nº 6.606/2023.

4.20.6. Conforme estabelecido no Art. 277 do Decreto Estadual Nº 6.606/2023, a existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada, portanto, tal medida não acarretará prejuízos ao erário público caso as aquisições não venham a ser necessárias.

4.20.7. Não será admitida proposta de preços com quantitativo inferior ao solicitado neste termo de referência.

4.20.8. A vigência desta Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada igual período, desde que comprovada a manutenção das condições vantajosas, conforme art. 84 da Lei Nº 14.133/2021, e art. 262 do Decreto Estadual Nº 6.606/2023.

4.20.9. O contrato decorrente da Ata de Registro de Preços terá a vigência estabelecida na sua minuta.

4.20.10. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela Ata de Registro de Preços, sem prejuízo da possibilidade de remanejamento entre os participantes.

4.20.11. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o disposto nos Arts.124 e 125 e seguintes da Lei Federal Nº 14.133/2021.

4.20.12. O contrato decorrente do sistema de registro de preços deverá ser assinado e publicado seu extrato, no prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

4.20.13. Nas hipóteses de contratação posterior de item específico constante de grupo de itens exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou entidade, observados os parâmetros estabelecidos para pesquisa de preços no Decreto Estadual Nº 6.606/2023.

4.21. Do Cadastro de Reserva

4.21.1. Será adotado o cadastro de reserva em conformidade com o estabelecido no inciso VII, Art. 82 da Lei 14.133/21 e Art. 261 do Decreto Estadual Nº 6.606/2023.

4.21.2. Serão registrados na ata de registro de preços os preços e quantitativos do licitante mais bem classificado durante a fase competitiva;

4.21.3. Será incluído, na respectiva ata na forma de anexo, o registro:

a) Dos licitantes ou dos fornecedores que aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

b) Dos licitantes ou dos fornecedores que mantiverem sua proposta original.

c) Deverá ser respeitado a ordem de classificação dos licitantes registrados na ATA.

d) Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores de que trata a alínea “a” do item antecederão aqueles de que trata a alínea “b” do referido item.

e) A análise da habilitação dos fornecedores cadastrados somente será realizada na oportunidade em que forem convocados, devendo ser observadas as mesmas exigências estabelecidas neste edital.

38 SES/SCL





PROCESSO: 2025/30550/008543 - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90055/2026

f) Poderá ser adotado a convocação dos licitantes remanescentes do cadastro de reserva, nas seguintes hipóteses:

I – quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

II – quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos Art. 269 e Art. 270 do Decreto Estadual Nº 6.606/23.

4.22. Da Revisão dos Preços Registrados

4.22.1. Em conformidade ao estabelecido no Art. 266 do Decreto Estadual Nº 6.606/2023, os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do Art. 124 da Lei Nº 14.133/2021.

4.22.2. As negociações dos preços registrados ocorreram conforme estabelecidos nos Arts. 267 e 268 do Decreto Estadual Nº 6.606/2023 e suas atualizações e demais regramento do Art. 82 da Lei Nº 14.133/2021, em especial o § 5º, inciso IV).

4.23. Da Adesão e Participação

4.23.1. Esta ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, que não tenha participado do certame licitatório, nas condições estabelecidas no Art. 271 do Decreto Estadual Nº 6.606/23.

4.23.2. Poderão participar desta licitação para registro de preços, órgãos e entidades de outras esferas de Administração Pública, desde que comprovada a vantagem, a partir do encaminhamento de suas demandas anteriores ao pleito licitatório, que passarão a integrar o quantitativo a ser licitado.

4.23.3. É vedado à participação do órgão ou entidade em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto, no prazo de validade daquela de que já tiver participado, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto no edital.

4.24. Do Cancelamento

4.24.1. A empresa terá o seu registro de preços cancelado quando:

I – descumprir as condições da ata de registro de preços;

II – não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração Pública, sem justificativa aceitável;

III – não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

IV – for declarada inidônea ou impedida do direito de contratar e licitar com a Administração Pública.

4.24.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos I, II e IV do caput deste artigo será formalizado por decisão do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

4.24.3. O direito ao contraditório e ampla defesa antes do cancelamento do registro não impede a suspensão do registro até a decisão da autoridade competente.

4.24.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou de força maior, que prejudique ou impeça o cumprimento da ata, devidamente comprovado e justificado, por razão de interesse público ou a pedido do fornecedor, se não houver êxito nas negociações, Art. 270 do Decreto Nº 6.606/2023.

4.25. Da Necessidade de Vistoria ao Estabelecimento

4.25.1. Ao final do processo de habilitação, as empresas aptas a contratação deverão ter suas Unidades devidamente vistoriadas pela SESAU/TO, em conjunto com a Vigilância Sanitária.

4.25.2. Caso a interessada esteja em conformidade com as normas vigentes de funcionamento para a prestação de serviços em questão estarão aptos para firmar o contrato do serviço.

4.26. Da Subcontratação

4.26.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

39 SES/SCL





PROCESSO: 2025/30550/008543 - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90055/2026

4.27. Do Local de Execução dos Serviços

4.27.1. Os serviços de Medicina Nuclear serão realizados na dependência da CONTRATADA, onde deverá contemplar todo o suporte necessário (equipamentos, materiais, insumos, recursos humanos, estrutura tecnológica, licenciamento, infraestrutura, suporte e etc.) para a execução completa do objeto, necessárias à realização dos serviços demandados pela Secretaria de Estado da Saúde do Tocantins;

4.28. Os serviços compreenderão, fundamentalmente, o que se segue:

4.28.1 . Agendamento;

4.28.2 . Realizar o exame dentro de até 30 (trinta) dias a partir da autorização da guia do referido exame no SISREG pela Central de Regulação Estadual.

4.28.3 . Processamento analítico, em conformidade com as normativas/diretrizes e padrões de qualidade em vigência;

4.28.4 . Liberação dos resultados e laudos nos prazo de até 5 (cinco) dias úteis, em papel e/ou por meio eletrônico, com assinatura digital (tecnologia que utiliza a criptografia e vincula o certificado digital ao documento eletrônico que está sendo assinado), emitidas pela Contratada;

4.28.5 . Apresentação de produção por meio de emissão de relatórios e alimentação dos sistemas do Ministério da Saúde, conforme orientação da Diretoria de Controle e Avaliação/Gerência de Sistemas de Informação;

4.28.6 . Apresentação de relatórios técnicos, conforme necessidade de composição e acompanhamento de indicadores de incidência/prevalência de agravos ou doenças;

4.29. Da Garantia, Manutenção e Assistência Técnica.

4.29.1 . O Contratado deverá ter meios para garantir o pleno funcionamento dos equipamentos necessários para a realização dos procedimentos sem nenhum ônus para a Contratante.

4.29.2 . O Contratado deverá notificar à contratante, de modo imediato, quaisquer eventualidades de manutenção e substituição dos equipamentos de realização dos procedimentos contratados, devendo realizar a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito sem prejuízos na prestação de serviços.

Os custos referentes aos reparos e à manutenção dos equipamentos serão de responsabilidade do Contratado.

4.30. Matriz de Riscos

4.30.1. A Matriz de Riscos é apêndice deste Termo de Referência.

4.31. Da Garantia Contratual

4.31.1. A garantia contratual seguirá nos termos dos Art. 96 ao 99 da Lei Nº 14.133, de 1º de abril de 2021, o adjudicatário prestará garantia de execução do contrato, nos moldes dos Arts. 96,97 e 98 da mesma Lei, com validade durante a execução do contrato em valor correspondente a 3% (três por cento) do valor total do contrato.

4.31.2. No prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do CONTRATANTE, contados da assinatura do contrato, a CONTRATADA deverá apresentar comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

4.31.3. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

4.31.4. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a retenção dos pagamentos devidos à CONTRATADA, até o limite de 5% (cinco por cento) do valor anual do contrato, a título de garantia, neste caso a retenção efetuada não implicará em nenhum direito de compensação financeira para a CONTRATADA

4.31.5. A garantia assegurará qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

- Prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à CONTRATADA;
- Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela CONTRATADA, quando couber; e
- Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. Do Prazo e Início a Execução do Objeto

40 SES/SCL

Praça dos Girassóis, Esplanada das Secretarias, S/N Palmas – Tocantins – CEP: 77.015-007 Tel.: +55 63 3027-4300

www.to.gov.br/saude/





PROCESSO: 2025/30550/008543 - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90055/2026

5.1.1. O prazo de início dos serviços e fornecimento será de 10 (dez) dias após o envio da nota de empenho/ordem de serviço, que será encaminhada pela SES/Diretoria de Compras, através de e-mail – [empenhos.saudeto@gmail.com].

5.1.2. O prazo ora estipulado deve ser respeitado, salvo, se por motivo justo, a CONTRATADA solicitar prorrogação, e esse pedido ser aceito pela SES/TO;

5.1.3. A solicitação de prorrogação para iniciar os serviços/fornecimento, deverá acontecer antes do vencimento constante no item 5.1.2, devendo prevalecer o interesse público e conforme determina a Lei Nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

5.1.4. Caso a CONTRATADA não cumpra o prazo de início dos serviços ou não se manifestar após o envio da Nota de Empenho, decairá seu direito de fornecer os serviços adjudicados, sujeitando-se às penalidades previstas no Edital, sendo convocados os licitantes do cadastro de reserva ou remanescentes, conforme ordem de classificação.

5.2. Das Condições de Entrega

5.2.1. O prazo de entrega dos serviços objeto desta contratação dar-se-á por meio da efetiva realização do procedimento, que ocorrerá de acordo com agendamento realizado pela Central de Regulação do Acesso da Superintendência de Políticas em Atenção a Saúde – SPAS, segundo cronograma e planejamento realizado entre as partes, após a assinatura do contrato e publicação no DOE - TO.

5.2.2. Com vistas à redução do absenteísmo, a contratada deverá disponibilizar agenda para atendimento com antecedência de 30 (dias) impreterivelmente para melhor gerenciamento da Central de Regulação do Acesso junto aos Municípios quanto a comunicação com o usuário e organização do transporte sanitário. Os procedimentos deverão ocorrer dentro do horário comercial, de segunda à sexta-feira, uma vez que o transporte sanitário municipal é o responsável pelo deslocamento dos pacientes até o local da prestação de serviço. Ressaltamos que este é o único meio de transporte do paciente até o local de sua residência. Caso haja necessidade, poderão ocorrer, por parte da contratante, solicitações e agendas extraordinárias aos sábados, para suprir necessidades de fila expectante, respeitando saldos contratualizados, sendo os dias e horários acordados, previamente, entre o setor responsável de agendamento, prestador e municípios.

5.2.3. Os serviços/procedimentos serão prestados no endereço da contratada.

5.3. Preposto

5.3.1. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

5.3.2. A Contratada deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período de execução do contrato.

5.3.3. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei Nº 14.133/2021, e cada parte responderão pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.3. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.4. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.5. Fiscalização

6.5.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal (is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei Nº 14.133, de 1º de abril de 2021, art. 117, caput).

41 SES/SCL





PROCESSO: 2025/30550/008543 - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90055/2026

6.6. Fiscal Técnico;

6.6.1. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (art. 22, inciso VI do Decreto Nº 11.246, de 27 de outubro de 2022);

6.6.2. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (art. 117, §1º da Lei Nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e art. 22, inciso II do Decreto Nº 11.246, de 27 de outubro de 2022);

6.6.3. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (art. 22, inciso III do Decreto Nº 11.246, de 27 de outubro de 2022);

6.6.4. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (art. 22, inciso IV, do Decreto Nº 11.246, de 27 de outubro de 2022 de 2022);

6.6.5. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (art. 22, inciso V do Decreto Nº 11.246, de 27 de outubro de 2022);

6.6.6. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (art. 22, inciso VII do Decreto Nº 11.246, de 27 de outubro de 2022).

6.7. Fiscalização Administrativa;

6.7.1. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto Nº 11.246, de 2022).

6.7.2. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto Nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

6.7.3. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

6.7.3.1. Gestor do Contrato;

I. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto Nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

II. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto Nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

III. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto Nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

IV. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pela CONTRATADA, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

V. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei Nº

42 SES/SCL





PROCESSO: 2025/30550/008543 - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90055/2026

14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto Nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

VI. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto Nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

VII. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

6.7.4. Além do disposto acima, a gestão e fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

I. A Superintendência de Políticas em Atenção à Saúde, na pessoa do Ordenador de despesas, designará formalmente o servidor e/ou comissão responsável pelo acompanhamento, fiscalização e monitoramento da execução do objeto da contratação.

II. O servidor responsável pela fiscalização dos serviços deverá conferir a prestação dos mesmos, dando prosseguimento no processo de pagamento. A documentação (NF, LAUDOS, CERTIDÕES NEGATIVAS DE DÉBITOS, LISTAGEM NOMINAL) deverá ser enviada por e-mail em arquivo PDF (informado no momento da designação do fiscal).

III. O servidor/comissão poderá solicitar a correção de eventuais falhas ou irregularidades que forem verificadas na execução dos serviços, tendo a contratada o prazo máximo de 05 (cinco) dias consecutivos para se manifestar e/ou apresentar as correções necessárias ao recebimento do objeto, podendo o prazo ser prorrogado a critério da administração;

6.7.5. Caso não tenham sido atendidas as condições contratuais e técnicas na execução do contrato, será lavrado Termo de Recusa, onde serão apontadas as falhas constatadas, ficando a Contratada obrigada a reparar, corrigir, substituir, remover, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto da contratação;

6.7.6. Somente após haver sanado as falhas e irregularidades apontadas, a contratada será considerada apta para o recebimento do pagamento correspondente ao serviço realizado;

6.7.7. A contratada deverá manter acesso permanentemente livre às dependências onde estiver instalada, bem como seus arquivos e controle referente à execução do contrato, para os servidores responsáveis pela fiscalização e qualquer outro representante o Estado;

6.7.8. Ocorrendo o descumprimento de quaisquer dos aspectos previstos nas condições de pagamento ou das obrigações e vedações previstas no contrato, a Contratada será notificada para adequação no prazo determinado pela Superintendência Regional de Saúde de Vitória;

6.7.9. Nos casos em que a Contratada deixar de realizar as adequações no prazo estipulado e que tais adequações interfiram na segurança do paciente ou de seu acolhimento e cuidado, bem como no descumprimento de normas relativas à violação de direitos humanos, os novos encaminhamentos poderão ser suspensos cautelarmente diante justificativa, até que se proceda a sua correção;

6.7.10. A notificação da Contratada e a suspensão do envio de novos pacientes não dispensam aberturas de processo administrativo e a aplicação das sanções contratuais previstas.

6.8. Da Regulação dos Serviços

6.8.1. A prestação dos serviços será regulada pela Secretaria Estadual de Saúde, através da Central de Regulação Estadual, utilizando o Sistema Estadual de Regulação vigente e deverá dispor de profissionais para operar o sistema de informação adotado pela Central Estadual de Regulação e seguir os fluxos e protocolos da regulação estadual.

6.8.2. A CONTRATADA deverá operacionalizar o Sistema Estadual de Regulação em tempo real, de forma a garantir que esteja sempre atualizado e outros processos regulatórios (conforme os fluxos e informações estabelecidas pela Central).

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o relatório do fiscal e do Gestor do contrato;

7.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

43 SES/SCL





PROCESSO: 2025/30550/008543 - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90055/2026

- I. Não produzir os resultados acordados;
- II. Deixar de executar ou não executar com a qualidade e critérios estabelecidos neste Termo de Referência, as atividades Contratadas; ou
- III. Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada;
- 7.3. Quando houver glosa parcial dos serviços, a Contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado;
- 7.4. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência;
- 7.5. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa Nº 3, de 26 de abril de 2018;
- 7.6. O setor competente para proceder ao pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- I - o prazo de validade;
 - II. - a data da emissão;
 - III - os dados do contrato e do órgão Contratante;
 - IV - o período de prestação/entrega dos serviços/objeto;
 - V - o valor a pagar; e
 - VI - eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 7.7. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;
- 7.8. Antes de cada pagamento à Contratada, será realizada consulta ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- 7.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da Contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Contratante;
- 7.10. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa Nº 3, de 26 de abril de 2018;
- 7.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da Contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos;
- 7.12. Persistindo a irregularidade, a Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à Contratada a ampla defesa;
- 7.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a Contratada não regularize sua situação junto ao SICAF;
- 7.14. Será rescindido o contrato em execução com a Contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da Contratante.

7.15. Do Recebimento

- 7.15.1. O objeto será recebido provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta;

44 SES/SCL

Praça dos Girassóis, Esplanada das Secretarias, S/N Palmas – Tocantins – CEP: 77.015-007 Tel.: +55 63 3027-4300

www.to.gov.br/saude/



Documento foi assinado digitalmente por JORGE MÁRIO SOARES DE SOUSA em 12/05/2026 12:39:28.

A autenticidade deste documento pode ser verificada no site <https://sgd.to.gov.br/verificador>, informando o código verificador: C78BA284025E9FFF | SGD:2026/30559/145599



PROCESSO: 2025/30550/008543 - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90055/2026

- 7.15.2. O recebimento provisório ficará a cargo do fiscal técnico e o recebimento definitivo do gestor do contrato ou comissão designada pela autoridade competente, conforme estabelecido no art. 34 do Decreto Estadual Nº 6.606/23;
- 7.15.3. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 05 (cinco) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo, conforme Art. 140, I, a, da Lei Nº 14.133, de 1º de abril de 2021;
- 7.15.4. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda da Contratada com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem à parcela a ser paga;
- 7.15.5. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.
- 7.15.6. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.
- 7.15.7. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.
- 7.15.8. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à Contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.
- 7.15.9. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;
- 7.15.10. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos, equívocos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório;
- 7.15.11. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório, em conformidade com o Art. 119 c/c art. 140 da Lei Nº 14.133, de 1º de abril de 2021;
- 7.15.12. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis;
- 7.15.13. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 03 (Três) dias contar da notificação da Contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;
- 7.15.14. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo;
- 7.15.15. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo aos seguintes procedimentos:
- 7.15.16. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;
- 7.15.17. Emitir Relatório Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas, comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização; bem como, enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão;

45 SES/SCL

Praça dos Girassóis, Esplanada das Secretarias, S/N Palmas – Tocantins – CEP: 77.015-007 Tel.: +55 63 3027-4300

www.to.gov.br/saude/





PROCESSO: 2025/30550/008543 - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90055/2026

7.15.18. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei Nº 14.133, de 1º de abril de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertence à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento;

7.15.19. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pela Contratada, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança;

7.15.20. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.16. Do Prazo para Pagamento

7.16.1 O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, devidamente atestado, tendo em vista ser discricionário ao gestor, conforme estabelecido no Decreto Estadual Nº 6.606, de 28 de março de 2023.

7.16.2 Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão Contratante atestar definitivamente a execução do objeto do contrato.

7.17. Forma de Pagamento

7.17.1 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicado pela Contratada;

7.17.2 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento;

7.17.3 Quando do pagamento, caso necessário, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável;

7.17.4 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente;

7.17.5 A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar Nº 123, de 14 de dezembro de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

8.1. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

8.1.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

8.1.3. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.

8.1.4. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

8.1.5. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo.

8.1.6. Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços que a CONTRATADA entregar fora das especificações do TR, Edital/Anexos, Contrato e Nota de Empenho.

8.1.7. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o Art. 143 da Lei Nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

8.1.8. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

8.1.9. Tomar as providências necessárias para aplicações das sanções administrativas quando for o caso.

46 SES/SCL





PROCESSO: 2025/30550/008543 - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90055/2026

8.1.10. Comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido.

8.1.11. Manter arquivados junto ao processo administrativo ao qual estará vinculado este termo, todos os documentos a ele referentes.

8.1.12. A CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução dos contratos decorrentes da licitação em tela, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8.2. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.

8.2.1. A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes neste Termo de Referência e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

8.2.2. Os instalações físicas deverão estar em conformidade com a RDC 50/2002;

8.2.3. Atender em estabelecimento próprio, em horário comercial por, no mínimo, 08 (oito) horas diárias durante os dias úteis da semana;

8.2.4. Os Contratados deverão fornecer os resultados de exames em formulário próprio, entregue tanto nas Unidades de Saúde onde o usuário foi atendido, quanto diretamente ao usuário na sede do prestador e por meio eletrônico, de acordo com a conveniência da Gestão Municipal de Saúde e do paciente atendido, observando, em todos os casos, todas as garantias referentes à privacidade e segurança das informações em conformidade com a LGPD;

8.2.5. Integrar-se ao Sistema Nacional de Regulação – SISREG, destinando equipamento(s) necessário(s) para operacionalização do mesmo e indicando pelo menos 01(um) profissional do seu estabelecimento para ser treinado e apto a utilizar o Sistema oficial;

8.2.6. Atender somente os pacientes agendados pelo SISREG e/ou outro sistema indicado pela Central de Regulação Estadual de Saúde do Tocantins;

8.2.7. Os serviços Contratados deverão ser prestados pelos profissionais pertencentes ao quadro de funcionários do prestador;

8.2.8. Os Contratados deverão seguir rigorosamente os Protocolos de Acesso da Regulação do Estado do Tocantins implantados em âmbito municipal através da Central de Regulação Estadual;

8.2.9. Os Contratados manter-se-ão, durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações anteriores e com as condições de habilitação exigidas neste instrumento;

8.2.10. Os Contratados deverão apresentar mensalmente para a Secretaria Estadual de Saúde/Diretoria de Controle e Avaliação o relatório de prestação de contas e serviços prestados, conforme a produção dos serviços que será registrada pelo prestador e apresentada mensalmente através dos seguintes instrumentos de registro:

a) Boletim de Produção Individualizado – BPI; e/ou

b) Autorização de Procedimento Ambulatorial – APAC; e

c) Autorização de Procedimento Hospitalar (AIH).

d) Formulário de Agendamento ou Relatório de Atendimento do SISREG ou outro sistema definido pela Gerencia de Sistemas e Avaliação e/ou Central de Regulação Estadual;

E) Planilha de Custo (modelo da Secretaria da Saúde)

8.2.11. É de exclusividade de responsabilidade da CONTRATADA a alimentação dos sistemas citados acima (subitens “a”, “b”, “c” e “d”)

8.2.12. Os arquivos provenientes do SIA e SIH deverão ser encaminhados por e-mail para o Setor de Processamento [sia@saude.to.gov.br] e [aih@saude.to.gov.br];

8.2.13. A CONTRATADA, caso necessite, deverá permitir a SES/TO ou Comissão designada para tal atividade o acompanhamento, monitoramento da assistência e a fiscalização dos serviços prestados. Para isto, a CONTRATADA deverá apresentar de imediato, materiais, documentos prontos ou demais informações necessárias ao acompanhamento e a fiscalização dos serviços prestados ou Comissão designada para tal, caso necessário disponibilizar estrutura física local para auditorias e fiscalizações;

47 SES/SCL

Praça dos Girassóis, Esplanada das Secretarias, S/N Palmas – Tocantins – CEP: 77.015-007 Tel.: +55 63 3027-4300

www.to.gov.br/saude/





PROCESSO: 2025/30550/008543 - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90055/2026

- 8.2.14. A CONTRATADA deverá manter o cadastro atualizado dos usuários, assim como prontuários que permitam o acompanhamento, o controle e a supervisão dos serviços, pelo prazo mínimo de 20 (vinte) anos e os demais documentos pelo prazo legal conforme Resolução CFM Nº1639;
- 8.2.15. Caberá aos Contratados repetir a realização de exames sem nova cobrança ou qualquer custo adicional sempre que houver diagnóstico duvidoso pelos médicos da rede de saúde da Secretaria Estadual da Saúde, formalizado pelos profissionais competentes;
- 8.2.16. Os serviços Contratados serão requeridos através de encaminhamento próprio do município em formulário específico do SUS, carimbados e assinados pelo médico e/ou profissionais legalmente habilitados para tal solicitação, carimbados e assinados pela Secretaria Municipal autorizadora;
- 8.2.17. Todos os Contratados ficarão sujeitos à auditoria da Secretaria Estadual da Saúde do Tocantins;
- 8.2.18. As Empresas que possuírem matriz e filial (is) somente poderão participar da presente licitação através de um único CNPJ, por meio do qual receberão os pagamentos caso seja CONTRATADA. O CNPJ deverá ser identificado em ofício de encaminhamento e nos respectivos documentos exigidos neste Edital;
- 8.2.19. Os Contratados responderão exclusiva e integralmente pela utilização de pessoal para a execução do objeto deste Edital de licitação, ficando responsáveis pelo recolhimento dos encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes de vínculo empregatício, ou comercial, cujo ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para a Secretaria Estadual de Saúde;
- 8.2.20. Não poderá haver, por parte dos funcionários da Unidade prestadora, qualquer distinção entre o atendimento destinado aos usuários do SUS e os demais usuários atendidos pelo prestador;
- 8.2.21. Fica vedada (o) a realização de exames/procedimentos não constantes neste Termo sem autorização da Contratante;
- 8.2.22. Os Contratados receberão pelos serviços prestados exclusivamente os valores previstos na Tabela SIGTAP vigente e Resolução CIB – Comissão Intergestores Bipartite Nº 515, de 17 de julho de 2025. Na eventual cobrança de qualquer valor excedente dos usuários ou seus responsáveis acarretará na imediata rescisão do contrato e sujeição à declaração de inidoneidade e responsabilização cível e criminal;
- 8.2.23. Se constatado que o Contratado executou e/ou estiver executando serviços diferentes dos indicados no formulário de requisição de exames serão aplicadas medidas cabíveis, tais como notificação formal e rescisão contratual caso o problema persista;
- 8.2.24. A nota fiscal referente aos serviços prestados no mês anterior deverá ser emitida exatamente conforme a prestação de contas apresentada ao Núcleo de Fiscalização e será de responsabilidade do prestador o controle mensal do Teto Financeiro.
- 8.2.25. Manter preposto aceito pela Administração para representá-lo na execução do contrato.
- 8.2.26. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 8.2.27. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às atenderás recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- 8.2.28. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 8.2.29. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei Nº 8.078, de 11 de setembro de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos s
- 8.2.30. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei Nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

48 SES/SCL

Praça dos Girassóis, Esplanada das Secretarias, S/N Palmas – Tocantins – CEP: 77.015-007 Tel.: +55 63 3027-4300

www.to.gov.br/saude/



Documento foi assinado digitalmente por JORGE MÁRIO SOARES DE SOUSA em 12/05/2026 12:39:28.

A autenticidade deste documento pode ser verificada no site <https://sgd.to.gov.br/verificador>, informando o código verificador: C78BA284025E9FFF | SGD:2026/30559/145599



PROCESSO: 2025/30550/008543 - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90055/2026

- 8.2.31. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, A CONTRATADA deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia 30 (trinta) do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede da CONTRATADA; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 8.2.32. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE;
- 8.2.33. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;
- 8.2.34. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento;
- 8.2.35. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 8.2.36. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;
- 8.2.37. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 8.2.38. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo, diretrizes nacionais, protocolos padronizados ou instrumento congêneres;
- 8.2.39. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 8.2.40. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 8.2.41. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em Lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 8.2.42. Comprovar a reserva de cargos a que se refere à cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único da Lei Nº 14.144, de 22 de abril de 2021);
- 8.2.43. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 8.2.44. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, inciso II, alínea d, da Lei Nº 14.133, de 1º de abril de 2021;
- 8.2.45. Além dos encargos de ordem legal e dos demais assumidos em outras cláusulas e condições estabelecidas no Contrato a ser firmado, e sem alteração dos preços estipulados, obrigar-se-á, ainda, a CONTRATADA responsabilizar-se-á integralmente pelo serviço a ser prestado nos termos da legislação vigente;
- 8.2.46. A CONTRATADA deverá cumprir os termos e condições do fornecimento, incluindo responsabilidades, prazos, penalidades por falhas no fornecimento e procedimentos de resolução de conflitos, sendo necessário apresentar na data de início da execução dos serviços o Plano de Contingência, contendo a definição de medidas a

49 SES/SCL

Praça dos Girassóis, Esplanada das Secretarias, S/N Palmas – Tocantins – CEP: 77.015-007 Tel.: +55 63 3027-4300

www.to.gov.br/saude/



Documento foi assinado digitalmente por JORGE MÁRIO SOARES DE SOUSA em 12/05/2026 12:39:28.

A autenticidade deste documento pode ser verificada no site <https://sgd.to.gov.br/verificador>, informando o código verificador: C78BA284025E9FFF | SGD:2026/30559/145599



PROCESSO: 2025/30550/008543 - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90055/2026

serem adotadas em situações de emergência ou interrupções no fornecimento, garantindo a continuidade do abastecimento mesmo em condições adversas.

8.2.47. Realizar a manutenção corretiva de qualquer equipamento de sua propriedade, inclusive com o fornecimento e troca imediata das peças necessárias para o seu perfeito funcionamento, sem restrição ou limitação de chamadas, horário ou total de horas e sem ônus adicionais à CONTRATANTE;

8.2.48. Realizar a manutenção técnica preventiva dos equipamentos de sua propriedade sem interferir nas atividades de funcionamento da Instituição, conforme as exigências da legislação específica vigente;

8.2.49. Executar as intervenções técnicas por meio de profissionais especializados, instruídos e controlados pela empresa CONTRATADA e as grandes intervenções na presença do respectivo responsável técnico;

8.2.50. Responsabilizar-se pelo cumprimento por parte de sua mão de obra das normas disciplinares e de segurança determinadas pela CONTRATANTE, provendo- os dos Equipamentos de Proteção Individual – EPI que garantam a proteção da pele, mucosas, via respiratória e digestiva do trabalhador;

8.2.51. Instruir sua mão de obra quanto à prevenção de incêndios de acordo com as normas vigentes e instituídas pela CIPA;

8.2.52. Providenciar todas as ferramentas e aparelhagem necessárias à boa execução dos serviços, bem como manter limpos e desimpedidos os locais de trabalho e/ou equipamentos de sua propriedade, obedecendo aos critérios estabelecidos pela CONTRATANTE;

8.2.53. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, em quantidade suficiente, devidamente capacitada e qualificada para a prestação dos serviços seguindo as normas e legislação;

8.2.54. Comunicar imediatamente à CONTRATANTE qualquer alteração ocorrida no endereço, número de telefone, conta bancária, e em quaisquer outros julgados necessários para o correto contato ou recebimento de correspondências;

8.2.55. Abster-se de realizar cobrança por quaisquer serviços, aos usuários do SUS, ficando a CONTRATADA, sujeita à aplicação das penalidades administrativas, civis e penais;

8.2.56. Ofertar os procedimentos neste Termo de Referência, para todas as faixas etárias de usuários, conforme indicação médica;

8.2.57. A CONTRATADA deverá executar, nos termos da legislação pertinente, os trabalhos necessários à consecução do objeto de que trata este termo, observando sempre critérios de qualidade técnica, custos e prazos normativos;

8.2.58. Cumprir a todos os postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, bem como as normas estabelecidas pela Secretaria de Saúde do Estado do Tocantins, órgão CONTRATANTE e regulador dos serviços, atendendo às disposições legais, às normas técnicas, administrativas e aos princípios e diretrizes do SUS.

8.2.59. Não divulgar nem fornecer, sob as penas da Lei, dados e informações referentes ao objeto ora contratado, nem os que lhe forem transmitidos pela CONTRATANTE, a menos que expressamente autorizada pela CONTRATANTE;

8.2.60. Zelar pelo cumprimento rigoroso das normas, cláusulas e condições descritas em todo este Edital de licitação;

8.2.61. Assegurar a confiabilidade dos serviços prestados, por meio de controle de qualidade, apresentando os resultados em conformidade com as normas existentes;

8.2.62. Manter registro no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES atualizado;

8.2.63. A CONTRATADA deverá atualizar o cadastro dos serviços e profissionais através da ficha do CNES (Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde) e as fichas deverão ser encaminhadas para Superintendência de Políticas de Atenção à Saúde\ Diretoria de Controle e Avaliação\ Gerencia de Avaliação e Sistemas.

8.2.64. Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;

8.2.65. Designar por escrito, no ato do recebimento da Autorização de Serviços, preposto(s) que tenha(m) poderes para resolução de possíveis ocorrências durante a execução do contrato;

8.2.66. Responder por todas e quaisquer obrigações relativas a direitos de marcas, patentes e funcionários, ficando esclarecido que a SES/TO não aceitará qualquer imputação nesse sentido;

50 SES/SCL

Praça dos Girassóis, Esplanada das Secretarias, S/N Palmas – Tocantins – CEP: 77.015-007 Tel.: +55 63 3027-4300

www.to.gov.br/saude/





PROCESSO: 2025/30550/008543 - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90055/2026

- 8.2.67. A CONTRATADA deverá garantir o acesso do paciente, sempre de forma regulada pela Central de Regulação do Estado, assegurando o cumprimento das diretrizes do SUS referentes ao acesso e a equidade aos serviços de saúde;
- 8.2.68. A CONTRATADA deverá utilizar e disponibilizar, quando aplicável, materiais, insumos e reagentes de comprovada qualidade, referenciados pelo Ministério da Saúde, ANVISA, padronização nacional ou com certificados de qualidade internacionais. Seus fornecedores deverão atender rigorosamente à todas as normativas sanitárias e dos órgãos reguladores como Ministério da Saúde, ANVISA, e demais órgãos/instituições regulamentadoras do campo das análises clínicas/diagnóstico laboratorial;
- 8.2.69. Atender aos pacientes com dignidade e respeito de modo universal e igualitário, cumprindo as diretrizes da Política Nacional de Humanização – PNH;
- 8.2.70. Em nenhuma hipótese e sob nenhum pretexto ou alegação, o beneficiário da CONTRATANTE poderá ser discriminado ou atendido de forma distinta daquela dispensada aos usuários vinculados a outra operadora ou Plano de Saúde;
- 8.2.71. A CONTRATADA deverá arcar com todos os custos diretos e indiretos da realização dos serviços contratualizados sem cobrança de qualquer valor adicional à boa assistência ao usuário do SUS, ficando a Instituição, por seu diretor, responsável administrativa, civil e penalmente pelos atos de seus profissionais ou prepostos;
- 8.2.72. Atender a toda intercorrência, que eventualmente vier a ocorrer durante a realização dos serviços e com encaminhamentos adequados, sem ônus à CONTRATANTE ou ao usuário do SUS. Agindo sempre conforme os fluxos de atendimento do SUS;
- 8.2.73. Não utilizar, nem permitir que utilizem o paciente, amostras biológicas e seus respectivos dados para fins de experimentação, pesquisa ou ensaios clínicos limitando às práticas terapêuticas a procedimentos consagrados, padronizados e reconhecidos pelos Conselhos de Classes, Direitos Humanos, Comitês de Ética, Ministério da Saúde e Secretaria de Estado da Saúde; Manter cadastro dos usuários, assim como prontuários atualizados que permitam o acompanhamento, o controle e a supervisão dos serviços;
- 8.2.74. Garantir a confidencialidade dos dados e informações dos pacientes, sendo permitida a divulgação parcial e/ou integral aos familiares mediante autorização expressa e por escrito do usuário ou autoridade judicial;
- 8.2.75. Assegurar ao paciente o acesso a seu prontuário;
- 8.2.76. Esclarecer de imediato aos pacientes e/ou responsável seus direitos e demais assuntos referentes aos serviços oferecidos, justificando aos mesmos, por escrito sob forma de relatório, as razões técnicas quando da não realização de qualquer ato profissional necessário à execução dos procedimentos previstos neste instrumento;
- 8.2.77. Garantir o cumprimento das metas de segurança do paciente;
- 8.2.78. Justificar, por escrito, à SES/TO, as razões técnicas alegadas quando da decisão da não realização de qualquer ato profissional necessário à execução dos procedimentos previstos na contratação;
- 8.2.79. Arcar com a responsabilidade civil e indenizatória, decorrentes da execução deste contrato, por todos e quaisquer danos morais, materiais e pessoais causados por seus funcionários aos pacientes, ou aos seus acompanhantes, assim como a terceiros vinculados aos pacientes, e aos órgãos do SUS, por ação ou omissão voluntária ou de negligência, imprudência ou imperícia praticados por seus funcionários, profissionais ou prepostos, de forma dolosa ou culposamente;
- 8.2.80. Responsabilizarem-se, integralmente, por todos os tributos, taxas e contribuições, que direta ou indiretamente, incidam ou vierem a incidir sobre a presente contratação e que sejam, por força legal, de sua competência;
- 8.2.81. Arcar com a responsabilidade, obrigando-se, outrossim, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros e/ou funcionários, que lhe venham a ser exigidas por força da lei;
- 8.2.82. Responsabilizar por toda e qualquer despesa que a CONTRATANTE venha a sofrer em processo judicial ou administrativo, promovido por terceiros que reclamam da má qualidade dos serviços ora Contratados, pelo que fica à ciência do processo;
- 8.2.83. Comunicar à CONTRATANTE, verbalmente, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas e, por escrito, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, quaisquer alterações ou acontecimento que a impeçam, mesmo que

51 SES/SCL

Praça dos Girassóis, Esplanada das Secretarias, S/N Palmas – Tocantins – CEP: 77.015-007 Tel.: +55 63 3027-4300

www.to.gov.br/saude/





PROCESSO: 2025/30550/008543 - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90055/2026

temporariamente, de cumprir seus deveres e responsabilidade relativos à execução do contrato, total ou parcialmente, por motivo de caso fortuito ou força maior.

8.2.84. Comunicar imediatamente, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, após ter tido ciência, através de documento formal ao SES/TO, sobre intercorrências e/ou inconformidades, em qualquer fase dos/serviços prestados, de modo particular daquelas que envolvam direta ou indiretamente a qualidade e segurança do atendimento ao paciente;

8.2.85. Prestar esclarecimentos por meio de documento formal sempre que solicitado pela SES/TO no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, e atender prontamente às reclamações de seus serviços, sanando-as prontamente.

8.2.86. Apresentar relatórios, prontuários ou demais informações necessárias ao acompanhamento da execução do serviço da CONTRATADA por meio de documento formal sempre que solicitado pela SES/TO no prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

8.2.87. É de responsabilidade exclusiva e integral da CONTRATADA, fornecer todos os materiais e insumos usuais na prestação dos serviços, incluído nesse caso, todo e qualquer medicamento imprescindível para a realização dos procedimentos; materiais de expediente necessários à prestação dos serviços; instrumentais; insumos e utensílios para higienização (saneantes domissanitários) do ambiente; Equipamentos de Proteção Individual (EPI's) e Equipamentos de Proteção Coletiva (EPC's); Equipamentos e ferramentas de tecnologia, informação e comunicação, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, em perfeitas condições de uso, compatíveis à boa execução dos serviços e com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, manuais, normas e legislação. Utilizá-los conforme técnicas de recomendação do fabricante, com base científica comprovada para realização das remoções.

8.2.88. A CONTRATADA se responsabiliza a atender e fazer com que seus funcionários atendam às normas disciplinares e os regulamentos que orientam os procedimentos e condutas no local de prestação de serviço, cumprindo fielmente todas as condições estipuladas neste Estudo Técnico Preliminar, de forma que os serviços Contratados sejam permanentemente executados e mantidos com esmero e perfeição;

8.2.89. Implantar e manter as normas de atendimento a Acidentes Biológicos. Fornecer Equipamento de Proteção Individual (EPI), e Programa de Proteção de Riscos Ambientais (PPRA) aos seus profissionais, conforme Portarias e Resoluções da ANVISA e da Secretaria de Trabalho do Ministério da Economia.

8.2.90. Apresentar os seus profissionais devidamente uniformizados, providos dos equipamentos de Proteção Individual - EPI's, obedecendo aos parâmetros da Norma Regulamentadora, encaminhando pessoas portadoras de atestados de boa conduta e demais referências, tendo funções profissionais legalmente registradas em suas carteiras de trabalho e nos conselhos correspondentes.

8.2.91. Manter atualizado e disponível a todos os funcionários, as instruções por escrito de biossegurança (uso de equipamentos de proteção individual (EPI) e proteção coletiva - EPC), norma de conduta de segurança biológica, química, física, ocupacional e ambiental, bem como procedimentos em casos de acidentes, manuseio e transporte de material e amostra biológica.

8.2.92. Treinar e capacitar continuamente a equipe na utilização dos equipamentos, Procedimentos Operacionais Padrão, Manuais, Instruções de Trabalho, Diretrizes e protocolos padronizados visando melhorar os processos e procedimentos pré- analíticos, analíticos e pós-analíticos de forma a dirimir danos ou prejuízos ao usuário;

8.2.93. Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados acidentados ou com mal súbito;

8.2.94. Responsabilizar-se por quaisquer danos pessoais e/ou materiais ocasionados a seus funcionários durante a execução dos serviços, com observância às recomendações aceitas pelas Boas Práticas, normas e legislações pertinentes ao objeto do serviço em comento;

8.2.95. Atender de imediato às solicitações quanto a substituições da mão-de-obra entendida como inadequada para a prestação dos serviços, caso seja identificada pela CONTRATANTE;

8.2.96. Emitir ao final de cada mês Relatório Consolidado de Medição (Faturamento), o qual se constitui em subsídio para a Avaliação dos serviços realizados que será realizado pelo Fiscal de contrato mensalmente;

8.2.97. Realizar o faturamento, seguindo fluxo estabelecido pela Secretaria de Estado da Saúde/ Diretoria de Controle e Avaliação/Diretoria de Regulação.

52 SES/SCL

Praça dos Girassóis, Esplanada das Secretarias, S/N Palmas – Tocantins – CEP: 77.015-007 Tel.: +55 63 3027-4300

www.to.gov.br/saude/





PROCESSO: 2025/30550/008543 - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90055/2026

8.2.98. O faturamento será realizado pela CONTRATADA, no BPA Individualizado, devendo ser seguido fluxo estabelecido pela SES – TO, e em seguida os arquivos deverão ser encaminhados para a Gerência de Avaliação e Sistemas através do e- mail: aih@saude.to.gov.br;

8.2.99. A CONTRATADA deverá estar à disposição da Secretaria de Estado da Saúde as solicitações de serviços para conferência, sempre que solicitado;

8.2.100. Fornecer sempre que solicitado pela CONTRATANTE, os comprovantes de quitação das obrigações trabalhistas e do recolhimento dos encargos sociais de funcionários utilizados na execução da presente licitação.

8.2.101. Concordar que a CONTRATANTE realize fiscalização através de auditorias/supervisões/avaliações nos serviços contratualizados, bem como prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelos servidores da SES/TO designados para tal fim sendo realizada pela CONTRATANTE através da Superintendência de Políticas de Atenção à Saúde.

9. DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

9.1. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados da publicação do extrato do contrato no Diário Oficial do Estado do Tocantins, podendo ser prorrogado igual período, nos termos dos arts. 106 e 107 da Lei N º 14.133/2021, desde que demonstrada à necessidade da Administração, interesse público e disponibilidade orçamentária e financeira.

10. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

10.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na contratação original, sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato, não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

11. DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

11.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do Art. 124 da Lei Nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

11.2. Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do Art. 124 da Lei Nº 14.133, de 1º de abril de 2021, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, não poderão transfigurar o objeto da contratação, conforme Art. 125 e 126.

11.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês, Art. 132 da Lei Nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

11.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do Art. 136 da Lei Nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

12. DA RESCISÃO CONTRATUAL

12.1. Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as situações previstas nos incisos I a IX do Art. 137 da Lei Nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

12.2. A extinção do contrato poderá ser:

I. Determinada por ato unilateral e, escrita da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

II. Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

III. Determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

53 SES/SCL

Praça dos Girassóis, Esplanada das Secretarias, S/N Palmas – Tocantins – CEP: 77.015-007 Tel.: +55 63 3027-4300

www.to.gov.br/saude/





PROCESSO: 2025/30550/008543 - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90055/2026

12.3. A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

12.4. A extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar as consequências indicadas no Art. 139 da Lei Nº 14.133, de 1º de abril de 2021, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e no Termo de Referência, anexo ao Edital.

12.5. O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

12.6. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.7. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.8. Indenizações e multas.

13. DO REAJUSTE E REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

13.1. Os valores deverão ser reajustados quando houver alteração no valor da Tabela SUS (Tabela SIGTAP) vigente, nos valores dos Incentivos Pré-fixado Federal e Estadual, nas pactuações de valores complementares à Tabela SUS por meio da Comissão Intergestores Bipartite - CIB.

13.1.1. O reajuste será realizado por apostilamento.

13.2. Poderá ser estabelecido o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato.

13.2.1. O reequilíbrio econômico-financeiro será realizado mediante Termo de Aditivo ao Contrato.

14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no Art. 155 da Lei Nº 14.133, de 1º de abril de 2021, quais sejam:

14.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

14.3. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

14.4. Dar causa à inexecução total do contrato;

14.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

14.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

14.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;

14.9. Fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

14.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

14.11. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances;

14.12. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame;

14.13. Praticar ato lesivo previsto no Art. 5º da Lei Nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

14.14. Conforme o estabelecido no Art. 317 e Art. 317 do Decreto Estadual Nº 6.606, de 28 de março de 2023, o fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, apuradas em regular processo administrativo, garantidos o contraditório e ampla defesa, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) **Advertência** será utilizada nas hipóteses estabelecidas nos incisos I e II do Art. 319 do Decreto Estadual Nº 6.606, de 28 de março de 2023, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

54 SES/SCL





PROCESSO: 2025/30550/008543 - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90055/2026

b) **Impedimento de licitar e contratar** no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos previstos nos incisos I ao VI do Art. 320 do Decreto Estadual Nº 6.606, de 28 de março de 2023, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

c) **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos previstos nos incisos I ao V do Art. 321 do Decreto Estadual Nº 6.606, de 28 de março de 2023, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

d) **Multa:**

1 - Moratória de **0,5% (meio por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias, data a partir da qual o atraso será configurado como inexecução total do objeto;

2 - O atraso superior a **25 (vinte e cinco)** dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do Art. 137 da Lei Nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

3 - A multa compensatória será aplicada nas hipóteses de inexecução parcial ou total do contrato, atraso injustificado na execução, apresentação de documentação falsa ou fraude na execução contratual, graduada entre 10% (dez por cento) e 30% (trinta por cento) do valor do contrato, conforme a gravidade da infração, danos causados à Administração e circunstâncias do caso concreto, nos termos do art. 156, §1º, da Lei Nº 14.133/2021 e arts. 317 e seguintes do Decreto Estadual Nº 6.606/2023, sem prejuízo da reparação integral dos danos e demais sanções cabíveis.

4 - A multa compensatória de 20% a 30% do valor do contrato aplica-se especificamente à inexecução total do contrato ou inexecução parcial que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, conforme tipificação do art. 155, inciso II e III, da Lei Nº 14.133/2021, graduada conforme gravidade, danos e circunstâncias (art. 156, §1º), e regulamentação do Decreto Estadual Nº 6.606/2023.

5 - A multa compensatória de **20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento)** do valor do contrato será aplicada nos casos de inexecução total do contrato ou inexecução parcial que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, conforme art. 155, incisos II e III, da Lei Nº 14.133/2021. Essa penalidade visa reparar prejuízos significativos à continuidade dos serviços essenciais de saúde, graduada conforme a gravidade da conduta, extensão dos danos causados e circunstâncias agravantes do caso concreto (art. 156, §1º), sem prejuízo da rescisão contratual e responsabilização civil/criminal.

6 - A multa compensatória de **5% (cinco por cento) a 15% (quinze por cento)** do valor do contrato será aplicada para infrações de média gravidade, tais como retardamento injustificado na execução, descumprimento parcial de obrigações contratuais sem grave dano, ou apresentação de declaração inexata que não configure fraude dolosa. A gradação observará os critérios do art. 156, §1º, da Lei Nº 14.133/2021, considerando a natureza da infração, danos à Administração e eventuais programas de integridade, assegurando proporcionalidade na penalização.

7 - Recusa injustificada em retirar a Nota de Empenho dentro do prazo estabelecido ou der causa ao seu cancelamento: 10% (dez por cento) do valor global da proposta.

8 - A multa compensatória de 3% (três por cento) a 10% (dez por cento) do valor do contrato incidirá sobre infrações de menor potencial lesivo, como pequenos atrasos toleráveis, falhas administrativas pontuais ou descumprimentos formais que não comprometam substancialmente a execução do objeto. Aplicada conforme arts. 317 e seguintes do Decreto Estadual Nº 6.606/2023, a penalidade será graduada pelos critérios legais (gravidade, danos, circunstâncias), podendo ser substituída por advertência quando cabível, sempre garantido o contraditório e ampla defesa.

14.15. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE.

14.16. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

14.17. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

55 SES/SCL





PROCESSO: 2025/30550/008543 - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90055/2026

14.18. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

14.19. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

14.20. O CONTRATANTE deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar as penalidades por eles aplicadas à Ouvidoria Geral do Estado, para que promova a devida publicidade junto ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), conforme estabelecido no § 2º Art. 326 do Decreto Estadual Nº 6.606, de 28 de março de 2023.

14.21. O débito resultante de multa poderá ser parcelado, total ou parcialmente, mediante requerimento formal do interessado à Administração Pública, desde que o interessado não esteja inscrito em dívida ativa, conforme regulamentação da Secretaria da Fazenda do Estado do Tocantins, conforme previsto no Art. 324 do Decreto Estadual Nº 6.606, de 28 de março de 2023.

14.22. Em conformidade com Art. 156, §1º, da Lei Nº 14.133, de 1º de abril de 2021, na aplicação das sanções serão considerados:

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) As peculiaridades do caso concreto;
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.23. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei Nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

14.24. As infrações administrativas previstas no Art. 5º da Lei Federal Nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 serão apuradas e julgadas observando o mesmo rito procedimental a ser definido em regulamento nos termos do §1º do Art. 326 do Decreto Estadual Nº 6.606, de 28 de março de 2023.

14.25. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei Nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

14.26. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Estadual do Tocantins resultante de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

14.27. A aplicação das sanções aqui previstas não exclui a possibilidade de aplicação de outras, previstas no Decreto Estadual Nº 6.606, de 28 de março de 2023 e suas atualizações, na Lei Nº 14.133, de 1º de abril de 2021, bem como outras legislações se aplicáveis forem, inclusive responsabilização da CONTRATANTE por eventuais perdas e danos causados à Administração.

15. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

15.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, para na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO LOTE**, conforme as características do objeto, especificado no item 1 e demais subitens e de acordo com o estabelecido Art. 6, inciso XLI e Art. 17 § 2º da Lei Nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

56 SES/SCL

Praça dos Girassóis, Esplanada das Secretarias, S/N Palmas – Tocantins – CEP: 77.015-007 Tel.: +55 63 3027-4300

www.to.gov.br/saude/





PROCESSO: 2025/30550/008543 - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90055/2026

15.2. A licitação será realizada em 2 (dois) lotes, conforme especificação contida no subitem 1.2, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens do lote que concorrer, conforme Modelo de Proposta de Preço, disposto no edital.

15.3. O certame licitatório utilizará o procedimento do Sistema de Registro de Preços para registro dos preços deste objeto, conforme estabelecido no subitem 4.20., seus subitens e demais disposições contidas neste instrumento.

15.4. Da Participação de Empresas Reunidas sob a Forma de Consórcio

15.4.1. Tendo em vista que, é prerrogativa do Poder Público, na condição de CONTRATANTE, a escolha da participação, ou não, de empresas constituídas sob a forma de consórcio, com as devidas justificativas, conforme se depreende da literalidade do texto da Lei Federal Nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Art. 17, inciso IX e, ainda, o entendimento do Acórdão TCU Nº 1.316, de 09 de junho de 2010, que atribui à Administração a prerrogativa de admissão de consórcios em licitações por ela promovidas:

15.4.2. Fica vedada a participação de empresas reunidas sob a forma de consórcio, sendo que, neste caso o objeto a ser licitado não envolve questões de alta complexidade técnica, ao ponto de haver necessidade de parcelamento do objeto, por meio da união de esforços.

15.4.3. Ressaltamos que é bastante comum a participação de empresas de pequeno e médio porte, às quais, em sua maioria, apresentam o mínimo exigido no tocante à qualificação técnica e econômica financeira, condições suficientes para a execução de contratos dessa natureza, o que não tornará restrito o universo de possíveis licitantes individuais.

15.5. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

15.5.1. Para fins de Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista de Pessoa.

15.5.1.1. Habilitação Jurídica

a) **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

b) **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

c) **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

d) **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

e) **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME Nº 77, de 17 de março de 2020.

f) **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

g) **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

h) **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o Art. 107 da Lei Nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

i) Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

15.6. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA.

57 SES/SCL

Praça dos Girassóis, Esplanada das Secretarias, S/N Palmas – Tocantins – CEP: 77.015-007 Tel.: +55 63 3027-4300

www.to.gov.br/saude/





PROCESSO: 2025/30550/008543 - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90055/2026

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- b) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta Nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- c) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto/Lei Nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
- e) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- f) Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- g) Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- h) O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar Nº 123, de 14 de dezembro de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.
- i) Será exigida da CONTRATADA declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

15.7. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA – FINANCEIRA

15.7.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (Art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME Nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

15.7.2. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor – (Lei Nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Art. 69, caput, inciso II);

15.7.3. Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores OU igual a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

I – Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);

II – Solvência Geral (SG) = (Ativo Total) / (Passivo Circulante + Passivo não Circulante); e

III – Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante) / (Passivo Circulante).

15.7.4. Não será habilitada a licitante que obtiver índices de liquidez corrente, liquidez e solvência geral menor que 1,00;

15.7.5. A licitante que não tiver alcançado os índices exigidos no subitem anterior será habilitada desde que possua capital social equivalente a 5% (cinco por cento) do valor médio estimado de contratação;

15.7.6. Balanço patrimonial registrado na forma da lei, relativa aos 2 (dois) últimos exercícios sociais, que comprove patrimônio líquido não inferior a 10% (dez por cento) do valor total estimado para o item ou grupo que estiver arrematando, conforme descrito no Art. 69 da lei Nº 14.133 de 1 de abril de 2021.

1) Pessoa jurídica constituída há menos de 2 (dois) anos da data da abertura da licitação, deverá apresentar tal documento referente ao último exercício financeiro;

2) Pessoa jurídica constituída a menos de 1 (um) ano da data de abertura da licitação está dispensada da apresentação do balanço patrimonial do exercício financeiro anterior, no entanto deverá apresentar seu balanço de abertura.

58 SES/SCL

Praça dos Girassóis, Esplanada das Secretarias, S/N Palmas – Tocantins – CEP: 77.015-007 Tel.: +55 63 3027-4300

www.to.gov.br/saude/





PROCESSO: 2025/30550/008543 - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90055/2026

15.7.7. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

15.7.8. Justifica-se a exigência da qualificação econômico-financeira, visto que o artigo 69 da Lei Nº 14.133, de 1º de abril de 2021, nos traz que a habilitação econômico-financeira visa a demonstrar a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, devendo ser comprovada de forma objetiva, por coeficientes e índices econômicos confiáveis.

15.7.9. Explicitamos que os documentos solicitados estão em conformidade com o estabelecido no Art. 126 do Decreto Estadual Nº 6.606, de 28 de março de 2023 e Art. 67 da Lei Nº 14.133, de 1º de abril de 2021. Explicitamos ainda, que as exigências são usuais em diversos editais em licitações da União, Estados.

15.8. PARA FINS DE HABILITAÇÃO TÉCNICA

15.8.1. A licitante deverá apresentar atestado de capacidade técnica que comprove 30% (trinta por cento) para o desempenho dos serviços, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, emitida em papel timbrado e contato do emitente, para os quais a empresa esteja executando ou tenha executado atividades pertinentes e compatíveis ao objeto da licitação, conforme disposto no §1º e §2º do Art. 67 da Lei nº 14133/2021 no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente da licitante (Acórdão 2939/2021 – TCU – Plenário);

15.8.2. Será permitido o somatório de no máximo 3 atestados para garantir a capacidade operativa e gerencial da licitante, aderente às quantidades e prazos

exigidos para a sua execução, bem quanto características, quantidades e com prazos compatíveis, datas de início e término; local da prestação dos serviços; natureza da prestação dos serviços; quantidades executadas; caracterização do bom desempenho do licitante; identificação da pessoa jurídica emitente bem como o nome e o cargo do signatário;

15.8.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da licitante, desde que ambas tenham o mesmo CNPJ raiz e os documentos comprovem a experiência em edital.

15.8.4. Para fins da comprovação de que trata este 8.9.3., os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

15.8.5. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

a) Deverá haver a comprovação da experiência mínima de 03 (três) anos na prestação dos serviços, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de os anos serem ininterruptos (Art. 67 § 5º da Lei 14.133/2021);

b) O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da CONTRATANTE e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

c) Alvará Sanitário Atualizado, expedido pela Vigilância Sanitária Municipal ou Estadual em vigência;

d) Licença de Funcionamento atualizado emitido pelo órgão responsável em vigência;

d.1.) Caso a revalidação da Licença de Funcionamento para o presente exercício não tenha sido concedida, a proponente deverá apresentar a Licença de Funcionamento do exercício anterior acompanhada do protocolo de revalidação, sendo necessário que esta tenha sido requerida até 120 (cento e vinte) dias antes do término de sua vigência, conforme disposto no art. 22 do Decreto Nº 74.170/1974.

e) Comprovação de inscrição da proponente no Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde – CNES do estabelecimento;

f) Registro ou inscrição da licitante no Conselho Regional de Medicina do Estado do Tocantins;

g) Certificado de entidade filantrópica e/ou habilitada, quando for o caso;

h) Certificação ou licenciamento junto à Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN), conforme Resolução Nº 293, de 29 de março de 2022.

i) Registro do Responsável Técnico no **CRM e especialização em Medicina Nuclear**

j) Certidão de responsabilidade técnica emitida pelo Conselho Regional de Medicina (CRM);

59 SES/SCL





PROCESSO: 2025/30550/008543 - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90055/2026

- k) Plano de Proteção Radiológica (PPR), conforme exigido pela CNEN, assegurando a proteção dos pacientes, profissionais e meio ambiente contra os riscos da radiação ionizante;
- l) Autorização de Funcionamento da Empresa (AFE) emitida pela **ANVISA**, demonstrando que a empresa está legalmente habilitada a atuar na área de medicina nuclear;
- m) Declaração da interessada, datada e assinada, informando a sua capacidade total mês para realizar o objeto deste Termo e Edital, relacionando o quantitativo de procedimentos a serem realizados por dia, para esta contratação;
- n) Declaração de que se propõe a prestar os serviços em concordância com os valores constantes na Tabela Unificada de Procedimentos SIGTAP e tabela diferenciada aprovada através da Resolução CIB – Comissão Intergestores Bipartite Resolução CIB/TO Nº 515, de 17 de julho de 2025.

15.9. Documentos a Serem Apresentados na Assinatura do Contrato:

- a) Comprovação de inscrição dos profissionais Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde – CNES ;
- b) Relação dos profissionais (médicos, técnicos, físicos, enfermeiros) envolvidos no serviço, com comprovação de qualificação responsável (is) pelo serviço;
- c) Comprovação de Registro ou Contrato de Trabalho do quadro de profissionais técnicos (nível superior e médio) vinculado ao estabelecimento, com a devida comprovação de regularidade junto aos órgãos de classes respectivos;
- d) Relação detalhada e declaração formal de disponibilidade dos equipamentos que serão utilizados na realização dos exames, citando marca, ano de fabricação e características técnicas, em consonância com todas as exigências da legislação em vigor;

15.10. Justificativa da Habilitação Técnica

15.10.1. Considerando que o objeto da contratação consiste na prestação de serviços de exames de cintilografia (Medicina Nuclear), trata-se de atividade de alta complexidade tecnológica e de risco controlado, que envolve a utilização de substâncias radioativas, equipamentos específicos e profissionais altamente especializados. Por essa razão, faz-se imprescindível a exigência de documentos que comprovem a qualificação técnica da empresa contratada, nos termos do artigo 67 e seguintes da Lei Nº 14.133/2021, bem como da legislação sanitária e nuclear vigente.

15.10.2. A qualificação técnica é um requisito legal e essencial para garantir a segurança, a eficácia e a conformidade dos serviços prestados, evitando riscos sanitários, ambientais e humanos, especialmente em um contexto hospitalar e assistencial vinculado ao Sistema Único de Saúde (SUS).

15.10.3. Esses documentos não são meramente formais, mas requisitos essenciais para a verificação da capacidade técnica da empresa em executar, com segurança e qualidade, os serviços contratados, assegurando a saúde da população usuária do SUS, a conformidade com os princípios da administração pública e a mitigação de riscos à execução contratual.

15.10.4. A não exigência desses documentos poderia ensejar a contratação de empresa despreparada, expondo pacientes e servidores a riscos sanitários graves, além de comprometer o cumprimento do contrato e gerar prejuízos ao erário.

15.10.5. Dessa forma, a exigência de qualificação técnica está devidamente justificada pelo interesse público, pela natureza do objeto contratual e pela necessidade de resguardar a segurança jurídica e a eficácia da contratação, conforme o disposto na Lei Nº 14.133/2021, na legislação sanitária federal e nas normas da CNEN.

16. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

A combinação dessas duas referências permite uma estimativa de custos que reflete a complexidade e os custos operacionais envolvidos na prestação dos serviços a serem contratados, alinhando a referência nacional com as especificidades regionais.

Período	Valor Estimado (R\$)	Valor por Extenso
---------	----------------------	-------------------

60 SES/SCL

Praça dos Girassóis, Esplanada das Secretarias, S/N Palmas – Tocantins – CEP: 77.015-007 Tel.: +55 63 3027-4300

www.to.gov.br/saude/





PROCESSO: 2025/30550/008543 - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90055/2026

Mensal Médio	R\$ 135.327,40	Cento e trinta e cinco mil, trezentos e vinte e sete reais e quarenta centavos.
Anual (12 Meses)	R\$ 1.623.928,84	Um milhão, seiscentos e vinte e três mil, novecentos e vinte e oito reais e oitenta e quatro centavos.

17. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

17.1. Por se tratar de licitação que será processada por pregão eletrônico, a definição da dotação orçamentária ocorrerá somente no momento da formalização do contrato, nos termos do Art. 256 §2º do Decreto Estadual Nº 6.606, de 28 de março de 2023.

17.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I) Gestão/Unidade: 30550;
- II) Fonte de Recursos: [1.500.1002.102 e 1.600.0000.250];
- III) Programa de Trabalho: 1165 – Integração de ações e serviços de saúde;
- IV) Elemento de Despesa: 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.
- V) Plano Interno: [...];

17.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

18. ANTIFRAUDE E ANTICORRUPÇÃO

18.1. A CONTRATADA/contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual. Para os propósitos deste item, definem-se as seguintes práticas:

I. Prática Corrupta:

Oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução do contrato.

II. Prática Fraudulenta:

A falsificação ou emissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou na execução do contrato.

III. Prática Colusiva:

Esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais CONTRATADAS, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não competitivos.

IV. Prática Coercitiva:

Causar dano ou ameaçar direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

V. Prática Obstrutiva:

18.2. Destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo fiscalizador.

18.3. A SES/TO imporá sanção sobre uma empresa e/ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga/celebração de contratos se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de uma agente, em práticas corruptas, fraudulentas, oclusivas, coercitivas, ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução contratual.

19. DOS ANEXOS

ANEXO I - Distribuição dos Lotes

ANEXO II - Unidades Hospitalares Estaduais

ANEXO III - Matriz de Riscos

61 SES/SCL

Praça dos Girassóis, Esplanada das Secretarias, S/N Palmas – Tocantins – CEP: 77.015-007 Tel.: +55 63 3027-4300

www.to.gov.br/saude/





PROCESSO: 2025/30550/008543 - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90055/2026

ANEXO I - Distribuição dos Lotes

LOTE - 1 REGIÃO DE SAÚDE MACRO SUL				
UNIDADE HOSPITALAR	TETO FÍSICO		TETO FINANCEIRO	
	MENSAL	ANUAL	MENSAL	ANUAL
Hospital Geral de Palmas, além de outras unidades hospitalares da Macrorregião Centro-Sul que necessitam dos serviços de Medicina Nuclear in vivo – Cintilografia.	92	1.109	R\$ 70.405,96	R\$ 848.697,97
TOTAL	92	1.109	R\$ 70.405,96	R\$ 848.697,97
MUNICÍPIOS		TETO FÍSICO - PPI	TETO FINANCEIRO	
		ANUAL	ANUAL	
ABREULÂNDIA		1	R\$ 318.357,40	
ALIANCA DO TOCANTINS		3		
ALMAS		4		
ALVORADA		4		
APARECIDA DO RIO NEGRO		2		
ARAGUACEMA		3		
ARAGUACU		5		
ARRAIAS		6		
AURORA DO TOCANTINS		2		
BARROLANDIA		3		
BREJINHO DE NAZARE		3		
CARIRI DO TOCANTINS		2		
CASEARA		2		
CHAPADA DA NATIVIDADE		2		
COMBINADO		3		
CONCEICAO DO TOCANTINS		2		
CRISTALANDIA		4		
CRIXAS DO TOCANTINS		1		
DIANOPOLIS		10		
DIVINOPOLIS DO TOCANTINS		3		
DOIS IRMAOS DO TOCANTINS		4		
DUERE		2		
FATIMA		2		
FIGUEIROPOLIS		3		
FORMOSO DO ARAGUAIA		10		

62 SES/SCL

Praça dos Girassóis, Esplanada das Secretarias, S/N Palmas – Tocantins – CEP: 77.015-007 Tel.: +55 63 3027-4300

www.to.gov.br/saude/

Documento foi assinado digitalmente por JORGE MÁRIO SOARES DE SOUSA em 12/05/2026 12:39:28.

A autenticidade deste documento pode ser verificada no site <https://sgd.to.gov.br/verificador>, informando o código verificador: C78BA284025E9FFF | SGD:2026/30559/145599



PROCESSO: 2025/30550/008543 - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90055/2026

GURUPI	41	
IPUEIRAS	1	
JAU DO TOCANTINS	2	
LAGOA DA CONFUSAO	5	
LAGOA DO TOCANTINS	2	
LAJEADO	1	
LAVANDEIRA	1	
LIZARDA	2	
MARIANOPOLIS DO TOCANTINS	2	
MATEIROS	1	
MIRACEMA DO TOCANTINS	11	
MIRANORTE	7	
MONTE DO CARMO	4	
MONTE SANTO DO TOCANTINS	1	
NATIVIDADE	5	
NOVA ROSALANDIA	2	
NOVO ACORDO	2	
NOVO ALEGRE	1	
NOVO JARDIM	1	
OLIVEIRA DE FATIMA	1	
PALMAS	122	
PALMEIROPOLIS	4	
PARAISO DO TOCANTINS	24	
PARANA	6	
PEIXE	6	
PINDORAMA DO TOCANTINS	2	
PIUM	4	
PONTE ALTA DO BOM JESUS	2	
PONTE ALTA DO TOCANTINS	4	
PORTO ALEGRE DO TOCANTINS	2	
PORTO NACIONAL	26	
PUGMIL	1	
RIO DA CONCEICAO	1	
RIO DOS BOIS	1	
RIO SONO	3	
SANDOLANDIA	2	
SANTA RITA DO TOCANTINS	1	
SANTA ROSA DO TOCANTINS	2	
SANTA TEREZA DO TOCANTINS	1	

63 SES/SCL

Praça dos Girassóis, Esplanada das Secretarias, S/N Palmas – Tocantins – CEP: 77.015-007 Tel.: +55 63 3027-4300

www.to.gov.br/saude/

Documento foi assinado digitalmente por JORGE MÁRIO SOARES DE SOUSA em 12/05/2026 12:39:28.

A autenticidade deste documento pode ser verificada no site <https://sgd.to.gov.br/verificador>, informando o código verificador: C78BA284025E9FFF | SGD:2026/30559/145599



PROCESSO: 2025/30550/008543 - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90055/2026

SAO FELIX DO TOCANTINS	1	
SAO SALVADOR DO TOCANTINS	2	
SAO VALERIO DA NATIVIDADE	2	
SILVANOPOLIS	3	
SUCUPIRA	1	
TAGUATINGA	8	
TAIPAS DO TOCANTINS	1	
TALISMA	1	
TOCANTINIA	4	
TOTAL	416	R\$ 318.357,40
VALOR TOTAL ANO- LOTE 1		R\$ 1.167.055,36

LOTE - 2 REGIÃO DE SAÚDE MACRO NORTE				
UNIDADE HOSPITALAR	TETO FÍSICO		TETO FINANCEIRO	
	MENSAL	ANUAL	MENSAL	ANUAL
Hospital Regional de Araguaína, além de outras unidades hospitalares da Macrorregião Norte que necessitam dos serviços de Medicina Nuclear in vivo – Cintilografia.	23	276	R\$ 17.601,49	R\$ 211.217,89
TOTAL	23	276	R\$ 17.601,49	R\$ 211.217,89
MUNICÍPIOS		TETO FÍSICO	TETO FINANCEIRO	
		ANUAL	ANUAL	
ABREULÂNDIA		1	R\$ 245.655,59	
ANANAS		5		
ANGICO		2		
ARAGOMINAS		3		
ARAGUAINA		81		
ARAGUANA		3		
ARAGUATINS		17		
ARAPOEMA		4		
AUGUSTINOPOLIS		9		
AXIXA DO TOCANTINS		5		
BABACULANDIA		6		
BANDEIRANTES DO TOCANTINS		2		
BARRA DO OURO		2		
BERNARDO SAYAO		2		
BOM JESUS DO TOCANTINS		2		
BRASILANDIA DO TOCANTINS		1		
BURITI DO TOCANTINS		5		
CACHOEIRINHA		1		
CAMPOS LINDOS		4		

64 SES/SCL

Praça dos Girassóis, Esplanada das Secretarias, S/N Palmas – Tocantins – CEP: 77.015-007 Tel.: +55 63 3027-4300

www.to.gov.br/saude/

Documento foi assinado digitalmente por JORGE MÁRIO SOARES DE SOUSA em 12/05/2026 12:39:28.

A autenticidade deste documento pode ser verificada no site <https://sgd.to.gov.br/verificador>, informando o código verificador: C78BA284025E9FFF | SGD:2026/30559/145599



PROCESSO: 2025/30550/008543 - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90055/2026

CARMOLANDIA	1	
CARRASCO BONITO	2	
CENTENARIO	1	
COLINAS DO TOCANTINS	17	
COLMEIA	5	
COUTO DE MAGALHAES	3	
DARCINOPOLIS	3	
ESPERANTINA	5	
FILADELFIA	5	
GOIANORTE	3	
GOIATINS	6	
GUARAI	12	
ITACAJA	4	
ITAGUATINS	3	
ITAPIRATINS	2	
ITAPORA DO TOCANTINS	1	
JUARINA	1	
LUZINOPOLIS	1	
MAURILANDIA DO TOCANTINS	2	
MURICILANDIA	2	
NAZARE	2	
NOVA OLINDA	6	
PALMEIRANTE	3	
PALMEIRAS DO TOCANTINS	3	
PAU DARCO	2	
PEDRO AFONSO	6	
PEQUIZEIRO	3	
PIRAQUE	2	
PRAIA NORTE	4	
PRESIDENTE KENNEDY	2	
RECURSOLANDIA	2	
RIACHINHO	2	
SAMPAIO	2	
SANTA FE DO ARAGUAIA	4	
SANTA MARIA DO TOCANTINS	2	
SANTA TEREZINHA DO TOCANTINS	1	
SAO BENTO DO TOCANTINS	2	
SAO MIGUEL DO TOCANTINS	6	
SAO SEBASTIAO DO TOCANTINS	2	
SITIO NOVO DO TOCANTINS	5	
TOCANTINOPOLIS	12	
TUPIRAMA	1	
TUPIRATINS	1	
WANDERLANDIA	6	
XAMBIOA	6	
TOTAL	321	R\$ 245.655,59

65 SES/SCL

Praça dos Girassóis, Esplanada das Secretarias, S/N Palmas – Tocantins – CEP: 77.015-007 Tel.: +55 63 3027-4300

www.to.gov.br/saude/



Documento foi assinado digitalmente por JORGE MÁRIO SOARES DE SOUSA em 12/05/2026 12:39:28.

A autenticidade deste documento pode ser verificada no site <https://sgd.to.gov.br/verificador>, informando o código verificador: C78BA284025E9FFF | SGD:2026/30559/145599



PROCESSO: 2025/30550/008543 - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90055/2026

VALOR TOTAL ANO- LOTE 2		R\$ 456.873,48
-------------------------	--	----------------

DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
VALOR TOTAL ANUAL -LOTE 1	1.167.055,36
VALOR TOTAL ANUAL -LOTE 2	456.873,48
SOMATÓRIO TOTAL	1.623.928,84

66 SES/SCL

Praça dos Girassóis, Esplanada das Secretarias, S/N Palmas – Tocantins – CEP: 77.015-007 Tel.: +55 63 3027-4300

www.to.gov.br/saude/



Documento foi assinado digitalmente por JORGE MÁRIO SOARES DE SOUSA em 12/05/2026 12:39:28.

A autenticidade deste documento pode ser verificada no site <https://sgd.to.gov.br/verificador>, informando o código verificador: C78BA284025E9FFF | SGD:2026/30559/145599



PROCESSO: 2025/30550/008543 - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90055/2026

ANEXO II - Unidades Hospitalares Estaduais

HOSPITAIS REGIONAIS ESTADUAIS DA MACRORREGIÃO NORTE		
ITEM	HOSPITAL	ENDEREÇO
1	HOSP. REG. DE ARAGUAÍNA	RUA 13 DE MAIO, 1336 - CENTRO - ARAGUAÍNA
2	HOSP. REG. DE AUGUSTINÓPOLIS	RUA AMAZONAS S/N - AUGUSTINÓPOLIS
3	HOSP. REG. DE XAMBIOÁ	RUA G, QUADRA 16, LOTE 18 - CENTRO - XAMBIOÁ
4	HOSP. REG. DE ARAPOEMA	RUA FRANCISCO FRUTUOSO DE AGUIAR, 411 - ARAPOEMA
5	HOSP. REG. DE GUARAÍ	RUA 03, Nº 1516 - CENTRO - GUARAÍ
6	HOS. REF. PEDRO AFONSO	RUA NUMERIANO BEZERRA DE CASTRO, S/N, SETOR AEROPORTO, PEDRO AFONSO - 77.710-000
HOSPITAIS REGIONAIS ESTADUAIS DA MACRORREGIÃO CENTRO-SUL		
ITEM	HOSPITAL	ENDEREÇO
1	HOSPITAL GERAL DE PALMAS	QUADRA 201 SUL, AV. NS 01, CONJ. 02, LOTE 01 - PALMAS
2	HOSP. E MAT. DONA REGINA	104 NORTE, NE 05, LT 31/41 – PLANO DIRETOR NORTE - PALMAS
3	HOSP. REG. DE PARAÍSO	RUA 03, QUADRA 02, LOTE 01/19 - SETOR AEROPORTO - PARAÍSO DO TOCANTINS
4	HOSP. REG. DE PORTO NACIONAL	AV. MURILO BRAGA, 1592-SETOR CENTRAL - PORTO NACIONAL
5	HOSP. MAT. INFANTIL TIA DEDÉ	RUA RAQUEL DE CARVALHO, 420 - CENTRO - PORTO NACIONAL
6	HOSP. REG. DE MIRACEMA	AV. IRMÃ EMMA RODOLFO NAVARRO S/N - SETOR SUSSUAPARA - MIRACEMA
7	HOSP. REG. DE GURUPI	AV. PERNAMBUCO, Nº 1710 - GURUPI
8	HOSP. REG. DE ALVORADA	AV. JK, S/N - CENTRO - ALVORADA/TO - CEP: 77.480-000
9	HOSP. REG. DE ARAGUAÇU	AV. NOVA MATINHA S/N – BAIRRO CEL.LUSTOSA
10	HOSP. REG. DE DIANÓPOLIS	RUA 10, QUADRA 34, LOTE 01 -NOVA CIDADE - DIANÓPOLIS
11	HOSP. REG. DE ARRAIAS	AV. PARANÁ, KM 01 S/N - ARRAIAS

67 SES/SCL

Praça dos Girassóis, Esplanada das Secretarias, S/N Palmas – Tocantins – CEP: 77.015-007 Tel.: +55 63 3027-4300

www.to.gov.br/saude/

Documento foi assinado digitalmente por JORGE MÁRIO SOARES DE SOUSA em 12/05/2026 12:39:28.

A autenticidade deste documento pode ser verificada no site <https://sgd.to.gov.br/verificador>, informando o código verificador: C78BA284025E9FFF | SGD:2026/30559/145599



PROCESSO: 2025/30550/008543 - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90055/2026

ANEXO II - Matriz de Risco

Entende-se por ação preventiva, ações a serem tomadas, com base no desenho do mapa de riscos, de forma a prevenir a ocorrência dos mesmos. Ações de contingência, no entanto, são ações a serem tomadas na ocasião dos danos já que começam a ocorrer com a materialização dos riscos previstos.

Risco 01 – Não aprovação dos documentos do planejamento da contratação		
Probabilidade:	() Baixa	(x) Média () Alta
Impacto:	() Baixa	(x) Média () Alta
Dano:		
Ocasionará atraso no processo de contratação.		
Ação Preventiva		Responsável
Adotar procedimentos para que a área administrativa acompanhe a elaboração dos documentos, evitando envios e devoluções do processo.		Superintendência de Políticas de Atenção à Saúde – SPAS
Ação de Contingência		Responsável
Reuniões com área técnica para alinhar adequação e aprovação dos documentos.		Superintendência de Políticas de Atenção à Saúde – SPAS

Risco 02 – Atraso na conclusão dos trâmites licitatórios		
Probabilidade:	() Baixa	(x) Média () Alta
Impacto:	() Baixa	() Média (x) Alta
Dano:		
Ocasionará atraso na contratação, o que incorreria prejuízos aos usuários do SUS, pois afetará a oferta dos serviços em tempo oportuno.		
Ação Preventiva		Responsável
Monitorar as etapas do processo licitatório, bem como analisar com eficácia e eficiência as diligências propostas ofertadas no certame.		Superintendência de Políticas de Atenção à Saúde – SPAS Superintendência de Aquisição e Estratégias de Logística – SAEL Superintendência da Central de Licitação - SCL Superintendência de Assuntos Jurídicos - SAJ
Ação de Contingência		Responsável

68 SES/SCL

Praça dos Girassóis, Esplanada das Secretarias, S/N Palmas – Tocantins – CEP: 77.015-007 Tel.: +55 63 3027-4300

www.to.gov.br/saude/

Documento foi assinado digitalmente por JORGE MÁRIO SOARES DE SOUSA em 12/05/2026 12:39:28.

A autenticidade deste documento pode ser verificada no site <https://sgd.to.gov.br/verificador>, informando o código verificador: C78BA284025E9FFF | SGD:2026/30559/145599



PROCESSO: 2025/30550/008543 - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90055/2026

Atenção aos prazos estimados nas etapas de contratação e estratégias paralelas.	Superintendência de Políticas de Atenção à Saúde – SPAS Superintendência de Aquisição e Estratégias de Logística – SAEL Superintendência da Central de Licitação - SCL
---	--

Risco 03 – Prestação dos serviços em desacordo com o Termo Contratual			
Probabilidade:	(x) Baixa	() Média	() Alta
Impacto:	() Baixa	() Média	(x) Alta
Dano:			
Prestação dos serviços de forma insatisfatória, não abrangendo todas as necessidades institucionais.			
Ação Preventiva		Responsável	
Revisão das obrigações contratuais da CONTRATADA, bem como a forma de prestação do serviço.		Superintendência de Políticas de Atenção à Saúde – SPAS.	
Ação de Contingência		Responsável	
Estudar o grau de insuficiência e refletir sobre a vantajosidade na rescisão contratual e abertura de novo processo licitatório.		Superintendência de Políticas de Atenção à Saúde – SPAS Equipe de Fiscalização. Superintendência de Assuntos Jurídicos - SAJ	

Risco 04 – Não haver disponibilidade orçamentária			
Probabilidade:	() Baixa	(x) Média	() Alta
Impacto:	() Baixa	() Média	(x) Alta
Dano:			
Atraso na contratação dos serviços, o que prejudicaria a oferta desses serviços visto que os serviços a serem contratados são imprescindíveis.			
Ação Preventiva		Responsável	
Buscar base no Planejamento Estratégico		Superintendência de Políticas de Atenção à Saúde – SPAS e Superintendência de Gestão e Acompanhamento Estratégico - SGE	

69 SES/SCL

Praça dos Girassóis, Esplanada das Secretarias, S/N Palmas – Tocantins – CEP: 77.015-007 Tel.: +55 63 3027-4300

www.to.gov.br/saude/

Documento foi assinado digitalmente por JORGE MÁRIO SOARES DE SOUSA em 12/05/2026 12:39:28.

A autenticidade deste documento pode ser verificada no site <https://sgd.to.gov.br/verificador>, informando o código verificador: C78BA284025E9FFF | SGD:2026/30559/145599



PROCESSO: 2025/30550/008543 - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90055/2026

Ação de Contingência	Responsável
Buscar remanejamento de valores previstos no orçamento anual, juntamente com revisão da necessidade imediata dos itens demandados.	Superintendência de Políticas de Atenção à Saúde – SPAS e Superintendência de Gestão e Acompanhamento Estratégico - SGAE e Superintendência Executiva do Fundo Estadual de Saúde - SEFES

		IMPACTO		
		BAIXA	MÉDIA	ALTA
PROBABILIDADE	ALTA			
	MÉDIA		RISCO 1	RISCO 02 e 04
	BAIXA			RISCO 03

70 SES/SCL

Praça dos Girassóis, Esplanada das Secretarias, S/N Palmas – Tocantins – CEP: 77.015-007 Tel.: +55 63 3027-4300

www.to.gov.br/saude/

Documento foi assinado digitalmente por JORGE MÁRIO SOARES DE SOUSA em 12/05/2026 12:39:28.

A autenticidade deste documento pode ser verificada no site <https://sgd.to.gov.br/verificador>, informando o código verificador: C78BA284025E9FFF | SGD:2026/30559/145599



PROCESSO: 2025/30550/008543 - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90055/2026

ANEXO III
MINUTA DE CONTRATO

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM NA FORMA E NAS CONDIÇÕES SEGUINTE, DE UM LADO COMO CONTRATANTE, O ESTADO DO TOCANTINS, POR MEIO DA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE, E DE OUTRO, COMO CONTRATADA, A EMPRESA

O ESTADO DO TOCANTINS, pessoa jurídica de direito público interno, com sede e foro nesta capital, por meio da Secretaria Estadual de Saúde, inscrita no CNPJ sob Nº 25.053.117/0001-64, pelo Senhor Secretário de estado da Saúde, **CARLOS FELINTO JUNIOR**, brasileiro, residente e domiciliado nesta capital, nomeado Secretário da Saúde, pelo Ato nº 3.232- NM, publicado no Diário Oficial do Estado nº. 6.960, de 12 de dezembro de 2025, doravante denominada CONTRATANTE, e a empresa pessoa jurídica de direito privado, com sede e foro, na, inscrita no CNPJ sob Nº, Inscrição Estadual sob nº, doravante denominada CONTRATADA, representada por seu titular, o(a) Sr.(a), brasileiro(a), portador(a) da Cédula de Identidade Nº - SSP-....., CPF nº, resolvem celebrar o presente CONTRATO, elaborado de acordo com a minuta aprovada pela **SUPERINTENDÊNCIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS** e pela **PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**, observadas as disposições da Lei Federal Nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e Decreto Estadual Nº. 6.606, de 28 de março de 2023, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a **aquisição de exames de Cintilografia**, incluindo o fornecimento das imagens e a emissão de laudos detalhados, conforme procedimentos previstos na Tabela SIGTAP vigente. Os serviços destinam-se ao atendimento de pacientes ambulatoriais dos Municípios referenciados e das Unidades Hospitalares do Estado do Tocantins, conforme a Programação Pactuada e Integrada (PPI), mediante regulação prévia pela Central Estadual de Regulação.

PARÁGRAFO ÚNICO – DA ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

A aquisição deste Contrato as quantidades e observações constantes do Objeto da Licitação do Pregão Eletrônico nº XXX/2026, conforme **Processo nº 2025/30550/008543** parte integrante deste Contrato, com motivação e finalidade descritas no Termo de Referência do órgão requisitante.

Item	Qtd	Und	Especificações	Preço Unitário	Preço Global
VALOR TOTAL					

(AS ESPECIFICAÇÕES DETALHADAS DO OBJETO CONTRATADO SERÃO INSERIDAS NO MOMENTO DA ASSINATURA DO CONTRATO, COM BASE NA PROPOSTA DA EMPRESA VENCEDORA).

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO

O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pela aquisição do(s) produto(s) o valor total de R\$ (.....).

CLÁUSULA TERCEIRA – REQUISITOS DE CONTRAÇÃO**3.1 Dos Critérios da Sustentabilidade**

71 SES/SCL

Praça dos Girassóis, Esplanada das Secretarias, S/N Palmas – Tocantins – CEP: 77.015-007 Tel.: +55 63 3027-4300

www.to.gov.br/saude/



PROCESSO: 2025/30550/008543 - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90055/2026

3.1.1. Sustentabilidade Social

3.1.1.1. Não há impactos ambientais resultantes da contratação, no entanto, a CONTRATADA deverá observar:

3.1.1.2. Proteção à segurança e à saúde dos trabalhadores dos serviços de saúde e daqueles que exercem atividades de promoção e assistência à saúde em geral, consubstanciada na Norma Regulamentadora NR 32/ABNT.

3.3.1.3. Boas práticas para o processamento de produtos de saúde (Resolução da Diretoria Colegiada RDC 15/2012 – ANVISA).

3.2. Sustentabilidade Econômica

3.2.1. A contratação dos serviços de cintilografia, por meio do Sistema de Registro de Preços (SRP), está fundamentada nos princípios da economicidade, eficiência e racionalização dos recursos públicos, assegurando sustentabilidade econômica à administração pública estadual. O modelo proposto permite a adesão conforme a efetiva necessidade de utilização dos serviços, evitando o comprometimento de recursos com contratações desproporcionais à demanda real, além de proporcionar maior flexibilidade na gestão orçamentária.

3.2.2. A utilização do SRP possibilita que as unidades hospitalares sob gestão da Secretaria de Estado da Saúde do Tocantins solicitem os serviços conforme a demanda local e regional, promovendo maior controle de custos, previsibilidade de despesas e melhor alocação dos recursos financeiros. Essa estratégia contribui diretamente para a sustentabilidade da política pública de diagnóstico e tratamento de doenças de alta complexidade, ao mesmo tempo em que minimiza desperdícios, retrabalho e deslocamentos desnecessários de pacientes.

3.2.3. Ademais, a ampliação do acesso a exames de cintilografia possibilita diagnósticos mais precisos e precoces, reduzindo a incidência de complicações clínicas, internações prolongadas e procedimentos de maior custo no futuro. Essa abordagem preventiva e resolutiva está alinhada à diretriz de cuidado integral e contínuo no Sistema Único de Saúde (SUS), promovendo impactos positivos sobre a sustentabilidade do sistema de saúde como um todo.

3.2.4. Portanto, a contratação representa uma medida técnica e economicamente sustentável, garantindo o equilíbrio entre qualidade assistencial, racionalidade na aplicação dos recursos públicos e eficiência na gestão da rede de saúde estadual.

3.3. Sustentabilidade Ambiental

3.3.1. A CONTRATADA deverá observar no que couber às práticas sustentáveis, para o fornecimento do produto, no que concerne a:

3.3.2. Os critérios de sustentabilidade dos materiais a serem utilizados para execução dos serviços pela CONTRATADA deverão estar em conformidade com os preceitos regulamentares dos órgãos oficiais nacionais, além de observar os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens pela Administração Pública Federal, previstos na Instrução Normativa Nº 1, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (atual Ministério da Economia) e no Guia Nacional de Licitações Sustentáveis da Advocacia Geral da União, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências.

3.3.3. Nesse sentido, como forma de comprar produtos e usá-los com menor impacto negativo, minimizando a poluição ou agressão ao meio ambiente. Ainda com o foco na sustentabilidade, visando diminuir a poluição ou agressão ao meio ambiente, a CONTRATADA deverá atender os requisitos previstos na Lei Nº 12.305, de 02 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos e legislação vigente.

3.3.4. A CONTRATADA deverá atender ao artigo 5º da Instrução Normativa Nº 01, de 19 de janeiro de 2010, serão observados, na medida do possível, os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental:

3.3.5. Requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares.

3.3.6. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

3.3.7. A CONTRATADA se responsabilizará pela adequada destinação das embalagens que envolvem os materiais, equipamentos e demais instrumentos acessórios essenciais à prestação dos serviços e adotará critérios compatíveis

72 SES/SCL





PROCESSO: 2025/30550/008543 - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90055/2026

com padrões de consumo sustentáveis, minimização da geração de resíduos e destinação final ambientalmente adequada dos que forem gerados.

3.3.8. Optar, sempre que possível, pela remessa eletrônica de documentos, com a finalidade de evitar desperdício de papel.

3.3.9. Adotar, na execução dos serviços, boas práticas de sustentabilidade ambiental, de otimização de recursos, de redução de desperdícios e de redução da poluição.

3.4. Obrigações Pertinentes à LGPD

3.4.1. As partes deverão cumprir a Lei Nº 13.709, de 14 de agosto de 2017 – Lei Geral da Proteção de Dados, quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

3.4.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do Art. 6º da LGPD.

3.4.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de sub operação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

3.4.4. Terminado o tratamento dos dados nos termos do Art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do Art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

3.4.5. É dever do contratado, orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

3.4.6. O Contratado deverá exigir de sub-operadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

3.4.7. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

3.4.8. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

3.4.9. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, Art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

3.4.10. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato Interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

3.4.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

3.4.12. Os contratos e convênios de que trata o §1º do Art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

3.5. Medidas Mitigatórias para Serviços de Cintilografia

3.5.1. Segurança Radiológica e Controle Operacional

- Cumprimento rigoroso das normas da CNEN (especialmente NN 3.05 e NN 3.01).
- Manutenção preventiva e calibração periódica dos equipamentos emissores de radiação.
- Monitoramento individual dos profissionais expostos, com dosímetros pessoais e relatórios mensais.
- Controle e registro de entrada, uso e descarte de radionuclídeos.

3.5.2. Qualidade das Imagens e Laudos

- Protocolos padronizados de aquisição e processamento de imagens.
- Revisão periódica dos laudos por médico nuclear com título reconhecido.

73 SES/SCL

Praça dos Girassóis, Esplanada das Secretarias, S/N Palmas – Tocantins – CEP: 77.015-007 Tel.: +55 63 3027-4300

www.to.gov.br/saude/





PROCESSO: 2025/30550/008543 - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90055/2026

- Auditorias internas de qualidade para garantir nitidez, contraste e adequação técnica das imagens.
 - Duplicidade de leitura em casos suspeitos ou inconclusivos (segunda opinião).
- 3.5.3. Atendimento ao Paciente**
- Orientação prévia clara sobre preparo, contraindicações e cuidados pós-exame.
 - Avaliação prévia de alergias, comorbidades e uso de medicamentos incompatíveis.
 - Monitoramento pós-administração do radiofármaco para detecção precoce de reações adversas.
 - Protocolos diferenciados para gestantes e pacientes pediátricos.
- 3.5.4. Controle de Infecção**
- Higienização padronizada das salas, equipamentos, cadeiras e superfícies entre pacientes.
 - Uso de EPIs adequados por toda a equipe (luvas, avental, máscara).
 - Adoção de fluxos de entrada e saída para evitar cruzamento de pacientes.
- 3.5.5. Gestão de Resíduos Radioativos**
- Armazenamento temporário adequado, com blindagem e sinalização.
 - Registro de lote, atividade e tempo de decaimento.
 - Descarte exclusivamente após atingir nível de radiação permitido por norma.
 - Transporte realizado por empresa licenciada quando aplicável.
- 3.5.6. Continuidade do Serviço e Mitigação de Riscos Operacionais**
- Disponibilidade de equipamentos reserva ou plano de contingência em caso de falha técnica.
 - Estoque mínimo de radiofármacos para evitar interrupção de exames.
 - Equipe habilitada para atuar em plantões e em caso de imprevistos clínicos.
- 3.5.7. Conformidade Contratual e Regulatória**
- Relatórios mensais de produção com identificação dos pacientes (sigilo garantido).
 - Rastreamento de todos os procedimentos conforme Tabela SIGTAP.
 - Notificação imediata à contratante em caso de intercorrência, falha técnica ou desabastecimento.
- 3.5.8. Proteção Ambiental e de Terceiros**
- Sinalização adequada das áreas com risco radiológico.
 - Controle de acesso às salas de exame e armazenamento.
 - Treinamento periódico da equipe em emergências radiológicas
- 3.6. Da Subcontratação**
- 3.6.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.
- 3.6. Do Local de Execução dos Serviços**
- 3.6.1. Os serviços de Medicina Nuclear serão realizados na dependência da CONTRATADA, onde deverá contemplar todo o suporte necessário (equipamentos, materiais, insumos, recursos humanos, estrutura tecnológica, licenciamento, infraestrutura, suporte e etc.) para a execução completa do objeto, necessárias à realização dos serviços demandados pela Secretaria de Estado da Saúde do Tocantins;
- 3.7. Os serviços compreenderão, fundamentalmente, o que se segue:**
- 3.7.1 . Agendamento;
- 3.7.2 . Realizar o exame dentro de até 30 (trinta) dias a partir da autorização da guia do referido exame no SISREG pela Central de Regulação Estadual.
- 3.7.3 . Processamento analítico, em conformidade com as normativas/diretrizes e padrões de qualidade em vigência;
- 3.7.4 . Liberação dos resultados e laudos nos prazo de até 5 (cinco) dias úteis, em papel e/ou por meio eletrônico, com assinatura digital (tecnologia que utiliza a criptografia e vincula o certificado digital ao documento eletrônico que está sendo assinado), emitidas pela Contratada;
- 3.7.5 . Apresentação de produção por meio de emissão de relatórios e alimentação dos sistemas do Ministério da Saúde, conforme orientação da Diretoria de Controle e Avaliação/Gerência de Sistemas de Informação;
- 3.7.6 . Apresentação de relatórios técnicos, conforme necessidade de composição e acompanhamento de indicadores de incidência/prevalência de agravos ou doenças;
- 3.8. Da Garantia, Manutenção e Assistência Técnica.**

74 SES/SCL

Praça dos Girassóis, Esplanada das Secretarias, S/N Palmas – Tocantins – CEP: 77.015-007 Tel.: +55 63 3027-4300

www.to.gov.br/saude/



Documento foi assinado digitalmente por JORGE MÁRIO SOARES DE SOUSA em 12/05/2026 12:39:28.

A autenticidade deste documento pode ser verificada no site <https://sgd.to.gov.br/verificador>, informando o código verificador: C78BA284025E9FFF | SGD:2026/30559/145599



PROCESSO: 2025/30550/008543 - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90055/2026

3.8.1. O Contratado deverá ter meios para garantir o pleno funcionamento dos equipamentos necessários para a realização dos procedimentos sem nenhum ônus para a Contratante.

3.8.2. O Contratado deverá notificar à contratante, de modo imediato, quaisquer eventualidades de manutenção e substituição dos equipamentos de realização dos procedimentos contratados, devendo realizar a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito sem prejuízos na prestação de serviços. Os custos referentes aos reparos e à manutenção dos equipamentos serão de responsabilidade do Contratado.

3.9. Da Garantia Contratual

3.9.1. A garantia contratual seguirá nos termos dos Art. 96 ao 99 da Lei Nº 14.133, de 1º de abril de 2021, o adjudicatário prestará garantia de execução do contrato, nos moldes dos Arts. 96, 97 e 98 da mesma Lei, com validade durante a execução do contrato em valor correspondente a 3% (três por cento) do valor total do contrato.

3.9.2. No prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do CONTRATANTE, contados da assinatura do contrato, a CONTRATADA deverá apresentar comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

3.9.3. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

3.9.4. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a retenção dos pagamentos devidos à CONTRATADA, até o limite de 5% (cinco por cento) do valor anual do contrato, a título de garantia, neste caso a retenção efetuada não implicará em nenhum direito de compensação financeira para a CONTRATADA

3.9.5. A garantia assegurará qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

- Prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à CONTRATADA;
- Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela CONTRATADA, quando couber; e
- Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas.

CLÁUSULA QUARTA - MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

4.1. Do Prazo e Início a Execução do Objeto

4.1.1. O prazo de início dos serviços e fornecimento será de 10 (dez) dias após o envio da nota de empenho/ordem de serviço, que será encaminhada pela SES/Diretoria de Compras, através de e-mail – [empenhos.saudeto@gmail.com].

4.1.2. O prazo ora estipulado deve ser respeitado, salvo, se por motivo justo, a CONTRATADA solicitar prorrogação, e esse pedido ser aceito pela SES/TO;

4.1.3. A solicitação de prorrogação para iniciar os serviços/fornecimento, deverá acontecer antes do vencimento constante no item 5.1.2, devendo prevalecer o interesse público e conforme determina a Lei Nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

4.1.4. Caso a CONTRATADA não cumpra o prazo de início dos serviços ou não se manifestar após o envio da Nota de Empenho, decairá seu direito de fornecer os serviços adjudicados, sujeitando-se às penalidades previstas no Edital, sendo convocados os licitantes do cadastro de reserva ou remanescentes, conforme ordem de classificação.

4.2. Das Condições de Entrega

4.2.1. O prazo de entrega dos serviços objeto desta contratação dar-se-á por meio da efetiva realização do procedimento, que ocorrerá de acordo com agendamento realizado pela Central de Regulação do Acesso da Superintendência de Políticas em Atenção à Saúde – SPAS, segundo cronograma e planejamento realizado entre as partes, após a assinatura do contrato e publicação no DOE - TO.

4.2.2. Com vistas à redução do absenteísmo, a contratada deverá disponibilizar agenda para atendimento com antecedência de 30 (dias) impreterivelmente para melhor gerenciamento da Central de Regulação do Acesso junto aos Municípios quanto a comunicação com o usuário e organização do transporte sanitário. Os procedimentos deverão ocorrer dentro do horário comercial, de segunda à sexta-feira, uma vez que o transporte sanitário municipal é o responsável pelo deslocamento dos pacientes até o local da prestação de serviço. Ressaltamos que

75 SES/SCL

Praça dos Girassóis, Esplanada das Secretarias, S/N Palmas – Tocantins – CEP: 77.015-007 Tel.: +55 63 3027-4300

www.to.gov.br/saude/





PROCESSO: 2025/30550/008543 - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90055/2026

este é o único meio de transporte do paciente até o local de sua residência. Caso haja necessidade, poderão ocorrer, por parte da contratante, solicitações e agendas extraordinárias aos sábados, para suprir necessidades de fila expectante, respeitando saldos contratualizados, sendo os dias e horários acordados, previamente, entre o setor responsável de agendamento, prestador e municípios.

4.2.3. Os serviços/procedimentos serão prestados no endereço da contratada.

4.3. Preposto

4.3.1. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

4.3.2. A Contratada deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período de execução do contrato.

4.3.3. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

CLÁUSULA QUINTA - MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

5.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei Nº 14.133/2021, e cada parte responderão pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

5.2. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

5.3. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

5.4. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

5.5. Fiscalização

5.5.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal (is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei Nº 14.133, de 1º de abril de 2021, art. 117, caput).

5.6. Fiscal Técnico;

5.6.1. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (art. 22, inciso VI do Decreto Nº 11.246, de 27 de outubro de 2022);

5.6.2. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (art. 117, §1º da Lei Nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e art. 22, inciso II do Decreto Nº 11.246, de 27 de outubro de 2022);

5.6.3. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (art. 22, inciso III do Decreto Nº 11.246, de 27 de outubro de 2022);

5.6.4. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (art. 22, inciso IV, do Decreto Nº 11.246, de 27 de outubro de 2022 de 2022);

5.6.5. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (art. 22, inciso V do Decreto Nº 11.246, de 27 de outubro de 2022);

5.6.6. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (art. 22, inciso VII do Decreto Nº 11.246, de 27 de outubro de 2022).

5.7. Fiscalização Administrativa;

76 SES/SCL

Praça dos Girassóis, Esplanada das Secretarias, S/N Palmas – Tocantins – CEP: 77.015-007 Tel.: +55 63 3027-4300

www.to.gov.br/saude/





PROCESSO: 2025/30550/008543 - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90055/2026

5.7.1. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto Nº 11.246, de 2022).

5.7.2. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto Nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

5.7.3. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

5.7.3.1. Gestor do Contrato;

I. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto Nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

II. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto Nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

III. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto Nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

IV. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pela CONTRATADA, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

V. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei Nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto Nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

VI. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto Nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

VII. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

5.7.4. Além do disposto acima, a gestão e fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

I. A Superintendência de Políticas em Atenção à Saúde, na pessoa do Ordenador de despesas, designará formalmente o servidor e/ou comissão responsável pelo acompanhamento, fiscalização e monitoramento da execução do objeto da contratação.

II. O servidor responsável pela fiscalização dos serviços deverá conferir a prestação dos mesmos, dando prosseguimento no processo de pagamento. A documentação (NF, LAUDOS, CERTIDÕES NEGATIVAS DE DÉBITOS, LISTAGEM NOMINAL) deverá ser enviada por e-mail em arquivo PDF (informado no momento da designação do fiscal).

III. O servidor/comissão poderá solicitar a correção de eventuais falhas ou irregularidades que forem verificadas na execução dos serviços, tendo a contratada o prazo máximo de 05 (cinco) dias consecutivos para se manifestar e/ou apresentar as correções necessárias ao recebimento do objeto, podendo o prazo ser prorrogado a critério da administração;

77 SES/SCL





PROCESSO: 2025/30550/008543 - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90055/2026

- 5.7.5. Caso não tenham sido atendidas as condições contratuais e técnicas na execução do contrato, será lavrado Termo de Recusa, onde serão apontadas as falhas constatadas, ficando a Contratada obrigada a reparar, corrigir, substituir, remover, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto da contratação;
- 5.7.6. Somente após haver sanado as falhas e irregularidades apontadas, a contratada será considerada apta para o recebimento do pagamento correspondente ao serviço realizado;
- 5.7.7. A contratada deverá manter acesso permanentemente livre às dependências onde estiver instalada, bem como seus arquivos e controle referente à execução do contrato, para os servidores responsáveis pela fiscalização e qualquer outro representante o Estado;
- 5.7.8. Ocorrendo o descumprimento de quaisquer dos aspectos previstos nas condições de pagamento ou das obrigações e vedações previstas no contrato, a Contratada será notificada para adequação no prazo determinado pela Superintendência Regional de Saúde de Vitória;
- 5.7.9. Nos casos em que a Contratada deixar de realizar as adequações no prazo estipulado e que tais adequações interfiram na segurança do paciente ou de seu acolhimento e cuidado, bem como no descumprimento de normas relativas à violação de direitos humanos, os novos encaminhamentos poderão ser suspensos cautelarmente diante justificativa, até que se proceda a sua correção;
- 5.7.10. A notificação da Contratada e a suspensão do envio de novos pacientes não dispensam aberturas de processo administrativo e a aplicação das sanções contratuais previstas.

5.8. Da Regulação dos Serviços

- 5.8.1. A prestação dos serviços será regulada pela Secretaria Estadual de Saúde, através da Central de Regulação Estadual, utilizando o Sistema Estadual de Regulação vigente e deverá dispor de profissionais para operar o sistema de informação adotado pela Central Estadual de Regulação e seguir os fluxos e protocolos da regulação estadual.
- 5.8.2. A CONTRATADA deverá operacionalizar o Sistema Estadual de Regulação em tempo real, de forma a garantir que esteja sempre atualizado e outros processos regulatórios (conforme os fluxos e informações estabelecidas pela Central).

CLÁUSULA SEXTA - CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

- 6.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o relatório do fiscal e do Gestor do contrato;
- 6.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:
- I. Não produzir os resultados acordados;
 - II. Deixar de executar ou não executar com a qualidade e critérios estabelecidos neste Termo de Referência, as atividades Contratadas; ou
 - III. Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada;
- 6.3. Quando houver glosa parcial dos serviços, a Contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado;
- 6.4. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência;
- 6.5. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa Nº 3, de 26 de abril de 2018;
- 6.6. O setor competente para proceder ao pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- I - o prazo de validade;
 - II. - a data da emissão;
 - III - os dados do contrato e do órgão Contratante;
 - IV - o período de prestação/entrega dos serviços/objeto;
 - V - o valor a pagar; e
 - VI - eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

78 SES/SCL

Praça dos Girassóis, Esplanada das Secretarias, S/N Palmas – Tocantins – CEP: 77.015-007 Tel.: +55 63 3027-4300

www.to.gov.br/saude/





PROCESSO: 2025/30550/008543 - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90055/2026

- 6.7. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;
- 6.8. Antes de cada pagamento à Contratada, será realizada consulta ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- 6.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da Contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Contratante;
- 6.10. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa Nº 3, de 26 de abril de 2018;
- 6.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da Contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos;
- 6.12. Persistindo a irregularidade, a Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à Contratada a ampla defesa;
- 6.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a Contratada não regularize sua situação junto ao SICAF;
- 6.14. Será rescindido o contrato em execução com a Contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da Contratante.
- 6.15. Do Recebimento**
- 6.15.1. O objeto será recebido provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta;
- 6.15.2. O recebimento provisório ficará a cargo do fiscal técnico e o recebimento definitivo do gestor do contrato ou comissão designada pela autoridade competente, conforme estabelecido no art. 34 do Decreto Estadual Nº 6.606/23;
- 6.15.3. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 05 (cinco) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo, conforme Art. 140, I, a, da Lei Nº 14.133, de 1º de abril de 2021;
- 6.15.4. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda da Contratada com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem à parcela a ser paga;
- 6.15.5. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.
- 6.15.6. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.
- 6.15.7. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.
- 6.15.8. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à Contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

79 SES/SCL

Praça dos Girassóis, Esplanada das Secretarias, S/N Palmas – Tocantins – CEP: 77.015-007 Tel.: +55 63 3027-4300

www.to.gov.br/saude/



Documento foi assinado digitalmente por JORGE MÁRIO SOARES DE SOUSA em 12/05/2026 12:39:28.

A autenticidade deste documento pode ser verificada no site <https://sgd.to.gov.br/verificador>, informando o código verificador: C78BA284025E9FFF | SGD:2026/30559/145599



PROCESSO: 2025/30550/008543 - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90055/2026

- 6.15.9. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;
- 6.15.10. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos, equívocos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório;
- 6.15.11. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório, em conformidade com o Art. 119 c/c art. 140 da Lei Nº 14.133, de 1º de abril de 2021;
- 6.15.12. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis;
- 6.15.13. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 03 (Três) dias contar da notificação da Contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;
- 6.15.14. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo;
- 6.15.15. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo aos seguintes procedimentos:
- 6.15.16. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;
- 6.15.17. Emitir Relatório Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas, comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização; bem como, enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão;
- 6.15.18. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei Nº 14.133, de 1º de abril de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertence à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento;
- 6.15.19. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pela Contratada, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança;
- 6.15.20. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

6.16. Do Prazo para Pagamento

6.16.1 O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, devidamente atestado, tendo em vista ser discricionário ao gestor, conforme estabelecido no Decreto Estadual Nº 6.606, de 28 de março de 2023.

6.16.2 Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão Contratante atestar definitivamente a execução do objeto do contrato.

6.17. Forma de Pagamento

6.17.1 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicado pela Contratada;

6.17.2 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento;

80 SES/SCL

Praça dos Girassóis, Esplanada das Secretarias, S/N Palmas – Tocantins – CEP: 77.015-007 Tel.: +55 63 3027-4300

www.to.gov.br/saude/





PROCESSO: 2025/30550/008543 - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90055/2026

6.17.3 Quando do pagamento, caso necessário, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável;

6.17.4 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente;

6.17.5 A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar Nº 123, de 14 de dezembro de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

7.1. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados da publicação do extrato do contrato no Diário Oficial do Estado do Tocantins, podendo ser prorrogado igual período, nos termos dos arts. 106 e 107 da Lei Nº 14.133/2021, desde que demonstrada a necessidade da Administração, interesse público e disponibilidade orçamentária e financeira.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

8.1. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

8.1.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

8.1.3. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.

8.1.4. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

8.1.5. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo.

8.1.6. Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços que a CONTRATADA entregar fora das especificações do TR, Edital/Anexos, Contrato e Nota de Empenho.

8.1.7. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o Art. 143 da Lei Nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

8.1.8. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

8.1.9. Tomar as providências necessárias para aplicações das sanções administrativas quando for o caso.

8.1.10. Comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido.

8.1.11. Manter arquivados junto ao processo administrativo ao qual estará vinculado este termo, todos os documentos a ele referentes.

8.1.12. A CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução dos contratos decorrentes da licitação em tela, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8.2. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.

8.2.1. A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes neste Termo de Referência e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

8.2.2. Os instalações físicas deverão estar em conformidade com a RDC 50/2002;

81 SES/SCL

Praça dos Girassóis, Esplanada das Secretarias, S/N Palmas – Tocantins – CEP: 77.015-007 Tel.: +55 63 3027-4300

www.to.gov.br/saude/





PROCESSO: 2025/30550/008543 - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90055/2026

- 8.2.3. Atender em estabelecimento próprio, em horário comercial por, no mínimo, 08 (oito) horas diárias durante os dias úteis da semana;
- 8.2.4. Os Contratados deverão fornecer os resultados de exames em formulário próprio, entregue tanto nas Unidades de Saúde onde o usuário foi atendido, quanto diretamente ao usuário na sede do prestador e por meio eletrônico, de acordo com a conveniência da Gestão Municipal de Saúde e do paciente atendido, observando, em todos os casos, todas as garantias referentes à privacidade e segurança das informações em conformidade com a LGPD;
- 8.2.5. Integrar-se ao Sistema Nacional de Regulação – SISREG, destinando equipamento(s) necessário(s) para operacionalização do mesmo e indicando pelo menos 01(um) profissional do seu estabelecimento para ser treinado e apto a utilizar o Sistema oficial;
- 8.2.6. Atender somente os pacientes agendados pelo SISREG e/ou outro sistema indicado pela Central de Regulação Estadual de Saúde do Tocantins;
- 8.2.7. Os serviços Contratados deverão ser prestados pelos profissionais pertencentes ao quadro de funcionários do prestador;
- 8.2.8. Os Contratados deverão seguir rigorosamente os Protocolos de Acesso da Regulação do Estado do Tocantins implantados em âmbito municipal através da Central de Regulação Estadual;
- 8.2.9. Os Contratados manter-se-ão, durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações anteriores e com as condições de habilitação exigidas neste instrumento;
- 8.2.10. Os Contratados deverão apresentar mensalmente para a Secretaria Estadual de Saúde/Diretoria de Controle e Avaliação o relatório de prestação de contas e serviços prestados, conforme a produção dos serviços que será registrada pelo prestador e apresentada mensalmente através dos seguintes instrumentos de registro:
- a) Boletim de Produção Individualizado – BPI; e/ou
 - b) Autorização de Procedimento Ambulatorial – APAC; e
 - c) Autorização de Procedimento Hospitalar (AIH).
 - d) Formulário de Agendamento ou Relatório de Atendimento do SISREG ou outro sistema definido pela Gerencia de Sistemas e Avaliação e/ou Central de Regulação Estadual;
 - E) Planilha de Custo (modelo da Secretaria da Saúde)
- 8.2.11. É de exclusividade de responsabilidade da CONTRATADA a alimentação dos sistemas citados acima (subitens “a”, “b”, “c” e “d”)
- 8.2.12. Os arquivos provenientes do SIA e SIH deverão ser encaminhados por e-mail para o Setor de Processamento [sia@saude.to.gov.br] e [aih@saude.to.gov.br];
- 8.2.13. A CONTRATADA, caso necessite, deverá permitir a SES/TO ou Comissão designada para tal atividade o acompanhamento, monitoramento da assistência e a fiscalização dos serviços prestados. Para isto, a CONTRATADA deverá apresentar de imediato, materiais, documentos prontuários ou demais informações necessárias ao acompanhamento e a fiscalização dos serviços prestados ou Comissão designada para tal, caso necessário disponibilizar estrutura física local para auditorias e fiscalizações;
- 8.2.14. A CONTRATADA deverá manter o cadastro atualizado dos usuários, assim como prontuários que permitam o acompanhamento, o controle e a supervisão dos serviços, pelo prazo mínimo de 20 (vinte) anos e os demais documentos pelo prazo legal conforme Resolução CFM Nº1639;
- 8.2.15. Caberá aos Contratados repetir a realização de exames sem nova cobrança ou qualquer custo adicional sempre que houver diagnóstico duvidoso pelos médicos da rede de saúde da Secretaria Estadual da Saúde, formalizado pelos profissionais competentes;
- 8.2.16. Os serviços Contratados serão requeridos através de encaminhamento próprio do município em formulário específico do SUS, carimbados e assinados pelo médico e/ou profissionais legalmente habilitados para tal solicitação, carimbados e assinados pela Secretaria Municipal autorizadora;
- 8.2.17. Todos os Contratados ficarão sujeitos à auditoria da Secretaria Estadual da Saúde do Tocantins;
- 8.2.18. As Empresas que possuírem matriz e filial (is) somente poderão participar da presente licitação através de um único CNPJ, por meio do qual receberão os pagamentos caso seja CONTRATADA. O CNPJ deverá ser identificado em ofício de encaminhamento e nos respectivos documentos exigidos neste Edital;

82 SES/SCL

Praça dos Girassóis, Esplanada das Secretarias, S/N Palmas – Tocantins – CEP: 77.015-007 Tel.: +55 63 3027-4300

www.to.gov.br/saude/





PROCESSO: 2025/30550/008543 - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90055/2026

- 8.2.19. Os Contratados responderão exclusiva e integralmente pela utilização de pessoal para a execução do objeto deste Edital de licitação, ficando responsáveis pelo recolhimento dos encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes de vínculo empregatício, ou comercial, cujo ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para a Secretaria Estadual de Saúde;
- 8.2.20. Não poderá haver, por parte dos funcionários da Unidade prestadora, qualquer distinção entre o atendimento destinado aos usuários do SUS e os demais usuários atendidos pelo prestador;
- 8.2.21. Fica vedada (o) a realização de exames/procedimentos não constantes neste Termo sem autorização da Contratante;
- 8.2.22. Os Contratados receberão pelos serviços prestados exclusivamente os valores previstos na Tabela SIGTAP vigente e Resolução CIB – Comissão Intergestores Bipartite Nº 515, de 17 de julho de 2025. Na eventual cobrança de qualquer valor excedente dos usuários ou seus responsáveis acarretará na imediata rescisão do contrato e sujeição à declaração de inidoneidade e responsabilização cível e criminal;
- 8.2.23. Se constatado que o Contratado executou e/ou estiver executando serviços diferentes dos indicados no formulário de requisição de exames serão aplicadas medidas cabíveis, tais como notificação formal e rescisão contratual caso o problema persista;
- 8.2.24. A nota fiscal referente aos serviços prestados no mês anterior deverá ser emitida exatamente conforme a prestação de contas apresentada ao Núcleo de Fiscalização e será de responsabilidade do prestador o controle mensal do Teto Financeiro.
- 8.2.25. Manter preposto aceito pela Administração para representá-lo na execução do contrato.
- 8.2.26. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 8.2.27. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às atenderás recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- 8.2.28. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 8.2.29. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei Nº 8.078, de 11 de setembro de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos s
- 8.2.30. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei Nº 14.133, de 1º de abril de 2021;
- 8.2.31. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, A CONTRATADA deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia 30 (trinta) do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede da CONTRATADA; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 8.2.32. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE;
- 8.2.33. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;

83 SES/SCL

Praça dos Girassóis, Esplanada das Secretarias, S/N Palmas – Tocantins – CEP: 77.015-007 Tel.: +55 63 3027-4300

www.to.gov.br/saude/



Documento foi assinado digitalmente por JORGE MÁRIO SOARES DE SOUSA em 12/05/2026 12:39:28.

A autenticidade deste documento pode ser verificada no site <https://sgd.to.gov.br/verificador>, informando o código verificador: C78BA284025E9FFF | SGD:2026/30559/145599



PROCESSO: 2025/30550/008543 - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90055/2026

- 8.2.34. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento;
- 8.2.35. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 8.2.36. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;
- 8.2.37. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 8.2.38. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo, diretrizes nacionais, protocolos padronizados ou instrumento congêneres;
- 8.2.39. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 8.2.40. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 8.2.41. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em Lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 8.2.42. Comprovar a reserva de cargos a que se refere à cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único da Lei Nº 14.144, de 22 de abril de 2021);
- 8.2.43. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 8.2.44. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, inciso II, alínea d, da Lei Nº 14.133, de 1º de abril de 2021;
- 8.2.45. Além dos encargos de ordem legal e dos demais assumidos em outras cláusulas e condições estabelecidas no Contrato a ser firmado, e sem alteração dos preços estipulados, obrigar-se-á, ainda, a CONTRATADA responsabilizar-se-á integralmente pelo serviço a ser prestado nos termos da legislação vigente;
- 8.2.46. A CONTRATADA deverá cumprir os termos e condições do fornecimento, incluindo responsabilidades, prazos, penalidades por falhas no fornecimento e procedimentos de resolução de conflitos, sendo necessário apresentar na data de início da execução dos serviços o Plano de Contingência, contendo a definição de medidas a serem adotadas em situações de emergência ou interrupções no fornecimento, garantindo a continuidade do abastecimento mesmo em condições adversas.
- 8.2.47. Realizar a manutenção corretiva de qualquer equipamento de sua propriedade, inclusive com o fornecimento e troca imediata das peças necessárias para o seu perfeito funcionamento, sem restrição ou limitação de chamadas, horário ou total de horas e sem ônus adicionais à CONTRATANTE;
- 8.2.48. Realizar a manutenção técnica preventiva dos equipamentos de sua propriedade sem interferir nas atividades de funcionamento da Instituição, conforme as exigências da legislação específica vigente;
- 8.2.49. Executar as intervenções técnicas por meio de profissionais especializados, instruídos e controlados pela empresa CONTRATADA e as grandes intervenções na presença do respectivo responsável técnico;
- 8.2.50. Responsabilizar-se pelo cumprimento por parte de sua mão de obra das normas disciplinares e de segurança determinadas pela CONTRATANTE, provendo- os dos Equipamentos de Proteção Individual – EPI que garantam a proteção da pele, mucosas, via respiratória e digestiva do trabalhador;

84 SES/SCL

Praça dos Girassóis, Esplanada das Secretarias, S/N Palmas – Tocantins – CEP: 77.015-007 Tel.: +55 63 3027-4300

www.to.gov.br/saude/



Documento foi assinado digitalmente por JORGE MÁRIO SOARES DE SOUSA em 12/05/2026 12:39:28.

A autenticidade deste documento pode ser verificada no site <https://sgd.to.gov.br/verificador>, informando o código verificador: C78BA284025E9FFF | SGD:2026/30559/145599



PROCESSO: 2025/30550/008543 - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90055/2026

- 8.2.51. Instruir sua mão de obra quanto à prevenção de incêndios de acordo com as normas vigentes e instituídas pela CIPA;
- 8.2.52. Providenciar todas as ferramentas e aparelhagem necessárias à boa execução dos serviços, bem como manter limpos e desimpedidos os locais de trabalho e/ou equipamentos de sua propriedade, obedecendo aos critérios estabelecidos pela CONTRATANTE;
- 8.2.53. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, em quantidade suficiente, devidamente capacitada e qualificada para a prestação dos serviços seguindo as normas e legislação;
- 8.2.54. Comunicar imediatamente à CONTRATANTE qualquer alteração ocorrida no endereço, número de telefone, conta bancária, e em quaisquer outros julgados necessários para o correto contato ou recebimento de correspondências;
- 8.2.55. Abster-se de realizar cobrança por quaisquer serviços, aos usuários do SUS, ficando a CONTRATADA, sujeita à aplicação das penalidades administrativas, civis e penais;
- 8.2.56. Ofertar os procedimentos neste Termo de Referência, para todas as faixas etárias de usuários, conforme indicação médica;
- 8.2.57. A CONTRATADA deverá executar, nos termos da legislação pertinente, os trabalhos necessários à consecução do objeto de que trata este termo, observando sempre critérios de qualidade técnica, custos e prazos normativos;
- 8.2.58. Cumprir a todos os postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, bem como as normas estabelecidas pela Secretaria de Saúde do Estado do Tocantins, órgão CONTRATANTE e regulador dos serviços, atendendo às disposições legais, às normas técnicas, administrativas e aos princípios e diretrizes do SUS.
- 8.2.59. Não divulgar nem fornecer, sob as penas da Lei, dados e informações referentes ao objeto ora contratado, nem os que lhe forem transmitidos pela CONTRATANTE, a menos que expressamente autorizada pela CONTRATANTE;
- 8.2.60. Zelar pelo cumprimento rigoroso das normas, cláusulas e condições descritas em todo este Edital de licitação;
- 8.2.61. Assegurar a confiabilidade dos serviços prestados, por meio de controle de qualidade, apresentando os resultados em conformidade com as normas existentes;
- 8.2.62. Manter registro no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES atualizado;
- 8.2.63. A CONTRATADA deverá atualizar o cadastro dos serviços e profissionais através da ficha do CNES (Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde) e as fichas deverão ser encaminhadas para Superintendência de Políticas de Atenção à Saúde\ Diretoria de Controle e Avaliação\ Gerencia de Avaliação e Sistemas.
- 8.2.64. Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;
- 8.2.65. Designar por escrito, no ato do recebimento da Autorização de Serviços, preposto(s) que tenha(m) poderes para resolução de possíveis ocorrências durante a execução do contrato;
- 8.2.66. Responder por todas e quaisquer obrigações relativas a direitos de marcas, patentes e funcionários, ficando esclarecido que a SES/TO não aceitará qualquer imputação nesse sentido;
- 8.2.67. A CONTRATADA deverá garantir o acesso do paciente, sempre de forma regulada pela Central de Regulação do Estado, assegurando o cumprimento das diretrizes do SUS referentes ao acesso e a equidade aos serviços de saúde;
- 8.2.68. A CONTRATADA deverá utilizar e disponibilizar, quando aplicável, materiais, insumos e reagentes de comprovada qualidade, referenciados pelo Ministério da Saúde, ANVISA, padronização nacional ou com certificados de qualidade internacionais. Seus fornecedores deverão atender rigorosamente à todas as normativas sanitárias e dos órgãos reguladores como Ministério da Saúde, ANVISA, e demais órgãos/instituições regulamentadoras do campo das análises clínicas/diagnóstico laboratorial;
- 8.2.69. Atender aos pacientes com dignidade e respeito de modo universal e igualitário, cumprindo as diretrizes da Política Nacional de Humanização – PNH;

85 SES/SCL

Praça dos Girassóis, Esplanada das Secretarias, S/N Palmas – Tocantins – CEP: 77.015-007 Tel.: +55 63 3027-4300

www.to.gov.br/saude/



Documento foi assinado digitalmente por JORGE MÁRIO SOARES DE SOUSA em 12/05/2026 12:39:28.

A autenticidade deste documento pode ser verificada no site <https://sgd.to.gov.br/verificador>, informando o código verificador: C78BA284025E9FFF | SGD:2026/30559/145599



PROCESSO: 2025/30550/008543 - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90055/2026

- 8.2.70. Em nenhuma hipótese e sob nenhum pretexto ou alegação, o beneficiário da CONTRATANTE poderá ser discriminado ou atendido de forma distinta daquela dispensada aos usuários vinculados a outra operadora ou Plano de Saúde;
- 8.2.71. A CONTRATADA deverá arcar com todos os custos diretos e indiretos da realização dos serviços contratualizados sem cobrança de qualquer valor adicional à boa assistência ao usuário do SUS, ficando a Instituição, por seu diretor, responsável administrativa, civil e penalmente pelos atos de seus profissionais ou prepostos;
- 8.2.72. Atender a toda intercorrência, que eventualmente vier a ocorrer durante a realização dos serviços e com encaminhamentos adequados, sem ônus à CONTRATANTE ou ao usuário do SUS. Agindo sempre conforme os fluxos de atendimento do SUS;
- 8.2.73. Não utilizar, nem permitir que utilizem o paciente, amostras biológicas e seus respectivos dados para fins de experimentação, pesquisa ou ensaios clínicos limitando às práticas terapêuticas a procedimentos consagrados, padronizados e reconhecidos pelos Conselhos de Classes, Direitos Humanos, Comitês de Ética, Ministério da Saúde e Secretaria de Estado da Saúde; Manter cadastro dos usuários, assim como prontuários atualizados que permitam o acompanhamento, o controle e a supervisão dos serviços;
- 8.2.74. Garantir a confidencialidade dos dados e informações dos pacientes, sendo permitida a divulgação parcial e/ou integral aos familiares mediante autorização expressa e por escrito do usuário ou autoridade judicial;
- 8.2.75. Assegurar ao paciente o acesso a seu prontuário;
- 8.2.76. Esclarecer de imediato aos pacientes e/ou responsável seus direitos e demais assuntos referentes aos serviços oferecidos, justificando aos mesmos, por escrito sob forma de relatório, as razões técnicas quando da não realização de qualquer ato profissional necessário à execução dos procedimentos previstos neste instrumento;
- 8.2.77. Garantir o cumprimento das metas de segurança do paciente;
- 8.2.78. Justificar, por escrito, à SES/TO, as razões técnicas alegadas quando da decisão da não realização de qualquer ato profissional necessário à execução dos procedimentos previstos na contratação;
- 8.2.79. Arcar com a responsabilidade civil e indenizatória, decorrentes da execução deste contrato, por todos e quaisquer danos morais, materiais e pessoais causados por seus funcionários aos pacientes, ou aos seus acompanhantes, assim como a terceiros vinculados aos pacientes, e aos órgãos do SUS, por ação ou omissão voluntária ou de negligência, imprudência ou imperícia praticados por seus funcionários, profissionais ou prepostos, de forma dolosa ou culposamente;
- 8.2.80. Responsabilizarem-se, integralmente, por todos os tributos, taxas e contribuições, que direta ou indiretamente, incidam ou vierem a incidir sobre a presente contratação e que sejam, por força legal, de sua competência;
- 8.2.81. Arcar com a responsabilidade, obrigando-se, outrossim, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros e/ou funcionários, que lhe venham a ser exigidas por força da lei;
- 8.2.82. Responsabilizar por toda e qualquer despesa que a CONTRATANTE venha a sofrer em processo judicial ou administrativo, promovido por terceiros que reclamam da má qualidade dos serviços ora Contratados, pelo que fica à ciência do processo;
- 8.2.83. Comunicar à CONTRATANTE, verbalmente, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas e, por escrito, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, quaisquer alterações ou acontecimento que a impeçam, mesmo que temporariamente, de cumprir seus deveres e responsabilidade relativos à execução do contrato, total ou parcialmente, por motivo de caso fortuito ou força maior.
- 8.2.84. Comunicar imediatamente, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, após ter tido ciência, através de documento formal ao SES/TO, sobre intercorrências e/ou inconformidades, em qualquer fase dos/serviços prestados, de modo particular daquelas que envolvam direta ou indiretamente a qualidade e segurança do atendimento ao paciente;
- 8.2.85. Prestar esclarecimentos por meio de documento formal sempre que solicitado pela SES/TO no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, e atender prontamente às reclamações de seus serviços, sanando-as prontamente.

86 SES/SCL

Praça dos Girassóis, Esplanada das Secretarias, S/N Palmas – Tocantins – CEP: 77.015-007 Tel.: +55 63 3027-4300

www.to.gov.br/saude/



Documento foi assinado digitalmente por JORGE MÁRIO SOARES DE SOUSA em 12/05/2026 12:39:28.

A autenticidade deste documento pode ser verificada no site <https://sgd.to.gov.br/verificador>, informando o código verificador: C78BA284025E9FFF | SGD:2026/30559/145599



PROCESSO: 2025/30550/008543 - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90055/2026

- 8.2.86. Apresentar relatórios, prontuários ou demais informações necessárias ao acompanhamento da execução do serviço da CONTRATADA por meio de documento formal sempre que solicitado pela SES/TO no prazo de 24 (vinte e quatro) horas;
- 8.2.87. É de responsabilidade exclusiva e integral da CONTRATADA, fornecer todos os materiais e insumos usuais na prestação dos serviços, incluído nesse caso, todo e qualquer medicamento imprescindível para a realização dos procedimentos; materiais de expediente necessários à prestação dos serviços; instrumentais; insumos e utensílios para higienização (saneantes domissanitários) do ambiente; Equipamentos de Proteção Individual (EPI's) e Equipamentos de Proteção Coletiva (EPC's); Equipamentos e ferramentas de tecnologia, informação e comunicação, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, em perfeitas condições de uso, compatíveis à boa execução dos serviços e com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, manuais, normas e legislação. Utilizá-los conforme técnicas de recomendação do fabricante, com base científica comprovada para realização das remoções.
- 8.2.88. A CONTRATADA se responsabiliza a atender e fazer com que seus funcionários atendam às normas disciplinares e os regulamentos que orientam os procedimentos e condutas no local de prestação de serviço, cumprindo fielmente todas as condições estipuladas neste Estudo Técnico Preliminar, de forma que os serviços Contratados sejam permanentemente executados e mantidos com esmero e perfeição;
- 8.2.89. Implantar e manter as normas de atendimento a Acidentes Biológicos. Fornecer Equipamento de Proteção Individual (EPI), e Programa de Proteção de Riscos Ambientais (PPRA) aos seus profissionais, conforme Portarias e Resoluções da ANVISA e da Secretaria de Trabalho do Ministério da Economia.
- 8.2.90. Apresentar os seus profissionais devidamente uniformizados, providos dos equipamentos de Proteção Individual - EPI's, obedecendo aos parâmetros da Norma Regulamentadora, encaminhando pessoas portadoras de atestados de boa conduta e demais referências, tendo funções profissionais legalmente registradas em suas carteiras de trabalho e nos conselhos correspondentes.
- 8.2.91. Manter atualizado e disponível a todos os funcionários, as instruções por escrito de biossegurança (uso de equipamentos de proteção individual (EPI) e proteção coletiva - EPC), norma de conduta de segurança biológica, química, física, ocupacional e ambiental, bem como procedimentos em casos de acidentes, manuseio e transporte de material e amostra biológica.
- 8.2.92. Treinar e capacitar continuamente a equipe na utilização dos equipamentos, Procedimentos Operacionais Padrão, Manuais, Instruções de Trabalho, Diretrizes e protocolos padronizados visando melhorar os processos e procedimentos pré-analíticos, analíticos e pós-analíticos de forma a dirimir danos ou prejuízos ao usuário;
- 8.2.93. Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados acidentados ou com mal súbito;
- 8.2.94. Responsabilizar-se por quaisquer danos pessoais e/ou materiais ocasionados a seus funcionários durante a execução dos serviços, com observância às recomendações aceitas pelas Boas Práticas, normas e legislações pertinentes ao objeto do serviço em comento;
- 8.2.95. Atender de imediato às solicitações quanto a substituições da mão-de-obra entendida como inadequada para a prestação dos serviços, caso seja identificada pela CONTRATANTE;
- 8.2.96. Emitir ao final de cada mês Relatório Consolidado de Medição (Faturamento), o qual se constitui em subsídio para a Avaliação dos serviços realizados que será realizado pelo Fiscal de contrato mensalmente;
- 8.2.97. Realizar o faturamento, seguindo fluxo estabelecido pela Secretaria de Estado da Saúde/ Diretoria de Controle e Avaliação/Diretoria de Regulação.
- 8.2.98. O faturamento será realizado pela CONTRATADA, no BPA Individualizado, devendo ser seguido fluxo estabelecido pela SES – TO, e em seguida os arquivos deverão ser encaminhados para a Gerência de Avaliação e Sistemas através do e- mail: aih@saude.to.gov.br;
- 8.2.99. A CONTRATADA deverá estar à disposição da Secretaria de Estado da Saúde as solicitações de serviços para conferência, sempre que solicitado;
- 8.2.100. Fornecer sempre que solicitado pela CONTRATANTE, os comprovantes de quitação das obrigações trabalhistas e do recolhimento dos encargos sociais de funcionários utilizados na execução da presente licitação.
- 8.2.101. Concordar que a CONTRATANTE realize fiscalização através de auditorias/supervisões/avaliações nos serviços contratualizados, bem como prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelos servidores da

87 SES/SCL





PROCESSO: 2025/30550/008543 - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90055/2026

SES/TO designados para tal fim sendo realizada pela CONTRATANTE através da Superintendência de Políticas de Atenção à Saúde.

CLÁUSULA NONA - ALTERAÇÃO SUBJETIVA

9.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na contratação original, sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato, não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

10.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do Art. 124 da Lei Nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

10.2. Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do Art. 124 da Lei Nº 14.133, de 1º de abril de 2021, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, não poderão transfigurar o objeto da contratação, conforme Art. 125 e 126.

10.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês, Art. 132 da Lei Nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

10.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do Art. 136 da Lei Nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

11.1. Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as situações previstas nos incisos I a IX do Art. 137 da Lei Nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

11.2. A extinção do contrato poderá ser:

I. Determinada por ato unilateral e, escrita da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

II. Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

III. Determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

11.3. A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

11.4. A extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar as consequências indicadas no Art. 139 da Lei Nº 14.133, de 1º de abril de 2021, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e no Termo de Referência, anexo ao Edital.

11.5. O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

11.6. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.7. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.8. Indenizações e multas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO REAJUSTE E REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

12.1. Os valores deverão ser reajustados quando houver alteração no valor da Tabela SUS (Tabela SIGTAP) vigente, nos valores dos Incentivos Pré-fixado Federal e Estadual, nas pactuações de valores complementares à Tabela SUS por meio da Comissão Intergestores Bipartite - CIB.

88 SES/SCL

Praça dos Girassóis, Esplanada das Secretarias, S/N Palmas – Tocantins – CEP: 77.015-007 Tel.: +55 63 3027-4300

www.to.gov.br/saude/





PROCESSO: 2025/30550/008543 - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90055/2026

12.1.1. O reajuste será realizado por apostilamento.

12.2. Poderá ser estabelecido o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato.

12.2.1. O reequilíbrio econômico-financeiro será realizado mediante Termo de Aditivo ao Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no Art. 155 da Lei Nº 14.133, de 1º de abril de 2021, quais sejam:

13.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

13.3. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

13.4. Dar causa à inexecução total do contrato;

13.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

13.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

13.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

13.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;

13.9. Fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

13.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

13.11. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances;

13.12. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame;

13.13. Praticar ato lesivo previsto no Art. 5º da Lei Nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.14. Conforme o estabelecido no Art. 317 e Art. 317 do Decreto Estadual Nº 6.606, de 28 de março de 2023, o fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, apuradas em regular processo administrativo, garantidos o contraditório e ampla defesa, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) **Advertência** será utilizada nas hipóteses estabelecidas nos incisos I e II do Art. 319 do Decreto Estadual Nº 6.606, de 28 de março de 2023, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) **Impedimento de licitar e contratar** no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos previstos nos incisos I ao VI do Art. 320 do Decreto Estadual Nº 6.606, de 28 de março de 2023, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

c) **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos previstos nos incisos I ao V do Art. 321 do Decreto Estadual Nº 6.606, de 28 de março de 2023, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

d) **Multa:**

1 - Moratória de **0,5% (meio por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias, data a partir da qual o atraso será configurado como inexecução total do objeto;

2 - O atraso superior a **25 (vinte e cinco)** dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do Art. 137 da Lei Nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

3 - A multa compensatória será aplicada nas hipóteses de inexecução parcial ou total do contrato, atraso injustificado na execução, apresentação de documentação falsa ou fraude na execução contratual, graduada entre

89 SES/SCL

Praça dos Girassóis, Esplanada das Secretarias, S/N Palmas – Tocantins – CEP: 77.015-007 Tel.: +55 63 3027-4300

www.to.gov.br/saude/





PROCESSO: 2025/30550/008543 - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90055/2026

10% (dez por cento) e 30% (trinta por cento) do valor do contrato, conforme a gravidade da infração, danos causados à Administração e circunstâncias do caso concreto, nos termos do art. 156, §1º, da Lei Nº 14.133/2021 e arts. 317 e seguintes do Decreto Estadual Nº 6.606/2023, sem prejuízo da reparação integral dos danos e demais sanções cabíveis.

4 - A multa compensatória de 20% a 30% do valor do contrato aplica-se especificamente à inexecução total do contrato ou inexecução parcial que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, conforme tipificação do art. 155, inciso II e III, da Lei Nº 14.133/2021, graduada conforme gravidade, danos e circunstâncias (art. 156, §1º), e regulamentação do Decreto Estadual Nº 6.606/2023.

5 - A multa compensatória de **20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento)** do valor do contrato será aplicada nos casos de inexecução total do contrato ou inexecução parcial que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, conforme art. 155, incisos II e III, da Lei Nº 14.133/2021. Essa penalidade visa reparar prejuízos significativos à continuidade dos serviços essenciais de saúde, graduada conforme a gravidade da conduta, extensão dos danos causados e circunstâncias agravantes do caso concreto (art. 156, §1º), sem prejuízo da rescisão contratual e responsabilização civil/criminal.

6 - A multa compensatória de **5% (cinco por cento) a 15% (quinze por cento)** do valor do contrato será aplicada para infrações de média gravidade, tais como retardamento injustificado na execução, descumprimento parcial de obrigações contratuais sem grave dano, ou apresentação de declaração inexata que não configure fraude dolosa. A gradação observará os critérios do art. 156, §1º, da Lei Nº 14.133/2021, considerando a natureza da infração, danos à Administração e eventuais programas de integridade, assegurando proporcionalidade na penalização.

7 - Recusa injustificada em retirar a Nota de Empenho dentro do prazo estabelecido ou der causa ao seu cancelamento: 10% (dez por cento) do valor global da proposta.

8 - A multa compensatória de 3% (três por cento) a 10% (dez por cento) do valor do contrato incidirá sobre infrações de menor potencial lesivo, como pequenos atrasos toleráveis, falhas administrativas pontuais ou descumprimentos formais que não comprometam substancialmente a execução do objeto. Aplicada conforme arts. 317 e seguintes do Decreto Estadual Nº 6.606/2023, a penalidade será graduada pelos critérios legais (gravidade, danos, circunstâncias), podendo ser substituída por advertência quando cabível, sempre garantido o contraditório e ampla defesa.

13.15. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE.

13.16. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

13.17. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

13.18. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

13.19. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

13.20. O CONTRATANTE deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar as penalidades por eles aplicadas à Ouvidoria Geral do Estado, para que promova a devida publicidade junto ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), conforme estabelecido no § 2º Art. 326 do Decreto Estadual Nº 6.606, de 28 de março de 2023.

13.21. O débito resultante de multa poderá ser parcelado, total ou parcialmente, mediante requerimento formal do interessado à Administração Pública, desde que o interessado não esteja inscrito em dívida ativa, conforme regulamentação da Secretaria da Fazenda do Estado do Tocantins, conforme previsto no Art. 324 do Decreto Estadual Nº 6.606, de 28 de março de 2023.

90 SES/SCL





PROCESSO: 2025/30550/008543 - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90055/2026

13.22. Em conformidade com Art. 156, §1º, da Lei Nº 14.133, de 1º de abril de 2021, na aplicação das sanções serão considerados:

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) As peculiaridades do caso concreto;
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.23. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei Nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

13.24. As infrações administrativas previstas no Art. 5º da Lei Federal Nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 serão apuradas e julgadas observando o mesmo rito procedimental a ser definido em regulamento nos termos do §1º do Art. 326 do Decreto Estadual Nº 6.606, de 28 de março de 2023.

13.25. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei Nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

13.26. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Estadual do Tocantins resultante de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

13.27. A aplicação das sanções aqui previstas não exclui a possibilidade de aplicação de outras, previstas no Decreto Estadual Nº 6.606, de 28 de março de 2023 e suas atualizações, na Lei Nº 14.133, de 1º de abril de 2021, bem como outras legislações se aplicáveis forem, inclusive responsabilização da CONTRATANTE por eventuais perdas e danos causados à Administração.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Ação/PPA/Orçamento: 4537 - Assistência Especializada Complementar ao SUS na Rede Privada.

4539 - Assistência Hospitalar Ambulatorial na Rede Própria.

Classificação Orçamentária: 30550.10.302.1165.4537 / 30550.10.302.1165.4539

Programa PPA: 1165 – TO Cuidando da Saúde

Natureza de despesa: 33 90 39 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Fonte de Recurso: 60000002501002754 / 5001002102818888

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ANTIFRAUDE E ANTICORRUPÇÃO

15.1 A CONTRATADA/contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual. Para os propósitos deste item, definem-se as seguintes práticas:

I. Prática Corrupta:

Oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução do contrato.

II. Prática Fraudulenta:

A falsificação ou emissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou na execução do contrato.

III. Prática Colusiva:

Esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais CONTRATADAS, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não competitivos.

IV. Prática Coercitiva:

91 SES/SCL

Praça dos Girassóis, Esplanada das Secretarias, S/N Palmas – Tocantins – CEP: 77.015-007 Tel.: +55 63 3027-4300

www.to.gov.br/saude/





PROCESSO: 2025/30550/008543 - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90055/2026

Causar dano ou ameaçar direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

V. Prática Obstrutiva:

15.2. Destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo fiscalizador.

15.3. A SES/TO imporá sanção sobre uma empresa e/ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga/celebração de contratos se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de uma agente, em práticas corruptas, fraudulentas, oclusivas, coercitivas, ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

16.1. As partes se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD (Lei n. 13.709, de 14 de agosto de 2018).

PARÁGRAFO ÚNICO: O tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses

16.2. A CONTRATADA obriga-se ao dever de proteção, confidencialidade, sigilo de toda informação, dados pessoais e base de dados a que tiver acesso, nos termos da LGPD, suas alterações e regulamentações posteriores, durante o cumprimento do objeto descrito no instrumento contratual.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A CONTRATADA não poderá se utilizar de informação, dados pessoais ou base de dados a que tenham acesso, para fins distintos da execução dos serviços especificados no instrumento contratual.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Em caso de necessidade de coleta de dados pessoais dos titulares mediante consentimento, indispensáveis à própria prestação do serviço, esta será realizada após prévia aprovação da CONTRATANTE, responsabilizando-se a CONTRATADA pela obtenção e gestão.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Os dados obtidos em razão deste contrato serão armazenados em um banco de dados seguro, com garantia de registro das transações realizadas na aplicação de acesso (log), adequado controle baseado em função (role based access control) e com transparente identificação do perfil dos credenciados, tudo estabelecido como forma de garantir inclusive a rastreabilidade de cada transação e a franca apuração, a qualquer momento, de desvios e falhas, vedado o compartilhamento desses dados com terceiros;

16.3. A CONTRATADA obriga-se a implementar medidas técnicas e administrativas aptas a promover a segurança, a proteção, a confidencialidade e o sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados que tenha acesso, a fim de evitar acessos não autorizados, acidentes, vazamentos acidentais ou ilícitos que causem destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer outra forma de tratamento inadequado ou ilícito; tudo isso de forma a reduzir o risco ao qual o objeto do contrato ou a CONTRATANTE está exposta.

PARÁGRAFO ÚNICO: A critério da CONTRATANTE, a CONTRATADA poderá ser provocada a colaborar na elaboração do relatório de impacto, conforme a sensibilidade e o risco inerente dos serviços objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.

16.4. A CONTRATADA deverá manter os registros de tratamento de dados pessoais que realizar, assim como aqueles compartilhados, com condições de rastreabilidade e de prova eletrônica a qualquer tempo.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A CONTRATADA deverá permitir a realização de auditorias da CONTRATANTE e disponibilizar toda a informação necessária para demonstrar o cumprimento das obrigações relacionadas à sistemática de proteção de dados.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A CONTRATADA deverá apresentar a CONTRATANTE, sempre que solicitado, toda e qualquer informação e documentação que comprovem a implementação dos requisitos de segurança especificados na contratação, de forma a assegurar a auditabilidade do objeto contratado, bem como os demais dispositivos legais aplicáveis.

16.5. A CONTRATADA se responsabilizará por assegurar que todos os seus colaboradores, consultores, e/ou prestadores de serviços que, no exercício das suas atividades, tenham acesso e/ou conhecimento da informação e/ou dos dados pessoais, respeitem o dever de proteção, confidencialidade e sigilo, devendo estes assumir

92 SES/SCL





PROCESSO: 2025/30550/008543 - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90055/2026

compromisso formal de preservar a confidencialidade e segurança de tais dados, documento que estar disponível em caráter permanente para exibição a CONTRATANTE, mediante solicitação.

PARÁGRAFO ÚNICO: A CONTRATADA deverá promover a revogação de todos os privilégios de acesso aos sistemas, informações e recursos da CONTRATANTE, em caso de desligamento de funcionário das atividades inerentes à execução do presente Contrato.

16.6. A CONTRATADA não poderá disponibilizar ou transmitir a terceiros, sem prévia autorização por escrito, informação, dados pessoais ou base de dados a que tenha acesso em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

PARÁGRAFO ÚNICO: Caso autorizada transmissão de dados pela CONTRATADA a terceiros, as informações fornecidas/compartilhadas devem se limitar ao estritamente necessário para o fiel desempenho da execução do instrumento contratual.

16.7. A CONTRATADA deverá adotar planos de resposta a incidentes de segurança eventualmente ocorridos durante o tratamento dos dados coletados para a execução das finalidades deste contrato, bem como dispor de mecanismos que possibilitem a sua remediação, de modo a evitar ou minimizar eventuais danos aos titulares dos dados.

16.8. A CONTRATADA deverá comunicar formalmente e de imediato a CONTRATANTE a ocorrência de qualquer risco, ameaça ou incidente de segurança que possa acarretar comprometimento ou dano potencial ou efetivo a Titular de dados pessoais, evitando atrasos por conta de verificações ou inspeções.

PARÁGRAFO ÚNICO: A comunicação acima mencionada não eximirá a CONTRATADA das obrigações, e/ou sanções que possam incidir em razão da perda de informação, dados pessoais e/ou base de dados.

16.9. Encerrada a vigência do contrato ou após a satisfação da finalidade pretendida, a CONTRATADA interromperá o tratamento dos dados pessoais disponibilizados pela CONTRATANTE e, em no máximo trinta dias, sob instruções e na medida do determinado por este, eliminará completamente os Dados Pessoais e todas as cópias porventura existentes (seja em formato digital ou físico), salvo quando a CONTRATADA tenha que manter os dados para cumprimento de obrigação legal.

16.10. A CONTRATADA ficará obrigada a assumir total responsabilidade e ressarcimento por todo e qualquer dano e/ou prejuízo sofrido incluindo sanções aplicadas pela autoridade nacional decorrentes de tratamento inadequado dos dados pessoais compartilhados pela CONTRATANTE para as finalidades pretendidas neste contrato.

16.11. A CONTRATADA ficará obrigada a assumir total responsabilidade pelos danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos que venham a ser causados em razão do descumprimento de suas obrigações legais no processo de tratamento dos dados compartilhados pela CONTRATANTE. PARÁGRAFO ÚNICO: Eventuais responsabilidades serão apuradas de acordo com o que dispõe a Seção III, Capítulo VI da LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO

17.1 Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no Diário Oficial do Estado.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO CONTROLE

18.1 O presente contrato será submetido à fiscalização da entidade de controle externo competente, de conformidade com a fonte de recursos que subvencionam a presente aquisição.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA ALTERAÇÃO

19.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei Nº 14.133, de 2021.

19.2 O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DOS CASOS OMISSOS

20.1 O presente Instrumento, inclusive os casos omissos regulam-se pela Lei Federal Nº 14.133/2021, Decreto Estadual nº. 6.606/2023 e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO FISCAL DO CONTRATO

93 SES/SCL

Praça dos Girassóis, Esplanada das Secretarias, S/N Palmas – Tocantins – CEP: 77.015-007 Tel.: +55 63 3027-4300

www.to.gov.br/saude/





PROCESSO: 2025/30550/008543 - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90055/2026

21.1 O fiscal do contrato bem como o seu respectivo suplente, referente ao presente contrato, serão indicados pelo gestor da pasta por meio de portaria assinada e publicada no Diário Oficial do Estado.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO

22.1 Este Contrato está vinculado às condições do Edital do Pregão Eletrônico Nº XXX/2026 e seus anexos e à proposta da CONTRATADA, que são partes integrantes deste Contrato, como se transcritos estivessem.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DA RESOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS E DO FORO

23.1. Enquadram-se como meios alternativos de prevenção e resolução de controvérsias, entre outros aptos à consensualidade, negociação direta, a mediação, a conciliação, o dispute board e a arbitragem, incumbindo à Procuradoria-Geral do Estado o necessário assessoramento jurídico para viabilização e implementação de técnicas de resolução administrativa de controvérsias, evitando a judicialização com base em avaliação do risco jurídico imposto ao Estado em cada caso concreto.

23.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Palmas - TO para dirimir os litígios decorrentes deste **CONTRATO** que não puderem ser compostos pela conciliação, obedecidos os termos do art. 92, §1º, da Lei 14.133, de 2021.

E, para firmeza e como prova de assim haver entre si ajustado e contratado, foi lavrado o presente instrumento contratual, o qual depois de lido e achado conforme, foi assinado pelas partes contratantes.

Palmas, capital do estado, aos de de 2026.

.....
PELO CONTRATANTE

.....
PELA CONTRATADA
TESTEMUNHAS:

94 SES/SCL

Praça dos Girassóis, Esplanada das Secretarias, S/N Palmas – Tocantins – CEP: 77.015-007 Tel.: +55 63 3027-4300

www.to.gov.br/saude/





PROCESSO: 2025/30550/008543 - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90055/2026

ANEXO I - Distribuição dos Lotes

LOTE - 1 REGIÃO DE SAÚDE MACRO SUL				
UNIDADE HOSPITALAR	TETO FÍSICO		TETO FINANCEIRO	
	MENSAL	ANUAL	MENSAL	ANUAL
Hospital Geral de Palmas, além de outras unidades hospitalares da Macrorregião Centro- Sul que necessitam dos serviços de Medicina Nuclear in vivo – Cintilografia.	92	1.109	R\$ 70.405,96	R\$ 848.697,97
TOTAL	92	1.109	R\$ 70.405,96	R\$ 848.697,97
MUNICÍPIOS		TETO FÍSICO - PPI	TETO FINANCEIRO	
		ANUAL	ANUAL	
ABREULÂNDIA		1	R\$ 318.357,40	
ALIANCA DO TOCANTINS		3		
ALMAS		4		
ALVORADA		4		
APARECIDA DO RIO NEGRO		2		
ARAGUACEMA		3		
ARAGUACU		5		
ARRAIAS		6		
AURORA DO TOCANTINS		2		
BARROLÂNDIA		3		
BREJINHO DE NAZARE		3		
CARIRI DO TOCANTINS		2		
CASEARA		2		
CHAPADA DA NATIVIDADE		2		
COMBINADO		3		
CONCEICAO DO TOCANTINS		2		
CRISTALÂNDIA		4		
CRIXAS DO TOCANTINS		1		
DIANÓPOLIS		10		
DIVINÓPOLIS DO TOCANTINS		3		
DOIS IRMÃOS DO TOCANTINS		4		
DUERE		2		
FATIMA		2		
FIGUEIROPOLIS		3		
FORMOSO DO ARAGUAIA		10		
GURUPI		41		
IPUEIRAS		1		
JAU DO TOCANTINS		2		

95 SES/SCL

Praça dos Girassóis, Esplanada das Secretarias, S/N Palmas – Tocantins – CEP: 77.015-007 Tel.: +55 63 3027-4300

www.to.gov.br/saude/

Documento foi assinado digitalmente por JORGE MÁRIO SOARES DE SOUSA em 12/05/2026 12:39:28.

A autenticidade deste documento pode ser verificada no site <https://sgd.to.gov.br/verificador>, informando o código verificador: C78BA284025E9FFF | SGD:2026/30559/145599



PROCESSO: 2025/30550/008543 - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90055/2026

LAGOA DA CONFUSAO	5	
LAGOA DO TOCANTINS	2	
LAJEADO	1	
LAVANDEIRA	1	
LIZARDA	2	
MARIANOPOLIS DO TOCANTINS	2	
MATEIROS	1	
MIRACEMA DO TOCANTINS	11	
MIRANORTE	7	
MONTE DO CARMO	4	
MONTE SANTO DO TOCANTINS	1	
NATIVIDADE	5	
NOVA ROSALANDIA	2	
NOVO ACORDO	2	
NOVO ALEGRE	1	
NOVO JARDIM	1	
OLIVEIRA DE FATIMA	1	
PALMAS	122	
PALMEIROPOLIS	4	
PARAISO DO TOCANTINS	24	
PARANA	6	
PEIXE	6	
PINDORAMA DO TOCANTINS	2	
PIUM	4	
PONTE ALTA DO BOM JESUS	2	
PONTE ALTA DO TOCANTINS	4	
PORTO ALEGRE DO TOCANTINS	2	
PORTO NACIONAL	26	
PUGMIL	1	
RIO DA CONCEICAO	1	
RIO DOS BOIS	1	
RIO SONO	3	
SANDOLANDIA	2	
SANTA RITA DO TOCANTINS	1	
SANTA ROSA DO TOCANTINS	2	
SANTA TEREZA DO TOCANTINS	1	
SAO FELIX DO TOCANTINS	1	
SAO SALVADOR DO TOCANTINS	2	
SAO VALERIO DA NATIVIDADE	2	
SILVANOPOLIS	3	

96 SES/SCL

Praça dos Girassóis, Esplanada das Secretarias, S/N Palmas – Tocantins – CEP: 77.015-007 Tel.: +55 63 3027-4300

www.to.gov.br/saude/



Documento foi assinado digitalmente por JORGE MÁRIO SOARES DE SOUSA em 12/05/2026 12:39:28.

A autenticidade deste documento pode ser verificada no site <https://sgd.to.gov.br/verificador>, informando o código verificador: C78BA284025E9FFF | SGD:2026/30559/145599



PROCESSO: 2025/30550/008543 - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90055/2026

SUCUPIRA	1	
TAGUATINGA	8	
TAIPAS DO TOCANTINS	1	
TALISMA	1	
TOCANTINIA	4	
TOTAL	416	R\$ 318.357,40
VALOR TOTAL ANO - LOTE 1		R\$ 1.167.055,36

LOTE - 2 REGIÃO DE SAÚDE MACRO NORTE				
UNIDADE HOSPITALAR	TETO FÍSICO		TETO FINANCEIRO	
	MENSAL	ANUAL	MENSAL	ANUAL
Hospital Regional de Araguaína, além de outras unidades hospitalares da Macrorregião Norte que necessitam dos serviços de Medicina Nuclear in vivo – Cintilografia.	23	276	R\$ 17.601,49	R\$ 211.217,89
TOTAL	23	276	R\$ 17.601,49	R\$ 211.217,89
MUNICÍPIOS		TETO FÍSICO	TETO FINANCEIRO	
		ANUAL	ANUAL	
ABREULÂNDIA		1	R\$ 245.655,59	
ANANAS		5		
ANGICO		2		
ARAGOMINAS		3		
ARAGUAINA		81		
ARAGUANA		3		
ARAGUATINS		17		
ARAPOEMA		4		
AUGUSTINOPOLIS		9		
AXIXA DO TOCANTINS		5		
BABACULÂNDIA		6		
BANDEIRANTES DO TOCANTINS		2		
BARRA DO OURO		2		
BERNARDO SAYAO		2		
BOM JESUS DO TOCANTINS		2		
BRASILÂNDIA DO TOCANTINS		1		
BURITI DO TOCANTINS		5		
CACHOEIRINHA		1		
CAMPOS LINDOS		4		

97 SES/SCL

Praça dos Girassóis, Esplanada das Secretarias, S/N Palmas – Tocantins – CEP: 77.015-007 Tel.: +55 63 3027-4300

www.to.gov.br/saude/



PROCESSO: 2025/30550/008543 - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90055/2026

CARMOLANDIA	1	
CARRASCO BONITO	2	
CENTENARIO	1	
COLINAS DO TOCANTINS	17	
COLMEIA	5	
COUTO DE MAGALHAES	3	
DARCINOPOLIS	3	
ESPERANTINA	5	
FILADELFIA	5	
GOIANORTE	3	
GOIATINS	6	
GUARAI	12	
ITACAJA	4	
ITAGUATINS	3	
ITAPIRATINS	2	
ITAPORA DO TOCANTINS	1	
JUARINA	1	
LUZINOPOLIS	1	
MAURILANDIA DO TOCANTINS	2	
MURICILANDIA	2	
NAZARE	2	
NOVA OLINDA	6	
PALMEIRANTE	3	
PALMEIRAS DO TOCANTINS	3	
PAU DARCO	2	
PEDRO AFONSO	6	
PEQUIZEIRO	3	
PIRAQUE	2	
PRAIA NORTE	4	
PRESIDENTE KENNEDY	2	
RECURSOLANDIA	2	
RIACHINHO	2	
SAMPAIO	2	
SANTA FE DO ARAGUAIA	4	
SANTA MARIA DO TOCANTINS	2	
SANTA TEREZINHA DO TOCANTINS	1	
SAO BENTO DO TOCANTINS	2	
SAO MIGUEL DO TOCANTINS	6	
SAO SEBASTIAO DO TOCANTINS	2	
SITIO NOVO DO TOCANTINS	5	
TOCANTINOPOLIS	12	
TUPIRAMA	1	

98 SES/SCL

Praça dos Girassóis, Esplanada das Secretarias, S/N Palmas – Tocantins – CEP: 77.015-007 Tel.: +55 63 3027-4300

www.to.gov.br/saude/



Documento foi assinado digitalmente por JORGE MÁRIO SOARES DE SOUSA em 12/05/2026 12:39:28.

A autenticidade deste documento pode ser verificada no site <https://sgd.to.gov.br/verificador>, informando o código verificador: C78BA284025E9FFF | SGD:2026/30559/145599



PROCESSO: 2025/30550/008543 - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90055/2026

TUPIRATINS	1	
WANDERLANDIA	6	
XAMBIOA	6	
TOTAL	321	R\$ 245.655,59
VALOR TOTAL ANO - LOTE 2		R\$ 456.873,48

99 SES/SCL

Praça dos Girassóis, Esplanada das Secretarias, S/N Palmas – Tocantins – CEP: 77.015-007 Tel.: +55 63 3027-4300
www.to.gov.br/saude/





PROCESSO: 2025/30550/008543 - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90055/2026

ANEXO II - Unidades Hospitalares Estaduais

HOSPITAIS REGIONAIS ESTADUAIS DA MACRORREGIÃO NORTE		
ITEM	HOSPITAL	ENDEREÇO
1	HOSP. REG. DE ARAGUAÍNA	RUA 13 DE MAIO, 1336 - CENTRO - ARAGUAÍNA
2	HOSP. REG. DE AUGUSTINÓPOLIS	RUA AMAZONAS S/N - AUGUSTINÓPOLIS
3	HOSP. REG. DE XAMBIOÁ	RUA G, QUADRA 16, LOTE 18 - CENTRO - XAMBIOÁ
4	HOSP. REG. DE ARAPOEMA	RUA FRANCISCO FRUTUOSO DE AGUIAR, 411 - ARAPOEMA
5	HOSP. REG. DE GUARAÍ	RUA 03, Nº 1516 - CENTRO - GUARAÍ
6	HOS. REF. PEDRO AFONSO	RUA NUMERIANO BEZERRA DE CASTRO, S/N, SETOR AEROPORTO, PEDRO AFONSO - 77.710-000
HOSPITAIS REGIONAIS ESTADUAIS DA MACRORREGIÃO CENTRO-SUL		
ITEM	HOSPITAL	ENDEREÇO
1	HOSPITAL GERAL DE PALMAS	QUADRA 201 SUL, AV. NS 01, CONJ. 02, LOTE 01 - PALMAS
2	HOSP. E MAT. DONA REGINA	104 NORTE, NE 05, LT 31/41 – PLANO DIRETOR NORTE - PALMAS
3	HOSP. REG. DE PARAÍSO	RUA 03, QUADRA 02, LOTE 01/19 - SETOR AEROPORTO - PARAÍSO DO TOCANTINS
4	HOSP. REG. DE PORTO NACIONAL	AV. MURILO BRAGA, 1592-SETOR CENTRAL - PORTO NACIONAL
5	HOSP. MAT. INFANTIL TIA DEDÉ	RUA RAQUEL DE CARVALHO, 420 - CENTRO - PORTO NACIONAL
6	HOSP. REG. DE MIRACEMA	AV. IRMÃ EMMA RODOLFO NAVARRO S/N - SETOR SUSSUAPARA - MIRACEMA
7	HOSP. REG. DE GURUPI	AV. PERNAMBUCO, Nº 1710 - GURUPI
8	HOSP. REG. DE ALVORADA	AV. JK, S/N - CENTRO - ALVORADA/TO - CEP: 77.480-000
9	HOSP. REG. DE ARAGUAÇU	AV. NOVA MATINHA S/N – BAIRRO CEL.LUSTOSA
10	HOSP. REG. DE DIANÓPOLIS	RUA 10, QUADRA 34, LOTE 01 -NOVA CIDADE - DIANÓPOLIS
11	HOSP. REG. DE ARRAIAS	AV. PARANÁ, KM 01 S/N - ARRAIAS

100 SES/SCL

Praça dos Girassóis, Esplanada das Secretarias, S/N Palmas – Tocantins – CEP: 77.015-007 Tel.: +55 63 3027-4300

www.to.gov.br/saude/

Documento foi assinado digitalmente por JORGE MÁRIO SOARES DE SOUSA em 12/05/2026 12:39:28.

A autenticidade deste documento pode ser verificada no site <https://sgd.to.gov.br/verificador>, informando o código verificador: C78BA284025E9FFF | SGD:2026/30559/145599



PROCESSO: 2025/30550/008543 - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90055/2026

ANEXO II - Matriz de Risco

Entende-se por ação preventiva, ações a serem tomadas, com base no desenho do mapa de riscos, de forma a prevenir a ocorrência dos mesmos. Ações de contingência, no entanto, são ações a serem tomadas na ocasião dos danos já que começam a ocorrer com a materialização dos riscos previstos.

Risco 01 – Não aprovação dos documentos do planejamento da contratação			
Probabilidade:	() Baixa	(x) Média	() Alta
Impacto:	() Baixa	(x) Média	() Alta
Dano:			
Ocasionará atraso no processo de contratação.			
Ação Preventiva		Responsável	
Adotar procedimentos para que a área administrativa acompanhe a elaboração dos documentos, evitando envios e devoluções do processo.		Superintendência de Políticas de Atenção à Saúde – SPAS	
Ação de Contingência		Responsável	
Reuniões com área técnica para alinhar adequação e aprovação dos documentos.		Superintendência de Políticas de Atenção à Saúde – SPAS	

Risco 02 – Atraso na conclusão dos trâmites licitatórios			
Probabilidade:	() Baixa	(x) Média	() Alta
Impacto:	() Baixa	() Média	(x) Alta
Dano:			
Ocasionará atraso na contratação, o que incorreria prejuízos aos usuários do SUS, pois afetará a oferta dos serviços em tempo oportuno.			
Ação Preventiva		Responsável	
Monitorar as etapas do processo licitatório, bem como analisar com eficácia e eficiência as diligências propostas ofertadas no certame.		Superintendência de Políticas de Atenção à Saúde – SPAS Superintendência de Aquisição e Estratégias de Logística – SAEL Superintendência da Central de Licitação - SCL Superintendência de Assuntos Jurídicos - SAJ	
Ação de Contingência		Responsável	

101 SES/SCL

Praça dos Girassóis, Esplanada das Secretarias, S/N Palmas – Tocantins – CEP: 77.015-007 Tel.: +55 63 3027-4300

www.to.gov.br/saude/

Documento foi assinado digitalmente por JORGE MÁRIO SOARES DE SOUSA em 12/05/2026 12:39:28.

A autenticidade deste documento pode ser verificada no site <https://sgd.to.gov.br/verificador>, informando o código verificador: C78BA284025E9FFF | SGD:2026/30559/145599



PROCESSO: 2025/30550/008543 - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90055/2026

Atenção aos prazos estimados nas etapas de contratação e estratégias paralelas.	Superintendência de Políticas de Atenção à Saúde – SPAS Superintendência de Aquisição e Estratégias de Logística – SAEL Superintendência da Central de Licitação - SCL
---	--

Risco 03 – Prestação dos serviços em desacordo com o Termo Contratual			
Probabilidade:	(x) Baixa	() Média	() Alta
Impacto:	() Baixa	() Média	(x) Alta
Dano:			
Prestação dos serviços de forma insatisfatória, não abrangendo todas as necessidades institucionais.			
Ação Preventiva		Responsável	
Revisão das obrigações contratuais da CONTRATADA, bem como a forma de prestação do serviço.		Superintendência de Políticas de Atenção à Saúde – SPAS.	
Ação de Contingência		Responsável	
Estudar o grau de insuficiência e refletir sobre a vantajosidade na rescisão contratual e abertura de novo processo licitatório.		Superintendência de Políticas de Atenção à Saúde – SPAS Equipe de Fiscalização. Superintendência de Assuntos Jurídicos - SAJ	

Risco 04 – Não haver disponibilidade orçamentária			
Probabilidade:	() Baixa	(x) Média	() Alta
Impacto:	() Baixa	() Média	(x) Alta
Dano:			
Atraso na contratação dos serviços, o que prejudicaria a oferta desses serviços visto que os serviços a serem contratados são imprescindíveis.			
Ação Preventiva		Responsável	
Buscar base no Planejamento Estratégico		Superintendência de Políticas de Atenção à Saúde – SPAS e Superintendência de Gestão e Acompanhamento Estratégico - SGE	

Ação de Contingência	Responsável
----------------------	-------------

102 SES/SCL

Praça dos Girassóis, Esplanada das Secretarias, S/N Palmas – Tocantins – CEP: 77.015-007 Tel.: +55 63 3027-4300

www.to.gov.br/saude/



PROCESSO: 2025/30550/008543 - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90055/2026

<p>Buscar remanejamento de valores previstos no orçamento anual, juntamente com revisão da necessidade imediata dos itens demandados.</p>	<p>Superintendência de Políticas de Atenção à Saúde – SPAS e Superintendência de Gestão e Acompanhamento Estratégico - SGAE e Superintendência Executiva do Fundo Estadual de Saúde - SEFES</p>
---	---

		IMPACTO		
		BAIXA	MÉDIA	ALTA
PROBABILIDADE	ALTA			
	MÉDIA		RISCO 1	RISCO 02 e 04
	BAIXA			RISCO 03

103 SES/SCL

Praça dos Girassóis, Esplanada das Secretarias, S/N Palmas – Tocantins – CEP: 77.015-007 Tel.: +55 63 3027-4300

www.to.gov.br/saude/



Documento foi assinado digitalmente por JORGE MÁRIO SOARES DE SOUSA em 12/05/2026 12:39:28.

A autenticidade deste documento pode ser verificada no site <https://sgd.to.gov.br/verificador>, informando o código verificador: C78BA284025E9FFF | SGD:2026/30559/145599



PROCESSO: 2025/30550/008543 - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90055/2026

ANEXO IV

MINUTA DA ATA PARA REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 000/2026

O(a) Pregoeiro(a) da **SUPERINTENDÊNCIA DA CENTRAL DE LICITAÇÃO DA SECRETARIA DA SAÚDE**, com base no Decreto Nº 6.606/2023 do Governador do Estado do Tocantins, torna público para conhecimento dos interessados, a Ata de Registro de Preços, do PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 000/2026 do tipo **MENOR PREÇO**, realizada por intermédio do site designado no preâmbulo do edital, para as empresas abaixo relacionadas e classificadas no certame, em conformidade com as descrições constantes em suas Propostas de Preços e exigidas no edital, anexos aos autos:

Empresas:

ITEM	QTD	UNID	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
VALOR TOTAL						

1. CONDIÇÕES GERAIS

1.1. Prazo de vigência da ata de registro de preços

- O prazo de vigência da Ata será de 1 (um) ano, contado da publicação, podendo ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme disposto no Art. 84 da Lei Federal Nº 14.133/2021.
- A prorrogação fica condicionada à comprovação da vantajosidade dos preços registrados, mediante pesquisa de preço a ser realizada.
- A prorrogação da Ata poderá ocasionar a renovação do quantitativo registrado, mantendo se as condições previamente estabelecidas.

1.2. Da revisão

- Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas no art. 124, inciso II, alínea "d", da Lei Federal Nº 14.133/2021, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato.
- Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.
 - Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.
 - A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.
- Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:
 - liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e
 - convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação. Parágrafo único. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

1.3. Do local e prazo de entrega

O local e prazo de entrega será de acordo com o Termo de Referência, anexo do Edital.

104 SES/SCL

Praça dos Girassóis, Esplanada das Secretarias, S/N Palmas – Tocantins – CEP: 77.015-007 Tel.: +55 63 3027-4300

www.to.gov.br/saude/



PROCESSO: 2025/30550/008543 - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90055/2026

1.4. Condições para Contratação:

- a) O Proponente vencedor e registrado, quando convocado, terá o prazo de até 05 (cinco) dias úteis para retirar a Nota de empenho, e/ou assinar o Termo Contratual, podendo este prazo ser prorrogado a critério da Administração, por igual período e em uma vez, desde que ocorra motivo justificado.
- b) O prazo de vigência da contratação será o definido no Termo de Referência, de acordo com a natureza da contratação.
- c) O órgão contratante, no momento da contratação e a cada exercício financeiro, deve observar a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
- d) As aquisições ou contratações adicionais de que trata este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na Ata de Registro de Preços para o Órgão Gerenciador e para os Órgãos Participantes.
- e) O total de utilização de cada item não pode exceder ao dobro do quantitativo inicialmente registrado, independentemente do número de Órgãos Não Participantes que aderirem.
- f) Desde que devidamente justificada a vantagem, a Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, pode ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, conforme Art. 271 do Decreto Estadual Nº 6.606/2023.
- g) É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela Ata de Registro de Preços.

1.5. Condições de Gerais:

As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.6. Das Assinaturas:

Assinam a presente Ata de Registro de Preços, **as empresas abaixo descritas**, por meio de seus representantes credenciados no certame, juntamente com o(a) Pregoeiro(a) e o Secretário da XXXX.

Palmas - TO, ____ de ____ de 2026.

Gestor:

Empresas:

105 SES/SCL

Praça dos Girassóis, Esplanada das Secretarias, S/N Palmas – Tocantins – CEP: 77.015-007 Tel.: +55 63 3027-4300

www.to.gov.br/saude/





PROCESSO: 2025/30550/008543 - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90055/2026

CADASTRO DE RESERVA

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS _____ N.º XXX/2026

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade de Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do TR	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade de Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade

106 SES/SCL

Praça dos Girassóis, Esplanada das Secretarias, S/N Palmas – Tocantins – CEP: 77.015-007 Tel.: +55 63 3027-4300

www.to.gov.br/saude/



PROCESSO: 2025/30550/008543 - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90055/2026

MODELO 1

Proposta de Preços

[Papel timbrado da empresa]

PROPOSTA DE PREÇOS

A Secretaria da Saúde do Estado do Tocantins,

Assunto: Pregão Eletrônico nº. ____/2026 – Processo Administrativo ____/2025.

Senhor Pregoeiro, segue abaixo nossa proposta de preços devidamente realinhada conforme fase de lances, do Pregão Eletrônico em epígrafe, conforme segue:

Item	Und.	Descrição	Qtd.	Vlr. Unitário	Vlr. Total
		Produto: Nome comercial: Fabricante: Quantidade por embalagem: Validade do produto: Número do registro do produto na ANVISA/MS:			
VALOR TOTAL DA PROPOSTA DE PREÇOS					

DADOS GERAIS

Endereço completo:

Telefone:

Fax:

E-mail:

Banco:

Agência:

Conta-corrente:

CNPJ:

Prazo de entrega:

Prazo de pagamento:

Declaro que aceito todas as condições do Edital.

Local / data

Atenciosamente,

Nome completo e assinatura do responsável

Notas:

- Poderá ser adotado outro modelo deste que contenha todas as informações acima;
- Caso o produto seja isento, no campo "Nº. do Registro na ANVISA", deve ser informado a norma que isenta de Registro;
- Estando o registro vencido, apresentará a cópia autenticada e legível da solicitação de sua revalidação, conforme parágrafo 6º do artigo 14, do Decreto Federal Nº 79.094, de 05 de janeiro de 1977, acompanhada de cópia da publicação do registro vencido.

107 SES/SCL

Praça dos Girassóis, Esplanada das Secretarias, S/N Palmas – Tocantins – CEP: 77.015-007 Tel.: +55 63 3027-4300

www.to.gov.br/saude/



PROCESSO: 2025/30550/008543 - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90055/2026

MODELO 2

Declaração Unificada

Ref.: Pregão Eletrônico N° _____/2026.

A empresa _____, CNPJ nº. _____, com sede na _____, neste ato representada pelo(s) (diretores ou sócios, com qualificação completa - nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço), DECLARA, sob as penas da lei, que:

1 - (Declaração de ciência do Edital e seus anexos)

Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

2 - (Comprovação do atendimento do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal)

Que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, na forma do art. 7º, XXXIII, da Constituição;

***Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ();

(***Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

3 - (Comprovação de que não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado)

não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4 - (Inexistência de Fatos Supervenientes Impeditivos da Habilitação)

Na forma do § 2º do art. 32 da Lei Nº 14.133/2021, que, até a presente data, inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, bem como não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública e que está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

5 - (Atendimento ao art. 9º, § 1º, da Lei nº 14.133/2021)

Não existe em meu quadro de empregados, servidores públicos da contratante exercendo funções de Gerência, Administração ou Tomada de Decisão, na forma do art. 9º, § 1º, da Lei Nº 14.133/2021.

6 - (Atendimento ao art. 92, XVII, da Lei nº 14.133/2021)

Cumpram as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, previstas em lei e em outras normas específicas.

Local, data e assinatura

108 SES/SCL

Praça dos Girassóis, Esplanada das Secretarias, S/N Palmas – Tocantins – CEP: 77.015-007 Tel.: +55 63 3027-4300

www.to.gov.br/saude/





PROCESSO: 2025/30550/008543 - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90055/2026

MODELO 3

Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte

Ref.: Pregão Eletrônico Nº _____/2026.

A empresa, CNPJ nº, com sede à, neste ato representada pelo(s) (diretores ou sócios, com qualificação completa - (nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço), DECLARA, sob as penas da Lei, com base no art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, que está enquadrada na definição de () Microempresa () Empresa de Pequeno Porte () **sociedade cooperativa (cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei Nº 14.133, de 2021)**, sem nenhuma restrição de ordem legal, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei N.º 14.133, de 2021.

Local, data e assinatura

109 SES/SCL

Praça dos Girassóis, Esplanada das Secretarias, S/N Palmas – Tocantins – CEP: 77.015-007 Tel.: +55 63 3027-4300
www.to.gov.br/saude/

